



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 90

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 14 de março de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se a [interpeção ao Governo Regional sobre "Funcionamento do Serviço Regional de Saúde"](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate com a intervenção inicial da Sra. Deputada Mónica Seidi (PSD), usou de seguida da palavra o Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*), dando continuidade ao mesmo debate os Srs. Deputados Artur Lima (CDS-PP), Paulo Mendes (BE), Jorge Paiva (CDS-PP), João Paulo Corvelo (PCP), Dionísio Faria e Maia (PS), Domingos Cunha (PS), Paulo Estêvão (PPM), José San-Bento (PS) e Luís Maurício (PSD).

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 128/XI – “Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Apresentado o diploma para a Sra. Deputada Mónica Rocha (PS), iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Paulo Mendes (BE), Artur Lima

(CDS-PP), João Paulo Corvelo (PCP), Paulo Estêvão (PPM), César Toste (PSD), Francisco Coelho (PS), bem como da Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentado o [segundo Relatório e Parecer intercalar no âmbito e objeto da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)](#).

Lido o relatório pelo relator da Comissão, Sr. Deputado João Vasco Costa (PS), usou de seguida da palavra o Sr. Presidente da Comissão Deputado Francisco Coelho (PS).

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 130/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e Representações Parlamentares do PCP e PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho (PS), Presidente da CEVERA, foi aprovado por unanimidade o [Projeto de Resolução n.º 130/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e Representações Parlamentares do PCP e PPM.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 131/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à prorrogação dos contratos a termo certo das atuais intérpretes de LGP da EBI de Arrifes pelo prazo necessário à conclusão de concurso para contratação sem termo”](#), apresentado pelo

Grupo Parlamentar do BE, após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

No âmbito do debate do [Projeto de Resolução n.º 131/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à prorrogação dos contratos a termo certo das atuais intérpretes de LGP da EBI de Arrifes pelo prazo necessário à conclusão de concurso para contratação sem termo”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria, tendo de seguida proferido declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*), Jorge Jorge (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, seguiu-se a aprovação por unanimidade da **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março.**

Os trabalhos terminaram às *18 horas e 54 minutos*.

Presidente: Bom dia. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros **Faria e Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório **Ávila**
Lubélio Fraga de **Mendonça**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Marta Ávila **Matos**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima de Sousa

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada à interpelação requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Os tempos são os seguintes:

O interpelante, o Partido Socialista e o Governo dispõem de 32 minutos;

O CDS-PP de 15 minutos;

O BE de 12 minutos;

E as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vem a esta tribuna com o objetivo de interpelar o Governo Regional de forma séria e responsável com o intuito de fazer um diagnóstico real sobre o estado de saúde do Serviço Regional de Saúde.

A saúde dos açorianos será sempre uma preocupação eminente e prioritária para esta bancada. Seguramente, também será uma preocupação para os açorianos que nos escutam na medida em que um dos fatores determinantes para coesão social é a necessidade de existir um Serviço Regional de Saúde acessível a todos.

Passados dois anos e quatro meses da presente legislatura, mais de metade do tempo de governação, parece-nos importante que esta Assembleia e toda a sociedade açoriana saiba se os compromissos outrora apresentados pelo executivo açoriano são mesmo para cumprir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atuação do Governo Regional em matéria de saúde tem-se revelado amorfa. Temos um Secretário titular da pasta que anda a reboque das denúncias que constantemente são tornadas públicas e que não consegue, assim, antecipar-se ou prever a maioria dos problemas dos açorianos.

Em fevereiro de 2018, durante uma interpelação promovida pelo PSD/Açores, denunciámos a falta de recursos humanos, nomeadamente assistentes operacionais e enfermeiros, que estaria a condicionar a ocupação de camas contratualizadas no âmbito da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

Denunciámos também o facto do Hospital do Divino Espírito Santo ter, naquela altura do ano, 20 doentes com alta clínica a ocuparem indevidamente camas nas enfermarias.

Apesar do que foi verificado no ano transato, a situação do presente ano conseguiu ser ainda mais grave, revelando assim que o Governo Regional falhou mais uma vez e que apesar dos vários alertas deixados aos vários níveis, o executivo açoriano foi incapaz de prever o caos em que se viveu e continua a viver no Hospital de Ponta Delgada.

Só depois do problema ter sido noticiado por vários órgãos de comunicação social, de terem sido canceladas cirurgias de vários açorianos que finalmente acreditavam que iam ser submetidos a uma intervenção deste foro, após anos e anos de espera e que no limite não aconteceu, veio V. Exa. anunciar a contratação de mais enfermeiros e assistentes operacionais para o Sistema

Regional de Saúde para que assim pudessem ser desbloqueadas 11 camas da rede.

Lamento, Sr. Secretário, mas tenho mesmo que lhe dizer: o senhor não age! O senhor reage!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Toda esta situação acabou por condicionar outras valências do Sistema Regional de Saúde, nomeadamente a programação de cirurgias daquele hospital e se em 2018 a produção cirúrgica adicional esteve suspensa durante 15 dias, no presente ano, a mesma está parada há dois meses.

Por isso, Sr. Secretário, pergunto-lhe: para quando prevê que seja possível retomar o Programa Adicional de Cirurgia no Hospital do Divino Espírito Santo? E pergunto-lhe também se o hospital tem capacidade para adotar medidas adicionais de forma a compensar a paragem que decorreu e que ainda decorre e que continua lamentavelmente a prejudicar os açorianos?

Mas é importante que de uma vez por todas a tutela perceba que os motivos inerentes a toda a esta situação para que em 2020 não voltem a acontecer. No ano passado, o motivo apontado para a falta de camas neste hospital foi uma norma ao pique de gripe que motivou ao internamento de uma franja de população mais idosa que após alta clínica não teve nenhum lar ou cama da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados onde pudesse ser acolhida.

No presente ano, os motivos apontados não diferem. São os mesmos.

A causa de tudo isto centrou-se mais uma vez na falta de resposta sociais para acomodar doentes com alta clínica e no número elevado de casos de gripe.

Ora, a pergunta que se impõem é a seguinte: que eficácia terão tido as campanhas de prevenção efetuadas no âmbito do vírus da gripe?

Será aceitável uma taxa de vacinação inferior a 50% perante uma Região a envelhecer como a nossa?

A Direção Geral de Saúde refere como medida de prevenção do vírus da gripe taxas de vacinação de pelo menos 60%.

Na Região, nos últimos dois anos, apesar do executivo disponibilizar gratuitamente vacinas à população acima dos 65 anos, não nos conseguimos aproximar do valor de referência e até ao final de 2018 a taxa de vacinação era de apenas 43.8%, portanto, muito aquém do desejado, o que obviamente se refletiu nos meses seguintes.

Perante uma população a envelhecer é importante repensar o modelo das campanhas de prevenção, sob pena destas continuarem a não ter o alcance desejado e conseqüentemente o número de casos ser superior ao desejado e a taxa de vacinação ficar abaixo do recomendado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“As listas de espera cirúrgicas são um desafio claramente assumido mais importante que o Sistema Regional de Saúde enfrenta”. Esta frase foi proferida pelo Exmo. Senhor Secretário nesta Casa.

Não tão poucas vezes trouxemos esta matéria a debate, pois realmente aqui também se assiste a uma verdadeira calamidade e o Governo Regional mais uma vez não a consegue resolver.

Há quem diga que o cerne da questão se centra em constrangimentos estruturais do sistema e na escassez de médicos anestesistas, ou seja, questões estruturais e constrangimentos que ultrapassam o Governo Regional.

Mas parece-nos pertinente neste âmbito questionar o Governo relativamente à rentabilização máxima dos blocos operatórios nos três hospitais da Região.

Por isso, Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço é a seguinte, e simples:

Tem o Governo Regional algum levantamento efetuado no sentido de aferir o número de profissionais de saúde em falta tendo como objetivo aumentar a produtividade dos três blocos operatórios da Região?

Que especialidades cirúrgicas necessitam ser reforçadas e em que número?

Quantos anestesistas faltam efetivamente ao Sistema Regional de Saúde e quantos enfermeiros instrumentistas são necessários?

Isto são questões estruturais e constrangimentos que o executivo deverá ter como preocupação central, de forma a que consiga programar e planear o futuro, até mesmo ao nível das idoneidades formativas.

A inexistência de uma plataforma informática em funcionamento que permitirá ao doente saber a sua posição a ocupar na lista de espera é também um constrangimento estrutural do sistema para o qual o Governo Regional tem sido incapaz de dar a resposta.

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

A Oradora: Ou então poderá ser encarada como a total ausência de vontade do executivo de forma a tornar mais transparente a todos os açorianos todo o tempo de espera a que estão sujeitos.

E por falar em transparência, Sr. Secretário, gostaríamos nós de poder escrutinar de forma rigorosa a atuação da tutela nesta matéria, mas continuamos sem poder aceder aos dados informáticos, sendo que os últimos disponíveis são de maio de 2018, ou seja, têm 10 meses.

Quantos açorianos à data de hoje, 14 de março, aguardam a realização de uma cirurgia, Sr. Secretário?

Deputado Luís Maurício (PSD): Que vergonha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso perguntamos nós, já há muitos meses!

A Oradora: Este Governo ignora aquilo que criou, nomeadamente o Despacho n.º 4, de 2015, de 23 de janeiro, que determina que até ao dia 5 de cada mês sejam publicadas na página oficial da Secretaria Regional da Saúde estes dados. Ainda em matéria de combate às listas de espera cirúrgicas, e como o senhor já tinha assumido no passado, o objetivo de operar até 31 de dezembro de 2018 os doentes inscritos até 31 de dezembro de 2014, não foi cumprido.

Continuamos ainda à espera, Sr. Secretário, do registo de saúde eletrónico que V. Exa. anunciou em novembro de 2018...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que possibilitaria ao utente saber a sua posição na lista sem a necessidade de ter de consultar qualquer unidade de saúde.

Gostaríamos que esclarecesse esta Assembleia sobre as medidas extraordinárias que o Governo deverá implementar para colmatar estas falhas, pois enquanto o senhor se senta confortavelmente na cadeira do seu gabinete, há milhares de açorianos que em sofrimento aguardam ansiosamente o telefonema com a respetiva marcação de uma cirurgia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Outro problema que infelizmente afeta os açorianos e que de forma mais expressiva aqueles que vivem em ilhas sem hospital, diz respeito à deslocação de profissionais de saúde onde se incluem os médicos especialistas.

O despacho conjunto que entrou em vigor em agosto de 2018 prevê, no seu artigo 36.º, a programação anual das deslocações de forma atempada, remetendo a elaboração de um plano referente às necessidades das unidades de saúde de destino, elaborado até 31 de outubro e enviado às unidades de saúde de origem e as disponibilidades das unidades de saúde de origem que até 15 de dezembro desse ano deverá ser remetido à tutela e às unidades de saúde de destino.

Uma vez que o Sr. Secretário já tem em sua posse esse plano, gostaria que nos falasse detalhadamente sobre o que poderão esperar os açorianos das ilhas sem hospital em matéria de consultas de especialidade,...

Deputado Luís Maurício (PSD): muito bem!

A Orador: ... sendo que esta é uma das principais reivindicações, como se pôde constatar nos pareceres dados pelos Conselhos de Ilha das Ilhas Flores, Santa Maria, Graciosa e Pico no âmbito do Plano e Orçamento do presente ano. Que especialidades são mais solicitadas pelas diferentes ilhas, Sr. Secretário? Com que frequência irão os médicos especialistas a essas mesmas ilhas?

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

A Oradora: Ainda em relação a este assunto, em março de 2017, foi anunciado nesta Assembleia a criação da figura Gestor do Utente.

Esta figura seria o interlocutor entre as Unidades de Saúde de origem e os hospitais, permitindo, por exemplo, na mesma deslocação a realização de várias consultas ou tratamentos, focando simplesmente a sua ação no utente e evitando deslocações desnecessárias dos mesmos para fora da sua residência.

Lamentavelmente temos assistido de forma consistente a relatos diários de utentes e dos seus acompanhantes, constrangimentos causados por não existir qualquer articulação no ato de marcação de consultas e realização de exames complementares de diagnóstico, que aliados à escassez de disponibilidade de lugares de avião são obrigados a deslocarem-se muito antes da realização dos diferentes atos médicos e por vezes permanecem mais tempo do que seria necessário.

Sendo este um projeto piloto que decorre apenas entre o hospital da Ilha Terceira, Unidades de Saúde da Graciosa e São Jorge, quando prevê o Governo Regional que seja possível a existência desta figura nos outros hospitais, atendendo que há mesmo urgência na mesma?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São os açorianos, a saúde e o seu bem-estar a nossa maior preocupação.

Enquanto não constataremos uma redução drástica nos tempos de espera cirúrgicos, enquanto não constataremos que todos os açorianos têm direito a

médico de família, enquanto não verificarmos que a acessibilidade aos cuidados de saúde é feita de forma igualitária nesta nossa Região arquipelágica, não baixaremos os braços.

Não nos calaremos pela defesa intransigente do nosso povo, porque se há matéria que nos move em torno dos açorianos esta é, sem a menor dúvida, uma delas.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas, algumas considerações neste início do debate.

A situação que ocorreu no Hospital do Divino Espírito Santo, relacionada com a suspensão de cirurgias aquando do processo de alguma pressão no pico da gripe, conforme foi relatado publicamente, não significa que o Governo Regional tenha estado completamente ausente das preocupações que esta temática da pressão sobre os cuidados de saúde ao nível hospitalar *versus* cuidados de saúde primários, tem na Região Autónoma dos Açores, como tem no país, como tem em qualquer serviço de saúde.

É uma questão, como todos nós sabemos, cultural. Há uma acessibilidade maior aos hospitais e verifica-se isso através dos serviços de urgência e aquilo que nós temos vindo a fazer, ao longo desses dois anos, é efetivamente investir substancialmente nos cuidados de saúde primários, disponibilizando um maior

número de consultas, um maior número de campanhas de prevenção, de forma a que de facto os serviços hospitalares não sejam, principalmente ao nível da urgência, tão pressionados.

Portanto, aquilo que ocorreu foi, por parte da direção clínica do hospital, uma suspensão de cirurgias, ou seja, isto significa que não foi desmarcada nenhuma cirurgia que estivesse marcada. Ou seja, não foi cancelada nenhuma cirurgia, apenas não marcaram...

(Diálogo entre os Deputados João Bruto da Costa e Paulo Estêvão)

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi um aparte!

O Orador: Foi um aparte, está bem. E eu estou a fazer-lhe um aparte também, a perguntar se podia continuar.

O que é que o Governo Regional tem vindo a fazer relativamente a essa questão de investirmos nos cuidados de saúde primários?

É nitidamente um reforço dos recursos humanos, é um aumento das campanhas que vão ao encontro a uma maior prevenção e promoção de hábitos de vida saudáveis e sobre esse caso concreto a campanha da gripe foi preparada, foi iniciada a sua preparação, em outubro de 2018, tal como vem vindo a ser recorrente.

Obviamente o objetivo anunciado era de uma taxa de vacinação de 60%. Nós este ano tivemos a maior taxa dos últimos anos, 52,2%. Obviamente que não atingimos o objetivo, mas não podemos obrigar as pessoas a vacinarem-se. De facto, há que repensar ilha a ilha (penso que as realidades são diferentes) a estratégia de convencer, principalmente os idosos, da importância da vacinação. Foi feita também a disponibilização de consultas abertas nos centros de saúde de forma a que os utentes pudessem aderir a essas consultas de forma a não

irem às urgências, e foi feito um investimento na linha de saúde Açores que tem tido resultados bastante interessantes.

Este investimento já foi feito no início de 2018. Foram contratados mais enfermeiros para que o serviço pudesse estar disponível 24 horas por dia, sete dias na semana, com a implementação de um sistema de *Follow Up*, ou seja, se o utente assim o desejar os técnicos de saúde voltam a ligar para acompanhar a situação do utente, e uma forte campanha de divulgação deste mesmo serviço.

Para vos dar números relativamente a esta situação, dizer-vos que em 2016 a linha de saúde Açores tinha um número de 1.151 chamadas. Em 2017, já depois de iniciarmos a campanha de divulgação, passou para 1.478, ou seja, um acréscimo de 28%.

Em 2018, e depois de toda a forte campanha que se fez sobre esta Linha de Saúde Açores, a linha teve um acesso de 3.570 açorianos, um aumento de mais de 140%, ou seja, mais de 2.000 pessoas aderiram a esta linha.

E agora, neste plano que foi posto em prática no final do ano, dar-vos o exemplo das chamadas do mês do janeiro.

Em 2017, tivemos no mês de janeiro 160 chamadas; em 2018, 209 e em 2019, no mês de janeiro, já tivemos 418 chamadas, o que significa que de facto esta linha tem tido bastante procura.

A linha tem implementado um sistema de qualidade e de aferição da satisfação dos utentes e posso dizer-vos que os resultados são muito satisfatórios, o que significa que esta aposta que nós temos vindo a fazer nos Açores, que é uma recomendação também da Direção-Geral da Saúde, é uma aposta para que de facto no médio e longo prazo possa ser uma linha utilizada e que vá de facto deixar desses utentes irem às urgências.

Por outro lado, o número que vos dei de 650 consultas no Centro de Saúde de Ponta Delgada, significa que também nós temos que trabalhar por aí, no sentido de convencer as pessoas a aderirem a essas consultas, porque de facto na altura

em que ela foi implementada os resultados que nos dão é que pouco mais, entre 30 a 40%, destas consultas foram utilizadas. Ou seja, temos, de facto, que reforçar estas consultas dos centros de saúde.

Foi também reforçada as consultas dos próprios médicos de família. As pessoas tinham médico de família no sentido de, em caso de necessidade, todos os dias poderem ter consultas disponíveis para os seus próprios utentes.

Portanto, aquilo que nós fizemos foi, de facto, uma programação, desde há dois anos, relativamente à prevalência da gripe e podermos ter um desanuviamento de todas essas questões da pressão.

Obviamente que não conseguimos fazer tudo. Não é o Governo Regional que o faz. É preciso o envolvimento de todos e é preciso essencialmente que a população também entenda esta mesma realidade.

E é um esforço que vamos continuar a fazer para que, de facto, se consiga melhorar esta forte acessibilidade que hoje em dia temos nos hospitais. É um problema cultural, como comecei por dizer.

Relativamente à situação que ocorreu e o facto de haver as tais 20 camas, aquilo que nós fizemos foi obviamente, perante um problema resolver este problema. E este problema foi possível resolver porque tinha terminado um concurso para assistentes operacionais na Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel e isso permitiu que mais camas tivessem disponíveis.

Aquilo que anunciamos é aquilo que está previsto no Orçamento da Região que é, todos os anos, até março, ser apresentado o mapa global de recrutamento para toda a Administração Regional.

E aquilo que nós fizemos para este ano efetivamente foi disponibilizar mais concursos para enfermeiros para assistentes operacionais com essa prioridade de libertar as camas dos cuidados continuados.

Sobre aquilo que se fez naquela semana foi efetivamente junto dos cuidados continuados, com a melhoria do seu funcionamento desde o final do ano

passado que permitiu a avaliação dos casos que estavam internados com a circulação entre a longa e a média duração, com uma melhor comunicação com os lares de idosos, foi disponibilizar um conjunto de camas que de facto aliviou a situação presente no Hospital do Divino Espírito Santo.

Relativamente à produção adicional o hospital ainda esta semana anunciou o reforço da equipa de enfermeiros para o Bloco Operatório. Portanto, a qualquer momento o próprio hospital decidirá a retoma da produção adicional. É uma questão que depende exclusivamente do hospital.

Sobre as cirurgias, efetivamente temos vindo a fazer um esforço considerável de diminuição do tempo de espera dos açorianos nas listas de espera cirúrgicas. É um esforço dos profissionais de saúde, não é o Governo Regional que faz esse trabalho. Portanto, é de louvar todo o esforço que tem vindo a ser feito.

Obviamente que eram necessárias medidas que nós tomámos neste sentido. Portanto, consideramos que as medidas que estão em vigor são suficientes para que de facto os profissionais de saúde, os serviços, se possam organizar para que haja uma cada vez maior diminuição das listas de espera.

Aquilo que se tem vindo a verificar é que, de facto, a afluência é muito grande ao Serviço Regional de Saúde, é um bom dado da acessibilidade e que cada vez mais entram pessoas na lista de espera cirúrgica e não temos ainda o ritmo suficiente para ir diminuindo essa lista.

Eu penso que essa lista nunca será diminuída. A aposta tem que manter-se na diminuição do tempo de espera e isto tem vindo a verificar-se numa grande parte das especialidades. Há algumas especialidades que efetivamente ainda não se conseguiu e os profissionais irão fazer um esforço para que efetivamente assim o consigamos. E aquelas especialidades que for necessário haver a contratação e o recurso a outros meios assim será.

Nós estamos a falar essencialmente de ortopedia. É o grande problema que temos nos Açores e no Hospital do Divino Espírito Santo também a questão da

cirurgia plástica e no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira a questão da cirurgia vascular. São essas três áreas distintas nos hospitais.

Qual é a situação que nós temos, dados até 31 de dezembro?

Nós, até ao final deste mês de março iremos publicar toda a informação anual de 2018 relativamente à produção cirúrgica.

Tivemos que alterar o modelo, como eu aqui já tinha mencionado, com a revisão do modelo da publicação, introduzindo mais informação relativamente aos vários tipos de produção cirúrgica que existem, extinguindo claramente entre número de utentes inscritos e número de propostas cirúrgicas que existem, com a análise através da média e da mediana, também, sugestão que já aqui já tinha vindo a ser feita. Portanto, a publicação será feita nesses termos.

Dados a 31 de dezembro:

Nós temos 10.745 utentes inscritos em lista de espera, respondendo a 11.958 propostas cirúrgicas.

Relativamente à questão do CIRURGE, foi uma das três medidas que foram adotadas e a perspetiva que nós tínhamos, o compromisso por parte do corpo de profissionais do Serviço Regional de Saúde, era que se conseguisse, tendo esse objetivo, de até ao final de 2018, deixarmos de ter pessoas inscritas com data anterior a 1 de janeiro de 2015.

Quando o Programa CIRURGE iniciou-se, no início de 2018, nós tínhamos 1.199 pessoas inscritas nessas circunstâncias. No final do ano ainda tínhamos 342 pessoas inscritas. Foi um esforço de redução de 70%.

Quais são as especialidades onde isto acontece?

É maioritariamente a cirurgia plásticas. Desses que estão em falta, 74% é cirurgia plástica, e as restantes é neurocirurgia, com 2,6%, a ortopedia com 5,8 e a urologia com 17,5, isto são dados do Hospital Divino Espírito Santo.

Para o ano corrente aquilo que vamos fazer é terminar esse objetivo e também conseguir que o ano de 2015 fique completo. Obviamente que não é só com o

Programa CIRURGE, é com todo um outro conjunto de medidas que estão tomadas para que efetivamente nós possamos melhorar e dar aos açorianos essa possibilidade, daqueles que estão há mais tempo inscritos.

Relativamente à deslocação de especialistas, nós estamos no início da nova aplicação da Portaria. De facto, foi uma Portaria que sofreu bastantes alterações. Era um compromisso que nós tínhamos e penso e que conseguimos criar um documento que vai ao encontro do interesse de todos, começando pelos próprios utentes, quer sejam eles deslocados, quer sejam eles a receber os especialistas nas suas ilhas.

Aquilo que aconteceu foi que, de facto, até ao final de 2018 as Unidades de Saúde de Ilha enviaram aos três hospitais as suas necessidades de consultas de especialidade durante o ano de 2019. Os hospitais, na maioria das situações, fizeram as suas propostas de possibilidades de deslocação e essas deslocações agora serão feitas ao longo do ano de 2019.

Nós não temos nenhum plano, nós não temos ainda, ou não temos, nem é possível ter, o plano da periodicidade com que essas deslocações serão feitas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

O Orador: Isso é uma questão agora de cada Unidade de Saúde de Ilha articular diretamente, tal como está previsto na Portaria, com os próprios serviços dos hospitais.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas quando?

O Orador: Penso que respondi. Faltava a questão do Gestor do Utente. Nós temos, de facto, a funcionar o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, juntamente com a Unidade de Saúde de São Jorge e a Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa, e onde tem sido interessante o trabalho que tem vindo a ser feito. Muito há a fazer.

Esta é uma das áreas que nós já dissemos que é preciso haver uma maior articulação entre os serviços.

O Governo Regional o que fez foi dotar as unidades da possibilidade de pôr em prática um novo modelo, e é isso que está a ser feito. Os dados que temos já são interessantes. A possibilidade de conciliar 20% dos atos na deslocação e 10% dos pedidos foram efetivamente feitos neste sentido, tendo em conta a maximização do processo.

Obviamente que agora todos os outros hospitais estão na possibilidade de voltarem também a pegarem nesta medida e penso que durante o ano de 2019 isto será concretizado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Mais uma vez traz-se aqui saúde, desta vez pela mão do PSD, e é sempre útil e interessante debater a saúde dos açorianos e o estado da saúde dos açorianos.

Foram postas aqui uma série de questões e o CDS também gostaria de colocar ao Sr. Secretário algumas questões.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário, nós já denunciámos aqui algumas vezes e voltamos a denunciar desta vez, e foi também já aqui referido, que as pessoas não conseguem perceber (não está atualizado no *site* da Direção Regional da Saúde) as listas de espera. É uma alteração que o Governo fez em relação àquela proposta que era a do CDS e que era mais perceptível e inteligível. O Governo alterou essa maneira de publicar os resultados e agora ninguém percebe.

Além de ninguém os perceber estão, obviamente, desatualizados.

Queria também dizer, Sr. Secretário, e perguntar-lhe, relativamente à proposta que o CDS aqui fez, já estamos praticamente com um trimestre de execução orçamental, como é que está a execução do CIRURGE na proposta que nós

fizemos aqui e também do VALE SAÚDE, nomeadamente em algumas especialidades do hospital da Ilha Terceira que nós aqui identificámos como sejam a ortopedia, a cirurgia plástica e a dermatologia?

É preciso não esquecer também que fizemos aqui uma proposta, esta conjunta com o PS, sobre o VALE SAÚDE, também para se aplicar em algumas situações. Gostaria que me fizesse o ponto da situação nessa matéria.

Também entrou em vigor, Sr. Secretário, como todos se lembram, uma proposta aqui aprovada por unanimidade, e feita também pelo CDS, que eu fiz aqui nesta Casa, sobre o transporte de cadáveres. Foi uma medida realmente de justiça que era necessária implementar na Região Autónoma dos Açores, e eu também gostaria de saber, Sr. Secretário, se tem alguns dados que possa fornecer a esta Casa sobre o ponto da situação e realmente como é que está esse caso.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, falar disso neste debate!

O Orador: Tem a ver com a saúde, infelizmente. Tem a ver com o Regime da Deslocação de Doentes e é preciso saber.

Sr. Secretário, fisioterapia com o novo regulamento que o Governo também introduziu está neste momento num caos. Está num caos, porque os senhores alteram de uma ilha e passam para a outra; umas regras que tinham numa ilha passam para outra, e as que tinham noutra passam para a que tinha.

Portanto, o Hospital de Angra neste momento não dá resposta à fisioterapia, no Hospital, que os doentes necessitam e eu queria saber como é que tenciona resolver essa situação?

Os pedidos são bastantes, as pessoas estão em lista de espera há muito tempo e gostaria de saber como é que o Sr. Secretário vai resolver essa situação?

Sr. Secretário, fizemos um requerimento (eu fiz um requerimento!) a perguntar sobre a acreditação do Hospital da Ilha Terceira que os senhores acham prioritário.

Nós achamos prioritário combater as listas de espera, prioritário é atender os doentes a tempo e horas. Isso assim é que devia ser prioridade.

No entanto, eu não deixo de lhe questionar, porque fiz um requerimento e fiquei estupefacto com a resposta, quando peço a cópia do contrato com a Joint Commission e os senhores respondem que afinal não há contrato.

Quando os senhores anunciaram com pompa e circunstância que iam fazer a acreditação do hospital com esta empresa, negligenciando e desprezando as empresas nacionais e a Direção Geral de Saúde, os senhores respondem no requerimento (“Cópia do Contrato”, era o que eu pedia, e a vossa resposta é seguinte): “relativamente ao compromisso com ao Joint Commission International, não existe de momento qualquer adjudicação ou contrato, apenas...” – oiçam bem isto! – “... a credenciação e aquisição de um manual no valor de 115 euros”.

Sr. Secretário, ninguém acredita nisto. Portanto, vamos lá ver se nos entendemos, é que foram duas sessões públicas de especialistas, enfim, de anúncios, que tinham contratado a Joint Commission International, etc., aliás, até houve médicos do hospital que questionaram a própria administração porquê a escolha desta... Foi anunciada como empresa que o iria fazer.

Se o iria fazer fizeram um contrato.

Não!

São 115 euros! Eu também gostaria de saber alguma coisa sobre isso.

Por último, Sr. Secretário, eu faço parte, como o senhor sabe, e temos tido algum trabalho nessa matéria, de um grupo que se chama humanização do Serviço Regional de Saúde e no orçamento deste ano, Sr. Secretário, está previsto para inovação terapêutica um milhão e 750 mil euros (para a inovação terapêutica).

Eu tenho aqui um caso de um doente a necessitar desta inovação terapêutica e quando lhe foi prescrito pelo seu médico a nova terapia foi-lhe recusado pela

administração (isto há mais de um ano, isto dura há um ano) do hospital a nova terapêutica, pelo médico especialista na área.

O senhor voltou a insistir e voltou a ser-lhe negado pela administração a nova terapêutica.

Mas o que é mais curioso, Sr. Secretário, é que, da descrição que este paciente faz, a nova terapêutica curiosamente era mais barata 130 euros por mês do que a que ele faz atualmente e o hospital recusa-se a dar esse medicamento.

Sr. Secretário, quando lhe falo em humanização, eu vou ler-lhe apenas um excerto, para não divulgar a identidade do doente, como ele termina a sua carta: “Deduzo que o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira estivesse à espera que eu me escondesse por detrás deste vírus e que esta situação permanecesse no silêncio”.

Sr. Secretário, faça alguma coisa por este doente. A humanização do Serviço Regional de Saúde é isto: temos verba, é mais barato (eu não sei se o senhor tem conhecimento disto, eu posso depois fornecer-lhe mais alguns dados, se quiser), é um doente dizer isto e nós temos que respeitar e temos que tratar o doente como uma pessoa, com gente e não como um consumidor, não na perspetiva económica.

Este medicamento que ele toma já está aprovado por dois médicos especialistas,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que lhe estão a ter consequências graves a nível renal.

O que eu lhe apelo, Sr. Secretário, é que se informe desta situação e resolva esta situação.

Muito obrigado.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Eu penso que pelo menos eu, e acho que ninguém nesta câmara, deverá neste momento invejar o seu cargo. Até porque tem a tutela de um setor que tem sido alvo de suborçamentação ao longo de anos e anos da governação socialista.

Ora, isso coloca-o numa situação bastante delicada, no mínimo delicada. Porquê?

Porque acumulam-se os problemas desde os cuidados de saúde primários até aos cuidados continuados e paliativos.

Por exemplo, ao longo das várias audições que temos realizado na Comissão de Inquérito à Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados, temo-nos deparado, por vezes (também assumo que é por vezes, porque também não realizámos ainda todas as audições), com casos e principalmente com aquelas que são as unidades de longa e média duração de internamento em instituições privadas que têm protocolos com a Região, com situações em que são encaminhados casos para estas unidades que estão, digamos que, inadequadamente enquadrados.

Digo isso por são casos muitas vezes que mereciam outro tipo de resposta, quer uma resposta social e que poderiam estar numa solução de Lar Residencial, ou até mesmo cuidados paliativos que são enquadrados em cuidados continuados tanto de longa como de média duração.

Esse não é um problema, de certo, somente da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, é também um problema que tem-se verificado nos hospitais e tal como referiu a Deputada Mónica Seidi na sua intervenção inicial, é um problema que também se tem verificado pelo menos no Hospital de Ponta Delgada, onde temos camas ocupadas com casos sociais e até mesmo camas ocupadas com casos que deveriam merecer cuidados continuados e que até

deveriam ser integrados na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

Isso faz com que neste momento o Hospital de Ponta Delgada viva uma situação de completo caos. Eu não tenho outra palavra para caracterizar o estado do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, porque é esse o clima que se vive nesse hospital.

Aliás, a unidade de medicina está sobrelotada, há necessidade de transferir pacientes da unidade de medicina para a unidade de cirurgia que, por sua vez, também fica sobrelotada, não só com pacientes da unidade de medicina, mas também inclusive com pacientes de psiquiatria.

Isso também tem a ver com a falta de solução, falta de resposta em psiquiatria no hospital de Ponta Delgada.

A primeira pergunta que vou colocar-lhe é para quando uma solução imediata e concreta para o Hospital de Ponta Delgada, em psiquiatria, para fazer face a estes pacientes que por falta de solução acabam por serem enquadrados na unidade de cirurgia, prejudicando não só a prestação dos cuidados de psiquiatria, mas também e sobretudo a prestação de cuidados em cirurgia.

Também temos tido notícia, e o Sr. Secretário já teve oportunidade de mais uma vez repisar e reafirmar essas notícias, da criação de camas na Rede de Cuidados Continuados Integrados.

Recebemos há pouco tempo também a notícia que a Unidade de Cuidados Continuados Integrados do Nordeste iria receber, ou já recebeu neste momento, mais dois pacientes provenientes, penso eu, do Hospital de Ponta Delgada, e que no futuro irá receber mais quatro pacientes.

O que eu gostaria de saber, porque não basta transferir utentes para as unidades quer de longa, quer de média duração da Rede Regional de Cuidados Continuados, qual a capacidade real desta unidade do Nordeste e também se todos estes casos que estão a ser transferidos para esta unidade em concreto se

enquadram naqueles que são cuidados continuados e se não são, ou se não poderiam ser enquadráveis em soluções sociais ou até mesmo se não deveriam permanecer no hospital?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu, no âmbito da minha intervenção daquela tribuna, fiz-lhe várias perguntas que, lamentavelmente, o senhor não respondeu.

Perguntei-lhe claramente quando é que previa a retoma da produção adicional do Hospital do Divino Espírito Santo? Não sabemos.

Perguntei-lhe, uma vez que no passado o senhor disse naquela tribuna que provavelmente iria implementar medidas adicionais para operar os doentes que não conseguiam, até ao dia 31 de dezembro de 2018, hoje veio dizer o contrário, que afinal não será preciso.

Falei-lhe também no facto de não haver transparência a nível das listas de espera cirúrgica, dos doentes não saberem; muitas vezes remeterem ofícios para a Direção Regional da Saúde e até para o Gabinete do Provedor. A informação que nós temos é que nem a esses ofícios os senhores respondem, portanto, os utentes continuam sem saber em que posição é que estão.

Depois disse o senhor também que não tinham sido canceladas cirurgias. É que esta bancada tem exatamente uma informação contrária.

Vejamos o seguinte exemplo: foi-nos chegada informação de uma utente de Santa Maria que viajou sem acompanhante. Porquê? Porque não havia lugar disponível no avião entre Santa Maria e Ponta Delgada. Portanto, a senhora foi sozinha.

Tinha um ato cirúrgico marcado no Hospital do Divino Espírito Santo. Chegou lá, foi admitida no Hospital, fez todos os procedimentos pré-anestésicos e pré-operatórios que teriam que ser feitos como qualquer cirurgia normal e pasme-se: o que é que aconteceu no dia seguinte? A cirurgia foi cancelada!

Portanto, saiu a senhora da sua ilha, da sua casa, viajou sozinha até ao hospital de destino, e curiosamente não foi operada. E não foi operada porquê? O senhor sabe melhor do que nós o que é que se passou e o que é que se passa e o senhor continua a não enfrentar o problema. Simplesmente não há camas, Sr. Secretário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Os doentes não podem ficar de pé depois de serem operados. O senhor sabe disso há dois anos e não faz nada!

A Oradora: O senhor tem que resolver este problema, problema que o senhor já sabe há dois anos. Há dois anos não fez nada. O ano passado voltou a não fazer nada e este ano, perante as denúncias do Diretor Clínico, o que é que o senhor fez? Meteu a Inspeção Regional da Saúde no Hospital do Divino Espírito Santo para averiguar se de facto as cirurgias tinham sido canceladas e para averiguar a veracidade das declarações do Diretor Clínico.

Isso é inadmissível, Sr. Secretário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso é inadmissível?! Isso é uma boa decisão! Os senhores estavam a dizer exatamente o contrário!

A Oradora: Mais, Sr. Secretário!... Gostava de lhe perguntar relativamente ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, uma vez que neste momento no hospital não há resposta para a especialidade de neurocirurgia.

Eu gostava de saber, uma vez que é uma das especialidades que também tem bastante lista de espera relativamente à marcação de consultas, o que é que o Sr. Secretário pretende implementar de forma a resolver este problema, porque é

inadmissível, numa especialidade como a neurocirurgia, que os doentes continuem à espera.

E voltando também àquilo que ontem foi aqui debatido e que o Sr. Secretário Berto Messias não soube responder, gostava de centrar novamente a questão nos exames de eletrocardiograma que foram notícia ontem no jornal Diário.

O que nós sabemos é que desde 2011 não há qualquer tipo de contrato para o relatório destes exames e que são os próprios utentes que pegam no exame e pagam do seu bolso (pagam do seu bolso!) o relatório de um exame. Isto é inadmissível no Sistema Regional de Saúde que nós queremos e que os senhores preconizam para esta Região.

Portanto, Sr. Secretário pergunto-lhe: se esta situação é para se manter, se esta situação só ocorre no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo ou se ocorre noutros centros de saúde, e o que é que o Sr. Secretário pretende fazer de forma a terminar com esta injustiça?

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A saúde é um direito que assiste a todos e é fundamental que o seu acesso seja de uma forma coordenada e eficaz para que funcione na sua plenitude.

Considerando que desde março de 2017 até à presente data, ou seja, dois anos, 15 médicos de clínica geral e familiar foram contratados para prestar serviço da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, em regime de prestação de serviços. Ou seja, em média, a cada mês e meio chega um novo médico a São Jorge.

Considerando que esta rotatividade de médicos em São Jorge é claramente prejudicial e impossibilita um adequado acompanhamento dos utentes jorgenses por parte do seu médico de família;

Considerando que é urgente criar condições para que estes médicos se fixem nas ilhas sem hospital, pois só assim se conseguirá manter um quadro médico estável;

A pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, é a seguinte:

Para quando uma efetiva e eficaz política de fixação de médicos de clínica geral e familiar criando as condições necessárias para que se consiga um quadro médico estável em São Jorge e nas ilhas sem hospital?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tem vindo, por diversas vezes, chamar a atenção para as dificuldades no funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Reafirma uma vez mais a sua oposição à forma como o Governo do Partido Socialista tem conduzido a política de saúde e denuncia a campanha em curso contra os funcionários que tudo dão a este serviço.

Assistimos a uma política, não com o objetivo de melhorar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde (SRS), mas para o substituir por um sistema de saúde centrado em duas componentes: um serviço público desvalorizado apenas com um conjunto de garantias mínimas e uma apatia governativa quando se trata do dossier da saúde.

Observemos este início de ano, em que ficaram claros os problemas críticos existentes a nível da administração do Hospital da Horta e como se tal não

bastasse, para agravar e demonstrar o desgoverno desta secretaria, acrescentou-se ainda a suspensão das cirurgias no Hospital do Divino Espírito Santo.

Provavelmente este é o momento em que mais se prejudicou o Serviço Regional de Saúde e os direitos dos açorianos no acesso à saúde. São evidentes os sinais crescentes de fragilização do Serviço Regional de Saúde, fruto de anos de uma política levada a cabo por um governo exausto, que se tem pautado pelo subfinanciamento e subinvestimento que condicionam a missão constitucional de garantir o acesso de todos os açorianos à prestação de cuidados de saúde. O conjunto de problemas que afetam o funcionamento das unidades de saúde, com consequências sobretudo nos tempos de espera e na qualidade do serviço prestado, tem ganho expressão nos últimos meses.

Se anteriormente apenas víamos as queixas dos utentes, a situação progrediu de tal forma que as próprias direções já alertam, clamam e pedem alguma ação governativa.

A passagem dos cuidados continuados das IPSS para as Unidades de Saúde de Ilha aumentou a pressão nos internamentos e a taxa de ocupação, dificultando a estadia de doentes que de facto precisam de ser internados e dificultando a drenagem dos hospitais para as Unidades de Saúde de Ilha. No início deste ano verificamos duas pastas governativas em falha, obviamente a Secretaria da Saúde e para piorar ainda mais o estado do Serviço Regional de Saúde, a falha da Secretaria da Solidariedade Social. Uma das queixas mais prementes tem a ver com a ocupação a 100% das enfermarias e de utentes que (passo a citar)” continuam internados com alta médica a aguardar solução social.”.

Fica assim demonstrada a falha inadmissível da Secretaria da Solidariedade Social e a sua incapacidade de dar resposta a estes problemas,

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que se impõe são medidas efetivas que dotem o Serviço Regional de Saúde das condições e meios para corresponder ao seu objetivo e não manobras que

visam perturbar deliberadamente o funcionamento do SRS, desacreditá-lo e descredibilizá-lo aos olhos dos açorianos.

A contratação de profissionais nas Unidades de Saúde de Ilha pelo atual Governo tem sido insuficiente para compensar saídas para a reforma, para os privados e até para a emigração, situação tão mais preocupante quanto o pico da saída de médicos por limite de idade ainda estar por se verificar. A escassez de profissionais – Médicos, Enfermeiros, Técnicos Superiores de Saúde, Técnicos de Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, e Assistentes Técnicos –, e a desvalorização social e profissional a que têm sido sujeitos, está na origem do aumento dos ritmos de trabalho, da exaustão e desmotivação, pondo em causa a prestação de cuidados de saúde, contribuindo para o aumento do tempo de espera para consultas e cirurgias.

Os profissionais da saúde estão fragilizados em diversas questões graves uma delas é sobre os vínculos precários, o objetivo tem de passar por eliminar por completo estes vínculos precários na administração pública e ainda mais importante, nunca ocupar um local efetivo de trabalho com um vínculo precário. A outra questão é a total reposição do tempo de serviço dos Enfermeiros, ao qual já nos apercebemos da urgência desta situação através das suas manifestações e na petição que ainda ontem foi rececionada por todos grupos parlamentares. Mas muitas outras poderiam ser aqui apontadas.

Srs. Deputados não há Serviço Regional de Saúde sem profissionais!

São eles que todos os dias com o seu labor e dedicação permitem que no Serviço Regional de Saúde se preste cuidados de saúde de qualidade. O ignorar dos alertas às entidades governativas por vezes em desespero de causa, por parte destes profissionais, resulta em casos como observámos no passado mês de fevereiro no HDES. Por todas estas situações, a Representação Parlamentar do PCP saúda todos os trabalhadores do Serviço Regional de Saúde, o seu empenho na sua defesa e as lutas que estão a travar!

A crescente dificuldade em realizar exames de diagnóstico nos centros de saúde, em resultado da falta de investimento em equipamentos, tem sido argumento para transferir mais utentes para Hospitais como o Divino Espírito Santo. Se existisse preocupação em ter os equipamentos necessários em todas as ilhas não existiria esse fluxo exagerado.

No imediato, a solução para uma parte significativa dos problemas do Serviço Regional de Saúde, passa pela aplicação de princípios, de que destacamos:

- A dotação de cada unidade de saúde dos recursos orçamentais adequados às necessidades da população e considerando a modernização dos equipamentos e o alargamento da capacidade da resposta pública, bem como a melhoria da organização dos serviços;
- Reforço do investimento público, em particular quanto à requalificação e construção de centros de saúde e de hospitais, especialmente em Santa Cruz das Flores, nas Velas e nas Lajes do Pico;
- Identificar as carências de Médicos e Enfermeiros, Técnicos de Saúde e Assistentes Técnicos, e proceder à sua contratação e substituir as subcontratações e vínculos precários por contratações com vínculo público efetivo, como prevê o Orçamento do Estado para 2019;
- Revogar as taxas moderadoras e garantir o transporte de doentes não urgentes a todos os utentes que dele necessitam para aceder aos cuidados de saúde.

O direito constitucional à Saúde é inseparável do reforço e melhoria do Serviço Regional de Saúde, objetivo que exige a rutura com a política até agora praticada pela direita e pelo PS. A Representação Parlamentar do PCP irá continuar a batalhar por uma saúde melhor, por um futuro melhor e por uma Região melhor.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou dirigir-me especialmente à cara Sra. Deputada e colega, Dra. Mónica Seidi, pela sua introdução nesta interpelação, dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá a máxima importância a todas as formas de análise e discussão sobre o nosso Serviço Regional de Saúde. Nem tudo está bem em saúde. Sabemos o que está bem e a nossa preocupação é em implementar os planos de melhoria.

Achamos que a sua intervenção faz referência a problemas em via de resolução, porque estamos a trabalhar neles para bem dos açorianos.

A ideia aqui introduzida, nalgumas das intervenções que se seguiram, de que o caos seria a situação no Hospital de Ponta Delgada, é importante aqui referir no início desta minha intervenção que o Hospital de Ponta Delgada nunca entrará em caos porque é um hospital organizado, com procedimentos, com manuais,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Fala quem sabe!

O Orador: ... com planos de contingência, com planos de emergência e, portanto, esta ideia do caos, sinceramente não cola nos problemas que nós temos na nossa saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É por isso que nós não concordamos com esta visão catastrófica de quem só para lá de 2020 acha que terá propostas modificadoras do funcionamento do nosso Serviço Regional de Saúde, se ganhar eleições; e, se me permitem, caras Deputadas e Deputados, os milagres estão cada vez mais difíceis para os lados do PSD. Esta interpelação sobre o funcionamento do nosso Serviço Regional

de Saúde só faria sentido se se baseasse numa leitura dos nossos indicadores de saúde entre 2012 e 2017 e sobre a análise séria e atualizada dos índices comparativos dos consumidores europeus em saúde, dos quais participamos no todo nacional.

Faria sentido se não houvesse uma visão redutora nesta Câmara, do funcionamento do Serviço Regional de Saúde, baseada na pequena história e na conflitualidade resolúvel fora da política. Existem mecanismos de resolução de conflitualidade de interesses entre os utentes e os prestadores de serviços.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ignorância voluntária pelos dados disponibilizados para análise, não acrescenta, antes reduz a importância deste debate.

Portugal e o seu Sistema Nacional de Saúde e o nosso sistema do qual nós participamos em todos os dados que são analisados a nível Europeu, posicionou-se mais uma vez em 2018, num honroso 13.º lugar entre os 35 países europeus, com 754 pontos, logo a seguir à Alemanha e à frente do Reino Unido, Espanha, República Checa, Irlanda, entre outros de referência com serviços públicos de saúde sejam Beveridgianos, Bismarkianos ou mistos.

Trata-se de uma avaliação ao funcionamento dos serviços de saúde europeus feita anualmente em função dos dados disponibilizados.

Sras. e Srs. Deputados interpelantes:

A sua não análise, faz-vos perder tempo demais na lamúria, tempo demais para credibilizarem perante os açorianos e açorianas vontade de mudanças.

Conseguimos a cobertura assistencial por médicos de Medicina Geral e Familiar em praticamente todas as Unidades de Saúde de Ilha. A exceção são os concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, onde até final deste ano se espera a sua cobertura integral, felizmente numa redução de utentes não assistidos por este tipo de cobertura já pouco significativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas que ninguém se meta a lamuriar!

O Orador: Nós sabemos os problemas que nós temos, Sr. Deputado.

Estabelecemos assistência materno-infantil com apoio perinatal diferenciado e apoio perinatal especializado, atingindo-se a menor taxa de mortalidade infantil de Portugal e da Europa.

Conseguimos a maior e melhor cobertura vacinal das nossas crianças e jovens com relevo para o HPV, sendo por isso salientada a nossa eficiência pelo Ministério da Saúde.

Estabelecemos uma rede de suporte imediato de vida que presta um serviço que cresce em demanda, diferenciado e em consolidação.

Conseguimos pela primeira vez diagnosticar mais doenças metabólicas e tratá-las, conseguimos baixar a mortalidade e morbilidade por doenças cérebro e cardiovasculares. Conseguimos maior taxa de sobrevivência para o cancro em todas as suas formas.

Temos uma rede assistencial que melhorou a demora média do internamento, tratando mais 6,29 doentes por cama.

Aumentámos em 75% o número de consultas de enfermagem em cinco anos.

Fizeram-se 811.703 consultas médicas, produziram-se 1.235.000 exames complementares de diagnóstico e terapêutica e 3.637.000 de análises clínicas.

Atenderam-se e trataram-se 28.000 utentes deslocados.

Trataram-se em internamentos hospitalar mais de 29.000 utentes, atenderam-se nas Urgências de todas as unidades com esta valência, 322.000 utentes.

Reduzimos, tal como se preconiza, 17% dos atendimentos nas urgências, demonstrando-se aumento da capacidade de resposta ao atendimento por outras formas de consulta.

A lista é longa, exaustiva como se pretende que o seja no relatório do funcionamento do nosso Serviço Regional de Saúde. Leiam-no com espírito analítico e depois crítico.

Mas penso que não é isso que vos interessa. Disso não tenho dúvidas, daí que provavelmente não vamos esperar nada de novo deste debate.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma coisa que penso que tem que ficar clara: nós não podemos continuar o debate como se as tais 20 camas ainda tivessem ocupadas no hospital. Nós tomámos uma medida de disponibilização imediata de 17 camas para efetivamente aliviar...

Deputado Luís Maurício (PSD): Imediata? Dois anos depois que o senhor fez isso! Como é que foi imediata?

O Orador: ... o hospital na altura em que efetivamente aquilo aconteceu.

O que se veio a verificar foi que, de facto, foram transferidos já 11 utentes, sendo que os restantes não puderam sair do hospital porque não tinham condições terapêuticas para o fazer. Ou seja, ficaram efetivamente no hospital.

Portanto, é uma situação que nos preocupa, essa questão das falsas altas, como se costuma dizer, das falsas altas clínicas, quer sejam em termos sociais, quer seja para a Rede de Cuidados Continuados (é algo que nos preocupa), ou para o domicílio também, para estarem junto da sua família (é algo que nos preocupa). São 20 camas. Poderiam ser três ou quatro, poderiam ser 100. Preocupa-nos e continuamos a trabalhar sobre isso. Sabemos que isso, de facto, é um fenómeno

que hoje em dia agrava o Serviço Regional de Saúde, quer seja aqui, quer seja na Madeira,...

Deputado Luís Maurício (PSD): O vosso consolo é o mal dos outros!

A vossa incapacidade é a incapacidade maior dos outros!

O Orador: ... quer seja no continente. Aliás, é curioso que na Madeira, em dezembro de 2018, saiu uma notícia que casos semelhantes a esses do HDES, que eram 20, na Madeira tinham 600. De facto, era um problema com certeza muito mais difícil de resolver que o nosso.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Paulo Mendes perguntou, sobre a psiquiatria, neste momento está a decorrer uma obra de ampliação do serviço de internamento da psiquiatria, que ficando pronto disponibiliza no total 20 camas. Sobre a questão do Nordeste, efetivamente nós tínhamos, no Nordeste, sete camas disponíveis e passaram para 9. Efetivamente as pessoas para já só vão para lá se assim o consentirem e, portanto, são integradas na rede com as regras que estão definidas na própria rede.

Mas, de facto, o Sr. Deputado colocou e muito bem uma questão que nos preocupa a todos que tem a ver com os cuidados paliativos. Portanto, os cuidados paliativos, tal como uma proposta do Bloco de Esquerda na discussão do Orçamento para 2019, e que nós acatámos, já foram nomeadas as duas equipas do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira e do Hospital da Horta.

Houve já uma primeira reunião entre as três equipas e as Equipas de Cuidados domiciliários para que a referenciação seja mais efetiva e para que de facto possamos começar a ter mais respostas efetivamente ao nível dos cuidados paliativos, porque já temos com bastante qualidade no Hospital Divino Espírito Santo, bastante qualidade nos serviços domiciliários na Ilha Terceira e em Ponta Delgada. Portanto, o objetivo é alargar e melhorar os cuidados a este nível.

Sobre a disponibilização da informação sobre o lugar da posição na lista de cada um dos utentes, de facto nós tínhamos anunciado que estávamos em negociação com a SPMS, para que de facto na plataforma dos dados de saúde cada utente pudesse efetivamente aceder e ter automaticamente o seu lugar. Isto é uma situação que ainda não está concluída, a negociação está feita, já foram trocadas propostas nesse sentido e pensamos que muito em breve poderemos disponibilizar essa informação, o que não invalida que cada utente tenha o direito de contactando o hospital saber o seu lugar na lista. Portanto, se isto não está a acontecer é uma questão que vamos averiguar porque, obviamente tem que saber.

Não há nenhum pedido que seja feito ao Serviço Regional de Saúde, à Direção Regional da Saúde, ao meu Gabinete ou ao Provedor do Utente que não tenha resposta e, obviamente é informado o lugar da lista.

As pessoas o que reclamam e com todo o direito é que acham que estão há muito tempo à espera na lista, consoante as suas circunstâncias.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é como a SATA: tudo faremos para melhorar o seu conforto!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Paiva, aquilo que eu tinha para lhe dizer o Sr. Deputado deverá saber muito bem, os cinco médicos de família que estão em São Jorge há quanto tempo lá estão. Portanto, demonstra bem como aquele quadro de médicos em São Jorge está há bastante tempo.

O que acontece e que o Sr. Deputado referiu tem a ver com os médicos que são contratos, o médico que é contrato no âmbito da empresa PRECISE para o serviço de urgência e que, de facto, nos últimos tempos tem havido alguma rotatividade tendo em conta as características do médico. Isso é uma situação que obviamente nós gostaríamos que melhorasse, mas para lhe dizer que é dado que é importante, que São Jorge tem três médicos internos de medicina geral e

familiar e que para este ano nós já autorizámos a abertura de concurso para três médicos.

Obviamente os cinco médicos que estão lá há tanto tempo obviamente que se vão reformar nos próximos anos, mas isso significa que há estabilidade desses recursos.

Relativamente ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo dizer-lhe que a aposta nos recursos humanos tem sido uma contante. Temos nesses últimos anos aberto imensos concursos na área da saúde. Aliás, uma proposta que o Sr. Deputado fez relativamente a assistentes operacionais para os próximos dois anos e que consta no Orçamento da Região, nós, no lado da saúde, para este ano já vamos cumprir 50% daquela que é a meta para a saúde e a educação que são os 200 contratos para assistentes operacionais.

Portanto, como vê é um compromisso sério do Governo Regional relativamente aos recursos humanos.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima, a questão da fisioterapia, nós conseguimos estabilizar aquilo que... Tínhamos fisioterapia na Ilha de São Miguel. Portanto, um modelo que entrou de forma pacífica em vigor este ano. A capacidade de resposta do Hospital de Santo Espírito está obviamente a ser avaliada para se verificar qual a melhor resposta que possa ser dada.

O processo de acreditação!... Sr. Deputado, a Joint Commission, essa entidade, não é que vai fazer a acreditação.

Ela tem um modelo instituído e os hospitais aderem a esse modelo. Aquilo que se faz é efetivamente começar por aderir ao processo, começar por ter os manuais que são necessários e durante o período que está instituído fazer cumprir todos os procedimentos que lá estão definidos e, como tal, no fim, a empresa certifica ou não...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que se paga?

O Orador: ... e aquilo que está previsto é que custe cerca de 40 mil euros este processo de acreditação.

A Joint Commission, em 2014 foi feita uma visita a vários hospitais do país e chegou-se à conclusão que para os interesses que tínhamos a Joint Commission seria a entidade mais interessante. Portanto, foram dadas instruções aos outros dois hospitais neste sentido.

Efetivamente não há nenhum contrato. Não há nenhum contrato, portanto, o processo é de adesão a este processo e no fim há toda esta componente conforme já lhe disse.

Sobre aquilo que o Sr. Deputado já falou da inovação terapêutica, é um caso em concreto que obviamente irei apurar as suas circunstâncias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, veio aqui falar em problemas em vias de resolução. Pois muito bem, Sr. Deputado, são os mesmos há anos e anos, sem fim, o que demonstra a incapacidade do Governo Regional em, de forma repetida, resolver os problemas aos açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: De facto, não há sequer milagre que valha, porque nem com um milagre nós chegaremos lá, Sr. Deputado.

Não há volta a dar!

Falou e pôs em causa os conceitos que eu usei daquela tribuna relativamente aos caos.

Sr. Deputado, se para si, enquanto médico, não é caos que não haja camas para alojar doentes, que hajam cirurgias a serem canceladas e que os profissionais de

saúde se sintam esgotados, Sr. Deputado, o senhor, enquanto médico, diga lá o que é o caos?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que é que é trabalhar num hospital que não tem camas para alojar doentes, Sr. Deputado? E não sou eu que o digo, é o Sr. Diretor Clínico do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, Sr. Deputado. Não sou eu que digo, não é o PSD!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto sim, é o caos que ainda se vive no Hospital do Divino Espírito Santo e que poderá pôr em causa os cuidados de saúde prestados aos utentes da nossa Região.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto, sim, é o caos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: E digo-lhe mais!... Tem sido habitual nesta Casa a bancada socialista vir apresentar números, números que de facto denotam evolução, e ainda bem que ela acontece,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Verdadeiros!

A Oradora: ... mas que também denotam outras coisas.

Deputado Francisco César (PS): Afinal não era tudo mau!

A Oradora: Felizmente temos o número de profissionais de saúde no Serviço Regional a aumentar. Ainda bem!

Mas agora vamos fazer outro tipo de exercício: e será que esse aumento tem correspondido às necessidades dos açorianos? Será que esse aumento do

número de profissionais de saúde tem conseguido reduzir o tempo de espera das listas cirúrgicas?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem conseguido reduzir o tempo máximo de resposta garantida para as primeiras consultas, para a realização de exames complementares de diagnóstico, para a deslocação de médicos especialistas em ilhas se hospital, Sr. Deputado?

Será que o isso acontece?

É que quem lamentavelmente nos trouxe até aqui já não nos sabe tirar daqui e é preciso um Governo novo para acabar com tudo isto.

Deputados João Bruto da Costa e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Sem isto nós não chegamos lá.

E para terminar dirijo-me ao Sr. Secretário, porque mais uma vez conseguiu não responder a questões, questões que eu já coloquei por duas vezes, e que se for necessário vou continuar a colocá-las, porque, de facto, tem sido um hábito seu, lamentavelmente, o senhor não as responder.

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma questão pessoal, Sr. Secretário?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A questão não é responder! É a resposta não lhe convém!

A Oradora: Se for necessário volto a repetir, mas também gostava que se lembrasse das outras que coloquei da tribuna, nomeadamente ao nível da produtividade dos Blocos Operatórios, se o Governo tem algum levantamento real efetuado no que concerne às necessidades, nomeadamente ao nível de anestesistas, ao nível de enfermeiros instrumentistas e das diversas

especialidades cirúrgicas que estarão neste momento em falta para colmatar aquilo que são as necessidades do Sistema Regional de Saúde?

Também lhe questionei relativamente à deslocação dos médicos especialistas, se o senhor teria recebido esse planeamento das unidades, se poderia partilhar connosco nomeadamente as necessidades das ilhas sem hospital, como é que isso seria feito? Quais as especialidades que seriam mais necessárias?

Mais uma vez o senhor conseguiu não responder.

Perguntei-lhe sobre a neurocirurgia no hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira? O senhor conseguiu não responder!

Perguntei-lhe sobre a realização de exames de eletrocardiogramas que ainda ontem foram notícia no Diário Insular? O senhor conseguiu não responder!

Portanto, Sr. Secretário, não quero imaginar que o senhor não tem as respostas para estas perguntas, seguramente. O senhor é detentor de toda a informação, ou deveria ser, que abrange o Sistema Regional de Saúde.

Portanto, aguardo que me responda e acrescento-lhe mais uma: acrescento-lhe mais uma que tem a ver com o subfinanciamento crónico aos hospitais da Região.

E vamos falar em números. Penso que neste debate, se calhar, falar em números não deverá ser a tónica dada, mas de facto as contas disponíveis relativas ao terceiro trimestre de 2018 são aflitivas e são aflitivas porque vêm evidenciar, como já referi, o subfinanciamento crónico dos hospitais e a capacidade de gestão corrente dos mesmos.

Falando em resultados, temos resultados negativos na ordem dos 16 milhões de euros e temos dívidas a fornecedores perto de 120 milhões de euros, Sr. Secretário (120 milhões de euros!).

Temos fornecedores que têm que pagar a trabalhadores e que estão a viver uma asfixia por causa deste atraso.

O que eu gostaria de saber é o que é que pretende o Sr. Secretário fazer, com o intuito de devolver a estes fornecedores aquilo que lhes é devido?

E a última pergunta que lhe ia falar, relativamente ao processo de extinção da SAUDAÇOR, no âmbito da reestruturação do Setor Público Empresarial, o que é que a tutela pretende fazer? Se será a internacionalização dos trabalhadores, ou se irá transformar a SAUDAÇOR num instituto?

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por cumprimentar a Sra. Deputada Mónica Seidi nesta sua intervenção sobre o objeto da interpelação feita ao Governo, sobre saúde.

E antes de adiantar mais o que quer que seja, gostaria, como estamos a falar de saúde, de saudar todos os profissionais de saúde da Região...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... que ao longo dos anos têm integrado os nossos serviços de saúde, lhe têm dado a consistência, a qualidade e a evolução que nós assistimos na Região.

A Sra. Deputada Mónica Seidi trouxe aqui um assunto ao qual eu vou tentar explicar muito rapidamente, mas referiu-se à taxa de vacinação dos adultos contra a gripe.

A taxa que a Sr. Deputada aqui referenciou não é aquela que eu tenho. Poderemos estar aqui enviesados.

Aquilo que eu sei é que os idosos com 65 e mais anos, em 2017, a taxa foi de 51,9, e a ideia que eu tenho é que este ano a taxa é ainda superior. Não tenho o número exato, mas não condiz com os seus 43,2 que disse ali da tribuna.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Sr. Diretor Regional é que o afirmou!

O Orador: Por isso acho que no âmbito da prevenção também esta é uma aposta do Governo e dentro daquilo que é a promoção e a prevenção da Saúde.

Vamos falar sobre a deslocação de especialistas.

Este documento, o documento que está publicado, a Portaria nº 95/2018, foi um documento em que o Governo se comprometeu a rever e a melhorar no âmbito daquilo que foram as observações, o acompanhamento e a avaliação dos anteriores diplomas que existiam sobre esta matéria.

Mereceu um vasto consenso e uma vasta opinião de várias entidades que foram ouvidas e se pronunciaram.

Está em vigor!

E esta deslocação de especialistas, como a Sra. Deputada disse, está muito claro e esclarecido como é que se deve processar todo o procedimento até à homologação da deslocação das escalas de especialistas às ilhas sem hospital.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É cumprir o que está na Portaria!

O Orador: Nós sabemos neste momento que relativamente a esta Portaria, há unidades de saúde que já têm os seus mapas concluídos, que já foram enviados para os respetivos hospitais de referência e que, em breve...

Deputada Mónica Seidi (PSD): É sempre em breve! Já foi a 31 de dezembro! É sempre em breve!

O Orador: ... terão com certeza a homologação do Sr. Secretário.

É aquilo que se tem que ter em consideração...

Deputada Mónica Seidi (PSD): As eleições também são em breve!

O Orador: Sra. Deputada, se me permite, eu gostaria só de lhe dizer uma coisa:

A senhora é Deputada; eu sou Deputado!

A Sra. Deputada é médica; eu também sou médico!

Todos nós sabemos e percebemos muito bem, se calhar melhor que muita gente, como é que as coisas funcionam.

Isso não quer dizer que não se cumpra com aquilo que são as regras que estão implementadas para podermos cumprir com o que está em curso.

Nesse sentido, gostaria só de dizer aqui à câmara o seguinte:

Vou começar por Santa Maria. Tem uma população de 5.552 habitantes residentes; em 2017 teve 30 deslocações de especialistas e executadas 3.271 consultas;

A Graciosa, 18 deslocações e 1.091 consultas;

São Jorge, 2.514 (não tenho o número de deslocações, mas sabemos que foram 10 especialidades diferentes);

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde é que estão esses dados?

O Orador: Flores, 20 deslocações; 1.280 consultas e também o Corvo tenho a informação de 19 deslocações que atingiu 29 consultas.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde é que o senhor foi buscar esses dados? Pode-nos facultar! Os senhores têm dados que mais ninguém tem!

O Orador: O que quer dizer que esta Portaria está em vigor e que continuamos a deslocar os médicos especialistas de acordo com as necessidades que cada Unidade de Saúde transmite respetivamente aos respetivos hospitais de referência.

Por isso, vamos continuar e estamos certos que esta Portaria irá beneficiar muito a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital, como também vai beneficiar muito a deslocação dos médicos especialistas também às ilhas sem hospital, e o inverso, os doentes ao seu hospital.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram horas 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Secretário Regional da Saúde, naquela que foi a sua primeira intervenção em jeito de resposta às várias intervenções que foram percorrendo as várias bancadas desta câmara, escudou-se numa questão cultural, com uma explicação para aquele que é o recurso que as pessoas fazem aos serviços de urgência hospitalares.

Ainda bem que não se escudou naquilo que poderia ser uma questão genética, se não estávamos todos tramados e muito difícil seria o debate sobre os motivos que levam as pessoas a recorrerem às urgências hospitalares.

Ora, e digo difícil porquê? Porque uma questão genética seria de mais difícil debate, mas enquanto uma questão cultural não é. Porquê? Porque uma questão cultural não surge do nada. Uma questão genética também não, mas é mais fácil explicar uma questão cultural.

As pessoas, de facto, recorrem às urgências não por uma simples questão cultural, por uma razão cultural. Essa razão cultural tem um motivo e esse motivo tem a ver com a falta de resposta que as pessoas têm nos cuidados de saúde primários.

Apesar de nós concordarmos com uma linha telefónica de atendimento em casos de saúde, mas não é uma linha telefónica de saúde, por mais X-P-T-O que possa ser, que vai resolver todos os problemas de saúde que as pessoas têm.

Temos que ter uma rede de cuidados de saúde primários que consiga acolher aquelas que são as necessidades dos seus utentes e até mesmo para quem defende a introdução de taxas moderadoras, acaba por as defender à luz se calhar de um único motivo: que se deve introduzir as taxas moderadoras (e isto não é o Bloco de Esquerda que o diz, mas é uma justificação que é dada pelos defensores das taxas moderadoras); que as taxas moderadoras fazem sentido, digamos que para moderar o acesso a serviços, nomeadamente a serviços de urgência e moderar o acesso a pessoas que procuram os serviços de urgência com casos que não são urgências, de facto.

Portanto, não faz sentido nós continuarmos a ter taxas moderadoras nos centros de saúde, até mesmo na realização de exames completos de diagnóstico prescritos por médicos.

As pessoas não fazem um exame complementar de diagnóstico porque lhes apetece, porque lhes dá cabeça. Não! É porque precisam, porque é prescrito por um médico.

Não se compreende por que é que continuamos a insistir na cobrança de taxas moderadoras, quer para a realização de exames complementares de diagnóstico, mesmo aqueles que possam ser prescritos por médicos, quer em consultas em centros de saúde.

A redução das idas às urgências por isso, dos casos não condizentes com urgências, só se consegue tendo e incentivando o recurso a cuidados de saúde primários.

Ora, como é que se consegue cumprir essa lógica se continuamos a aplicar taxas moderadoras no recurso às consultas em Centros de Saúde? Isso não pode acontecer! Antes pelo contrário, as pessoas quando têm problemas de saúde e se são problemas de saúde que não são condizentes com verdadeiras urgências, devem ser incentivadas a procurar aquela que é a prestação de cuidados de saúde prestada nos centros de saúde.

Por isso também não se compreende como é que, neste momento, utentes da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, inclusive utentes já com alguma idade, estejam a receber SMS da Unidade de Saúde da Ilha do Pico a cobrar dívidas e taxas moderadoras em atraso. Não faz sentido! Quando essas mesmas pessoas reclamam que antes sequer de pagarem algum tipo de taxa de moderadora, por mais incompreensível que seja, no recurso a cuidados de saúde primários, que nunca deveria acontecer, como é que essa cobrança se faz mediante a prestação de um serviço de saúde que até pelo que as pessoas dizem e mais concretamente na Ilha do Pico, não tem assim grande qualidade e que não lhes dá uma resposta tão imediata como pretendiam ter.

Será que a intenção, no futuro, deste Governo Regional, será dar *vouchers* aos utentes que recorrerem ao futuro hospital privado da Lagoa em vez de se investir nos cuidados de saúde primários e até mesmo nos cuidados continuados e nos hospitais? Essa é uma pergunta que eu deixo no ar, é uma pergunta que pode ser entendida como retórica, se calhar mesmo como uma previsão, mas se calhar é isso mesmo que vai acontecer se continuarmos a incidir numa política que não faz qualquer sentido, que é em vez de estarmos a investir a sério no Serviço Regional de Saúde, estamos a investir em hospitais privados e quem sabe se no futuro até vamos conceder *vouchers* para as pessoas poderem recorrer a um hospital privado por falta de resposta no Serviço Regional de Saúde? Isso não pode de maneira nenhuma acontecer.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Só para lhe lembrar que naturalmente por esquecimento eu fiz-lhe algumas perguntas que V. Exa. não me respondeu, mas também para registar que vou

pedir outro esclarecimento: os 140 mil euros que o senhor referiu são sobre a certificação do hospital, a acreditação do hospital, a certificação do aeroporto? Isto é, sobre a acreditação do hospital se os 140 mil euros é o processo todo ou é só durante este ano, na primeira fase?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Foi o processo de acreditação que foi feita até agora! Leia e depois fale!

O Orador: Portanto, perceber, já que no requerimento o Sr. Secretário Adjunto não esclarece. Portanto, eu queria pedir-lhe esse esclarecimento.

Diz que é 150 euros, a acreditação.

Portanto, era só fazer-lhe essa pergunta e lembrar-lhe das perguntas que lhe fiz, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, a questão cultural do acesso às urgências é verdade. Está escrito, está estudado. Portanto, não fui eu que inventei, nem foi para desculpa de qualquer coisa.

Apresentei como um dos dados, como uma das situações que nós também temos que combater e um dos exemplos é o facto das pessoas preferirem ir no HDES à urgência, quando ao lado têm consultas abertas disponíveis.

Portanto, é algo que nós reconhecemos e que temos que, em conjunto, alterar esta mentalidade. Portanto, não inventei só por achar que ficava bonito ter dito isso.

Sr. Deputado Artur Lima, efetivamente eu não lhe respondi a várias questões que o Sr. Deputado tinha perguntado. Essa questão da acreditação, a estimativa que se tem é que, de facto, o processo custe 40 mil euros na acreditação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quarenta ou 140?

O Orador: Quarenta mil.

... mas não está ainda contratualizada, será no fim do processo.

Sr. Deputado, relativamente ao Regime Jurídico do Transporte de Cadáveres que aqui foi aprovado nesta Assembleia, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2019, posso dizer-lhe que já foram feitos 11 processos nesta circunstância, em praticamente quase todas as ilhas, à exceção de Faial, Flores e Corvo. Portanto, já temos o sistema a funcionar. Portanto, já foi possível apoiar 11 famílias com a entrada em vigor deste processo.

Relativamente às questões do reforço do CIRURGE e do VALE SAUDE, de facto, é a prioridade que nós temos para este ano e eu há pouco tinha feito essa referência relativamente, por um lado, às questões das especialidades onde efetivamente tem sido mais difícil o cumprimento da diminuição do tempo da lista de espera, nomeadamente em ortopedia. Já foi solicitado até ao final deste mês que os dois hospitais, principalmente o da Ilha Terceira, apresente, a proposta que vai no sentido da maximização do Bloco Operatório com os ortopedistas que tem (agora há um terceiro ortopedista no hospital) e a rentabilização do período, utilizando o CIRURGE e o VALE SAUDE.

Portanto, a nossa preocupação este ano é efetivamente para essa situação.

Relativamente àquilo que referiu da consulta de dermatologia, nós vamos retomar algo que aqui existia há uns tempos atrás, nomeadamente através do Centro de Oncologia que irá disponibilizar essas consultas também, diminuindo assim a lista de espera que possa existir relativamente a esta vertente.

Depois foi-me perguntado e há pouco também não respondi, mas tinha aqui informação, quais eram as especialidades que têm sido mais requisitadas pelas ilhas? É, nomeadamente, a área da cardiologia, da dermatologia, oftalmologia, otorrino, gastroenterologia e há o caso da pediatria também.

Obviamente que os esforços que vão ser feitos pelos hospitais é nesse sentido de cumprir com estas questões.

Obviamente que há aqui questões que – eu percebo a Deputada Mónica Seidi – não é só uma questão de eu não responder, é de eu, ao responder, não ser a resposta que a Sra. Deputada queria. Mas aí estamos completamente normais.

A questão da neurocirurgia, eu não me referi a ela, porque o Conselho de Administração do Hospital já, publicamente, definiu aquilo que se estava a fazer, portanto, que tinham um protocolo a estabelecer ainda durante o mês de março para suprir esta falta do neurocirurgista.

Relativamente à notícia que apareceu ontem, obviamente que o Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha Terceira tem todos os meios à sua disponibilidade para resolver essa situação, quer seja através da contratação de especialista, quer seja recorrendo a especialistas que existem no hospital.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que eles dizem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Maurício (PSD): Estávamos mesmo precisando dessa energia!

O Orador: Para ver se não se deixa dormir, não é?

Eu considero que nesta matéria é preciso ter uma perspetiva histórica, em relação a este assunto.

Eu lembro que os Governos do Partido Socialista iniciaram a sua gestão nesta matéria, do ponto de vista financeiro, com o conta quilómetros a zero.

Um perdão de dívida por parte do então Primeiro-Ministro Guterres que pagou toda a dívida em relação ao Sistema Regional de Saúde.

Portanto, isto permitiu aos sucessivos governos do Partido Socialista iniciar uma gestão deste setor com uma dívida a zero.

Como é que o Partido Socialista geriu este setor ao longo destes anos?

Geriu de forma absolutamente ruinosa, porque a verdade é esta: neste momento (e até vou ler as últimas referências que, por exemplo, o Tribunal de Contas refere) “das oito entidades em situação de falência técnica, em consequência dos capitais próprios, dos fundos próprios serem negativos, os três hospitais representam menos 200,6 milhões”.

Depois temos outra referência, por exemplo, à SAUDAÇOR: “A SAUDAÇOR concentra 79,2% da dívida financeira das entidades públicas reclassificadas e 48,4% da dívida idêntica de natureza contraída pelo universo das entidades que integram o perímetro orçamental”.

Isto mostra a situação de falência em que se encontra o sistema de saúde. E não sou eu que o digo. A palavra, o conceito de falência, é utilizado pelo Tribunal de Contas. Ou seja, a Região colocou numa situação de falência o sistema.

Portanto, o que nós temos em termos de perspetiva, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de funcionamento, é realmente um cenário desolador.

Alguns dos que nos estão a ouvir podiam pensar: bem, mas foi feito um grande... Este endividamento resulta de um investimento acima da média do país, e este investimento significa que nós conseguimos concentrar recursos na área da saúde superiores à média do país.

Mas quando se olha para os dados não é isso que se vê. O que nós temos, por exemplo, é um médico por cada 319 habitantes na Região Autónoma dos Açores, mas a nível nacional esse número é de 206.

Temos falta de enfermeiros, temos falta de salas de cirurgia, temos falta de camas, temos listas de espera cirúrgicas que são uma vergonha...

Deputado Manuel Pereira (PS): Temos falta de uma análise verdadeira a esses números!

O Orador: ... temos uma organização caótica do sistema com notícias quase todas as semanas sobre problemas burocráticos, problemas administrativos, problemas de meios, problemas de adiamentos absolutamente inaceitáveis. Ou seja, um funcionamento caótico do sistema.

Tudo isto significa que o sistema foi gerido de forma absolutamente incompetente ao longo de todos estes anos.

Portanto, aquele que é o centro deste debate é qual é a nossa perspetiva em relação ao funcionamento do Serviço Regional de saúde?

Bom, a nossa perspetiva, e a perspetiva do PPM,...

Deputado José Contente (PS): É mais coisas e menos dinheiro!

O Orador: ... é uma perspetiva que os senhores geriram e continuam a gerir de forma muito deficitária o Serviço Regional de Saúde.

Devo dizer que também nesta legislatura não é possível, até ao momento verificar que existiram melhorias. O Sr. Secretário levou os dois primeiros dois anos da legislatura em diálogo, a tentar encontrar soluções, num diálogo com todos os agentes do sistema.

No primeiro ano não tivemos nenhum tipo de anúncio para os problemas que estamos a enfrentar. No segundo ano continuam sem surgir nenhum tipo de soluções para os problemas que nós estamos a enfrentar.

Ou seja, o Sr. Secretário o que fez foi, pura e simplesmente, nestes primeiros dois anos da legislatura, ganhar tempo em relação a este conjunto de problemas para os quais V. Exa. não apresentou ainda nenhuma solução e são problemas cuja tendência é de agravamento.

Por isso a perspetiva (a nossa perspetiva!) é que nesta matéria, como noutras, mas esta é uma matéria fundamental para a população dos Açores, a vossa gestão tem sido péssima.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria, de uma forma rápida, fazer uma pequena intervenção sobre o tema que nós estamos aqui a tratar. E queria começar por dizer que este debate, até agora, já revelou aquilo que nós também já conhecíamos do passado: uma promoção liberalizante da parte da direita e uma certa tendência estatizante e imobilista da parte da extrema esquerda.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma visão enviesada do passado!

O Orador: A verdade é que quando se fala no funcionamento do Serviço Regional de Saúde, não é possível Sra. Deputada, e permita-me... Eu apreciei particularmente a sua intervenção inicial, porque foi uma intervenção que tem uma componente substantiva interessante e depois tem uma parte ornamental que também não deixa de ser curiosa. E a parte ornamental da intervenção da Sra. Deputada é a preocupação e a reflexão sobre as campanhas de vacinação da gripe, um tema que nós partilhamos, digo-lhe já, Sra. Deputada, e que de facto há aspetos que poderão ser suscetíveis de serem melhorados. É possível que sim. Nós estamos abertos a isso.

Agora permita-me que na parte substantiva nós estamos, como aliás já foi dito aqui pelos meus colegas, completamente em desacordo. Não podem ser usadas expressões como “caos” e como “falhanço”. Não podem ser!

Sra. Deputada, até uso exemplos que a senhora aqui referiu.

Fala de dificuldades de recursos humanos, Sra. Deputada. A senhora sabe perfeitamente que há constrangimentos estruturais para nós termos a capacidade de suprir essas necessidades, mas mesmo assim nós temos mais 68% de

médicos; nós temos o dobro dos enfermeiros, nós temos mais 39% de dentistas;...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso são números! E as pessoas?

O Orador: ... temos mais 25% de técnicos de terapêutica e de diagnóstico para além de muitos outros números que o meu colega já aqui referiu.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os açorianos que continuam à espera?

O Orador: Portanto, é bom que perceba.

E é bom que se perceba uma outra coisa que também se tentou aqui confundir...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os açorianos que continuam à espera!

O Orador: A dívida na saúde é uma dívida boa.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os fornecedores que estão sem dinheiro para pagar aos fornecedores?

O Orador: Aquilo que nós fizemos foi uma recuperação de um défice enorme que nós tínhamos em cuidados de saúde e nós demos um grande salto infraestrutural e qualitativo em pouquíssimos anos em prol de uma boa e melhor saúde para todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Mónica Seidi (PSD): Uma vergonha!

O Orador: É esta a dívida da saúde.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É!... É!... Cento e dezoito milhões de euros aos fornecedores!

O Orador: É uma dívida para recuperar no atraso estrutural. E é uma dívida que está a ser gerida.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os fornecedores estão sem dinheiro para pagar aos trabalhadores!

O Orador: Não se pode aqui dizer (Sra. Deputada, se me deixar terminar)...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Cento e dezoito milhões de euros aos fornecedores!

O Orador: Sra. Deputada, se me deixasse terminar, estou a tentar....

Quando se fala nas questões das listas de espera, Srs. Deputados, tivemos aqui vários debates, várias propostas, e hoje em dia já estamos (creio eu!) de acordo. Otimização das capacidades de resposta no setor público, produção acrescida,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Quais são as necessidades?

O Orador: ... o Vale CIRURGE para continuarmos, ainda mesmo assim, a reforçar. Foi isso tudo que nós fizemos e continuamos a fazer.

Agora não se pode vir aqui falar (lamentar!) que há 11 mil pessoas em lista de espera.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Nós nem sabemos quantos existem. Os senhores sabem números, mas nós não sabemos o número!

O Orador: O Sr. Secretário acabou aqui de referir.

Sra. Deputada, deixe-me fazer a minha intervenção.

O Sr. Secretário esclareceu esse número. São cerca de 10 mil utentes, 11 mil atos médicos, 11 mil cirurgias.

Sra. Deputada, na Madeira há 22 mil pessoas em lista de espera. No país há mais de 200 mil. Isso é um problema estrutural...

Deputado António Almeida (PSD): O que é que nós temos a ver com isso!

O Orador: ... e que tem a ver com vários problemas, entre eles a pergunta que a senhora referiu, a questão dos anestesistas.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas são quantos?

O Orador: A última vez que eu tive esse debate consigo a senhora disse-me que arranjava sete ou oito que estavam à disposição para vir.

Sra. Deputada, já passaram seis meses. Onde é que estão esses médicos?

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Sr. Secretário não os quis!

Deputado Bruno belo (PSD): Deixe o PSD governar que eles desaparecem!

O Orador: Sra. Deputada, esclareça-nos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Sr. Secretário não os quis!

O Orador: Isso não é verdade, Sra. Deputada. Isso não é verdade e a senhora sabe que não é verdade.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: Depois não nos podemos esquecer da grande melhoria em termos de infraestruturas que nós procedemos nestes últimos anos num sistema que tem três hospitais, nove unidades de saúde de ilha, tem 16 centros de saúde, tem mais de cem extensões. Um sistema extremamente complexo.

E a Sra. Deputada faz a pergunta: mas será que todo este reforço que o PS anuncia e que os senhores finalmente reconhecem, se terá traduzido numa melhoria de saúde para os açorianos?

É óbvio que sim, Sra. Deputada! Até por uma questão que eu já referi no passado.

Do ponto de vista do PS, isto significa que para nós tudo está bem?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não! Querem nos convencer, mas não baixaremos os baixos!

O Orador: Que nós temos um sistema perfeito?

É óbvio que não, Sra. Deputada. E deixe que me lhe diga: nós temos consciência das dificuldades e das insuficiências do nosso Serviço Regional de Saúde, porque há uma característica que marca esta maioria do PS.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma maioria incapaz!

O Orador: Várias vezes eu já aqui disse: nós somos uma maioria positiva, reformista e dialogante, mas nós temos uma característica muito importante: o Partido Socialista nunca perdeu o contacto com a realidade e por isso nós sabemos bem aquilo que dizem os profissionais do setor de saúde, aquilo que

dizem os diversos técnicos das diversas unidades de saúde e sobretudo aquilo que dizem os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Nós temos esta realidade presente. Nós sabemos das angústias das pessoas, das dificuldades dos técnicos e dos constrangimentos dos gestores.

Sabemos tudo isso e por isso é que nós vamos continuar a trabalhar para melhorar cada vez mais o Serviço Regional de Saúde.

Mas há uma coisa que lhe queria dizer, Sra. Deputada: apesar de tudo nós reconhecemos mais preparação e maior credibilidade ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores para debater aqui o Serviço Regional de Saúde do que há liderança do Presidente Gaudêncio em defender os interesses do PS e dos Açores...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós sabemos isso! Seria de estranhar se não soubéssemos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que o PS tem a ver com isso que eu não percebi?

O Gaudêncio vem defender o PS? Não percebi!

O Orador: ... na defesa de um bom lugar numa lista para o Parlamento Europeu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições vamos então parar... É para uma inscrição ou é para encerrar?

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** É para uma inscrição.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Confesso que não encontro explicação possível para o facto de não me ter respondido às questões.

O Sr. Secretário não respondeu, porque diz o Sr. Secretário que a resposta que tem para me dar é aquela que eu não quero ouvir.

Deputado Carlos Silva (PS): Não gosta!

A Oradora: Sr. Secretário, francamente!... O senhor não respondeu, porque não tem respostas para dar aos açorianos que nos ouvem.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Essa é que é a questão, Sr. Secretário. É que o Sr. Secretário não tem respostas para dar, porque o Sr. Secretário não governa à mercê desta bancada, nem à mercê da Deputada Mónica Seidi. O Sr. Secretário governa para os açorianos que nos ouvem, Sr. Secretário, e o senhor não sabe fazer isso então a pergunta é: o que é que está aqui a fazer, Sr. Secretário?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há pessoas em casa que aguardam essas respostas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não são as perguntas desta bancada. São as perguntas, são as preocupações de todos os açorianos que nos ouvem.

Portanto, eu vou voltar a fazer algumas delas, porque de facto têm todo o empenho e toda a necessidade que as pessoas que estão em casa saibam realmente o que é que se passa no Serviço Regional de Saúde.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é o que a senhora acha!

A Oradora: Começando com a questão das camas no Hospital Divino Espírito Santo, vem o senhor aqui dizer que, de facto, o Governo não estava adormecido, que o Governo estava empenhado e que tinha resolvido de imediato a Solução.

Sr. Secretário, resolver de imediato a solução teria sido resolvida há dois anos atrás, quando ela foi diagnosticada e que o Governo andou dois anos a fingir que estava a resolver.

Por que é que, por exemplo, o Sr. Secretário não voltou a abrir as camas nos Centros de Saúde que tinham sido fechadas?

Por que é que o Sr. Secretário não libertou essas camas?

Os doentes com menos gravidade clínica podiam ter ficado nessas camas que foram fechadas, podiam ter tido apoio dos médicos de medicina geral e familiar, podiam ter tido apoio dos médicos que trabalham no Hospital do Divino Espírito Santo. Isto tudo em boa articulação para resolver os problemas imediatos do Sistema Regional de Saúde e dos açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: É isso que este Governo tem sido incapaz de fazer desde o primeiro dia que tomou posse e que perpetua aqui todos os problemas que continuam a afetar os açorianos. Estas são sem dúvida as preocupações desta bancada e as minhas preocupações e pode ter a certeza que enquanto não me responder eu vou continuar a perguntar, porque de facto há pessoas que querem saber e há pessoas que merecem todo nosso empenho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Mas lamento que outra das atitudes que o Sr. Secretário tomou perante as denúncias do Diretor Clínico do Hospital do Divino Espírito Santo tenha sido, de facto, mandar a Inspeção Regional de Saúde para o hospital.

(Neste momento o Sr. Secretário Regional da Saúde, acena negativamente com a cabeça)

Não abane a cabeça, Sr. Secretário! Não seja deselegante! É consigo que eu estou a falar.

O senhor mandou a Inspeção Regional de Saúde para o hospital!

(Novamente, o Sr. Secretário Regional da Saúde, acena negativamente com a cabeça)

Não faça isso, Sr. Secretário, é deselegante!

Mandou a Inspeção Regional de Saúde para o hospital para averiguar o número correto de cirurgias que tinham sido cancelas e para averiguar a veracidade das declarações do Diretor Clínico, Sr. Secretário.

Diga: é verdade ou é mentira?

A Inspeção Regional da Saúde teve ou não lá?

Diga lá, Sr. Secretário! Responda aqui à questão.

Depois, o Sr. Deputado Domingos Cunha vem aqui mais uma vez falar da deslocação de médicos especialistas, avançar com dados que infelizmente esta Assembleia gostaria de ter, mas que lamentavelmente não os tem, mas também aqui neste assunto mais uma vez percebemos que o Sr. Secretário não nos quer falar das necessidades, nem das disponibilidades.

Portanto, a questão é: tem ou não o Governo o número das disponibilidades e necessidades que as Unidades de Saúde manifestaram? É tão simples quanto isso!

Fale-nos o Sr. Secretário dessa disponibilidade, porque por aquilo que está na Portaria, já tem esses dados pelo menos desde o final de dezembro. Já vamos em março e o Sr. Secretário continua a dizer que é para muito em breve.

Olhe, os açorianos estão à espera, Sr. Secretário. Há gente que sofre à espera de uma consulta, à gente que sofre à espera da realização de um exame, e é para isso que os açorianos também contam consigo.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois, para terminar, em relação à figura do Gestor do Utente, Sr. Secretário, de facto há aqui uma separação entre aquilo que o senhor e o seu gabinete decidem e sobre aquilo que esta bancada decide.

Esta bancada considera que seria muito mais útil e provavelmente mais eficaz que a figura do Gestor Clínico não se centrasse no hospital.

Portanto, nós consideramos que houve aqui uma inversão de papéis. Uma inversão de papéis porquê? Porque obviamente o Gestor de Utente se permanecesse no Centro de Saúde de origem teria mais disponibilidade para fazer de forma coordenada a articulação das diferentes consultas.

Ora, se essa figura permanece em meios hospitalar, como é óbvio em meio hospitalar há uma procura muito superior, há muitos mais exames para marcar, há muitas mais consultas para marcar, há uma dificuldade maior em fazer esta articulação.

Portanto, com o atual modelo, da maneira que configura, o que nós tememos é que infelizmente os utentes vão continuar sem as respostas devidas, sem estas mesmas respostas em tempo útil.

E para terminar, Sr. Secretário, uma pergunta muito direta:

Ontem soubemos que já tinha sido entregue o inquérito que foi mandado fazer na Unidade de Ilha de Santa Maria. Eu gostaria de lhe perguntar quando é que nós vamos poder ter acesso a esse mesmo inquérito e se de facto o Sr. Secretário entregou esse inquérito ao Ministério Público?

Muito obrigada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Um ponto prévio dedicado ao Deputado José San-Bento e que tem a ver com o próprio tema desta interpelação.

Que eu saiba o tema desta interpelação é o funcionamento ao Serviço Regional de Saúde.

Portanto, até mesmo para o Partido Socialista, ainda mais por ser o Partido Socialista, que outra visão interessaria se não uma visão estatizante do Serviço Regional de Saúde?

Faz todo o sentido que tenhamos e que pugnamos por um Serviço Regional de Saúde inteiramente público e com articulação com o privado só para colmatar aquelas que deveriam ser falhas pontuais e não falhas permanentes.

Quanto à estratégia, a estratégia definida não só pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, o atual, mas também como os Secretários Regionais procedentes. Tem a ver com uma estratégia deliberada que nos parece de afastamento dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Eu compreendo que faça todo o sentido nós atendermos aquelas que são dúvidas dos utentes que possam evitar de certa forma o recurso às urgências quando esse recurso é totalmente desnecessário, até porque o recurso às urgências de forma desnecessária poderá ter outros efeitos bem mais gravosos como por exemplo ficarem mais vulneráveis a infeções.

Outra coisa é este afastamento deliberado daqueles que são os cuidados de saúde primários, mas não só.

Eu aqui queria relembrar, recordar, uma figura que funciona com nomeação do Sr. Secretário Regional da Saúde e que tarda em ser nomeada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não quer nomear! Fiz um requerimento e nem respondeu!

O Orador: Refiro-me aqui concretamente ao Provedor de Saúde.

O Provedor de Saúde, ou o Provedor do Utente, faleceu nos finais 2016 e desde então o Sr. Secretário Regional da Saúde não procedeu a qualquer nomeação, mas também não extinguiu o cargo. Poderia ter optado por isso mesmo, havendo de certa forma, certamente alguma justificação para isso, caso ocorresse.

Mas o cargo continua disponível e é um cargo que não é um cargo de somenos importância.

Estamos a falar de alguém que faz a articulação do Serviço Regional de Saúde com os seus utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, são funções que têm a ver com o apoio e promoção dos direitos de cidadania na salvaguarda da equidade no acesso aos cuidados de saúde.

Mais!... Este Provedor do Utente é tão importante que é aquela figura que consegue estabelecer uma ação mediadora e de defesa dos utentes.

No entanto, continua sem haver uma nomeação para este cargo.

Mais uma vez temos aqui uma evidência que a estratégia é deliberada e é deliberada no sentido de afastar os utentes do Serviço Regional de Saúde, pensando que dessa forma está a aliviar o Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Ora, não estamos a aliviar o Serviço Regional de Saúde nenhum, quando nós o que pretendemos é sempre afastar os utentes, mesmo que eles tenham necessidade de prestação de cuidados.

Ora essa não pode ser a orientação.

A minha pergunta é simples e é concreta: para quando a nomeação deste Provedor do Utente, ou, se o Sr. Secretário achar que é mais pertinente extinguir o cargo, que o assuma e já agora que justifique essa extinção.

Outra questão, e tem a ver com o Hospital de Angra do Heroísmo.

O Hospital de Angra do Heroísmo, apesar de ter uma unidade de hematologia, na verdade, está neste momento sem uma médica especialista nessa área e com grande prejuízo, por exemplo para os dadores de sangue.

A minha dúvida é para quando é que teremos uma médica, que não uma médica à distância, como tem acontecido, mas uma médica residente no Hospital de Angra do Heroísmo e que consiga dar uma resposta devida à Unidade de Hematologia e todos os cuidados daí decorrentes?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que me dirigir novamente à colega Mónica Seidi e dizer que eu não tenho intenção de entrar num discurso do contraditório e por isso no início da minha intervenção aleguei esta dupla condição de políticos e de técnicos para ver se tínhamos uma melhor perceção daquilo que foi dito aqui ontem, e muito bem, da floresta para podermos tratar da árvore.

Quando falei em problemas em via de resolução, nós, técnicos de saúde sabemos que é isto mesmo, porque não existe solução para alguns problemas da saúde. Eles estão sempre lá. Nós temos que ir resolvendo os problemas de saúde.

Um deles, de facto, é listas de espera cirúrgicas. Os outros são as situações clínicas e sociais que nos caem nos hospitais, outro é as tais altas clínicas com uma variabilidade ao longo do ano que é paradigma de todos os hospitais que estão abertos ao público.

Portanto, temos que falar aqui de uma outra questão, de um hospital organizado, que se chama Plano de Contingência.

A colega, tal como eu, sabe que os Planos de Contingência existem, devem ser ativados em várias circunstâncias, catástrofes, acidentes com multi-vítimas, endemias, gripe sazonal. Portanto, não há nada de errado nisto.

Quando existe um Plano de Contingência e é aplicado o Plano de Contingência, o que tem que parar é o que o não é prioritário e não vai morrer ninguém e toda a gente sabe que é sacrifício da população em benefício de uma outra que em demanda urgente necessita de auxílio.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é essa a questão!

O Orador: Essa é a questão, que é fazer uma colagem das altas clínicas...

Deputado Luís Maurício (PSD): A questão é, por que é que chegámos aqui?

O Orador: ... com um suposto encerramento do Bloco Operatório em que numa semana em 125 cirurgias foram canceladas seis, e seis de produção acrescida que não era urgente.

Portanto, Sr. Deputado, nós temos que dar prioridade assistencial em qualquer circunstância.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso sabemos! A questão é por que é que chegamos aqui?

O Orador: Outra questão que é muito importante aqui esclarecer, e aqui o nosso colega José San-Bento já falou nisso, é a história do financiamento dos Serviços de Saúde.

Não se faz o mesmo com o mesmo dinheiro. Não há história nesta história.

Os serviços de saúde têm um crescente aumento do seu custo, porque cada vez mais oferecem uma medicina atualizada, mais cara, mais tecnológica, e isto nós temos que estar preparados para este desafio.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Paguem aos fornecedores!

O Orador: Cresce mais de três por cento ao ano, e nos países mais desenvolvidos cresce 11% ao ano.

Portanto, nós temos que ter essa noção e temos que ter esta vontade de alocar a este serviço tudo o que for preciso para o bem dos açorianos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica, uma coisa que eu me posso orgulhar é de não ser deselegante. Não sou deselegante com ninguém, mas se eventualmente possa ter sido, talvez seja de estarmos a ter demasiado contacto.

Relativamente à questão do Provedor do Utente, Sr. Deputado, o Governo quando entender, irá fazer a nomeação e o Sr. Deputado saberá.

Relativamente à questão das IReS, a IReS tem autonomia. O Secretário não solicitou à IReS que fizesse absolutamente nada.

Deputado Luís Maurício (PSD): É como as evacuações!

O Orador: Acreditem os Srs. Deputados se quiserem acreditar; se não quiserem acreditar ficamos na boa.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está na boa há dois anos e meio!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor anda sempre na boa!

O Orador: Podem continuar a ver os vossos telemóveis.

A IReS tem autonomia para tomar as iniciativas que entender.

Srs. Deputados, não podemos é numas alturas estar a gritar que queremos inspeções para isto, para aquilo e para aqueloutro. Agora, que a Inspeção decidiu tomar uma iniciativa, “ai Jesus!”. Perante uma coisa que tal como os senhores hoje não se calaram de dizer que era um caos, a Inspeção não quis saber.

Claro que quis saber e fez muito bem! Não foi a mando do Sr. Secretário Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E o resto das questões?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta legislatura arrasta-se em debates de fim de ciclo. É o instrutor do regime.

De facto, o Partido Socialista e o Governo Regional não têm uma ambição maior do que serem um pouco menos maus.

Eu considero que esta questão, mais do que uma questão de mau funcionamento do sistema é também uma questão de regime, é uma questão autonómica.

A Região gasta cerca de 50% dos seus recursos para que o sistema educativo e o sistema de saúde funcionem.

Ora, era muito importante, era fundamental, que a Autonomia conseguisse superar o poder central em termos de gestão destes dois sistemas.

No âmbito do sistema educativo já verificámos, numa discussão que realizámos aqui nesta semana no plenário, que temos os piores resultados nacionais e isso é mau para os açorianos e é mau para o sistema político, e mau para a autonomia, porque é um fracasso que não se pode tolerar.

De facto, do ponto de vista da saúde é a mesma coisa. O Governo Regional reconhece aqui que tem falhas, mas que existem melhorias, mas quando se olha para todos esses indicadores e se comparam esses indicadores com os indicadores nacionais, o que verificamos é que esses indicadores estão muito a baixo da média nacional...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado José Contente (PS): Isso é falso!

O Orador: ... e que fundamentalmente o que é ainda pior é que o Governo não assume que a ambição é estar entre os melhores, mas que a ambição do Governo é do Partido Socialista é apenas ser um pouco menos maus.

A partir daí, entrámos num ciclo de decadência e os senhores deste ciclo não saem, porque os senhores não têm ambição, os senhores não têm ideias, não têm soluções.

Esta questão é a questão fundamental no âmbito daquilo que nós estamos aqui a discutir.

Veja-se uma questão que foi colocada pelo Bloco de Esquerda neste preciso momento e veja-se a resposta absolutamente inaceitável do Sr. Secretário da Saúde.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Coloca-lhe a questão do Provedor do Utente, que é uma questão fundamental, até tendo em conta as queixas que a população tem em relação ao mau funcionamento do sistema e responde o senhor aqui, como se nada tivesse que responder, nada tivesse que explicar, “quando o Governo entender”.

A questão não é essa. A pergunta é, por que é que o Governo ainda não entendeu que esta questão é uma questão fundamental? Por que é que o Governo ainda não agiu? Por que é que o Governo ainda não democratizou o sistema?

Tem medo da atuação do Provedor do Utente?

Tem medo que esta questão, que este mecanismo possa existir e esteja ao dispor dos açorianos?

É essa a resposta de V. Exa.: “estamos à espera, é quando nós entendermos”.

Não!... O senhor tem que explicar aqui é por que é que ainda não fez.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sr. Deputado! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Secretário está na boa! Isto só visto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Chegámos a uma fase do debate em que os diferentes argumentos já foram expostos e em que se torna necessário recentrá-lo e sintetizá-lo.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário Regional da Saúde, o senhor, como a minha colega Mónica Seidi já o afirmou, não pode vir aqui dizer que em relação à situação que se viveu, e ainda se vive, no Hospital de Ponta Delgada, o senhor reagiu de imediato.

O senhor sabe, o senhor tem informações, porque os responsáveis do hospital que o senhor nomeou assim o informaram, que a situação já se verifica há mais de dois anos e o senhor nunca resolveu a situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quer que eu lhe cite alguns trechos da entrevista do Diretor Clínico do Hospital de Ponta Delgada que o senhor nomeou?

“Fomos forçados a cancelar todos os movimentos de recuperação de listas de espera porque não temos vagas. Manter aqui internada há seis meses, é uma violência, é quase desumano.

Os estudos estão feitos, as soluções todos sabemos. Agora é preciso haver capacidade de decisão.”

Vejam o que ele disse: “é preciso haver capacidade de decisão. E é uma decisão política, não é uma decisão de profissionais de saúde”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Citei o Diretor Clínico do Hospital que o senhor nomeou.

Portanto, o senhor já tem conhecimento há muito desta situação.

O senhor naturalmente tem as suas responsabilidades e o Governo no seu todo.

Não digo que o senhor não tenha intenção de ter contratado mais enfermeiros e mais assistentes operacionais, mas o Governo não o fez.

O senhor tem camas contratualizadas nos cuidados continuados que o senhor nunca ocupou, nem lhe permitiram ocupar, porque não há enfermeiros, nem assistentes operacionais, nos números adequados, que permitissem a prestação de qualidade de cuidados aos doentes que lá estavam.

E onde é que ficaram esses doentes? Nos hospitais, a ocupar o lugar dos doentes que deviam ter sido operados e não foram. Os doentes, que temos em todas as nossas ilhas, estão a sofrer, Sr. Secretário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é o senhor! São eles que estão há anos a sofrer! Anos a esperarem para ser operados, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E o senhor sabe qual era a solução. Não há camas de cuidados continuados, mas também não há respostas sociais.

Sabe qual é a média de camas na Ilha de São Miguel por cada 100 idosos com 65 ou mais anos de idade?

Três! Quando no arquipélago são mais de quatro, 4,2. Faça as contas, consulte a PORDATA.

E que respostas é que o Governo teve nessa matéria?

Dois anos depois, quando a situação estava num caos, sim.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque um caos é pegar em macas da consulta externa para se levarem para a urgência do hospital;...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: É ir buscar cadeirões aos serviços para que os doentes fiquem sentados ao menos, e não fiquem de pé durante a noite, enquanto aguardam os seus cuidados.

Claro que isso é um caos!...

Se isso não é um caos, o que é um caos, Sr. Secretário? Diga-me!...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Diga-me!... Diga-me!...

Deputado José Ávila (PS): A situação do PSD agora.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não brinque com isso agora, Sr. Deputado! Não brinque com essa situação!

O Orador: Sr. Secretário, eu queria dizer-lhe mais e sintetizando:

A questão das listas de espera cirúrgicas!... A questão das listas de espera cirúrgicas nós reconhecemos, os senhores estão a fazer um esforço.

Estão indo atrás de uma medida que o PSD anunciou há três anos e que tão criticada foi na altura: a produção adicional. Agora teve que ser parada porque não havia camas no hospital para internar e operar esses doentes.

Mas o que está em causa também em relação a essas cirurgias é que os açorianos, Sr. Deputado José San-Bento, não têm tratamento igual aos 200 mil que se encontram lá fora à espera, porque lá fora, ao contrário do que se faz nos Açores, quando se atinge o tempo máximo de espera, os doentes vão para entidades convencionadas e para outros hospitais para serem operados.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, o PS e o Governo são responsáveis por tratar os açorianos como portugueses de segunda. É isso que os senhores fizeram até aqui.

Deputada Mónica Seidi e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas falemos dos direitos dos doentes, o que consta da anexo à Portaria que os senhores fizeram publicar sobre os tempos máximos de resposta garantido, em que os senhores diziam que ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido, e cito “o doente tem igual, tem direito a tratamento de igual qualidade e com a celeridade que se exige”.

Onde, Sr. Secretário?

É por isso que os senhores não querem o Provedor do Utente, porque os doentes reclamam e o Gabinete do Utente dos diferentes hospitais respondem de forma estereotipada.

Como o senhor, tudo estamos a fazer para resolver o problema, mas não resolvem nada como o senhor até aqui nunca resolveu.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito em breve!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, queria falar também da questão da deslocação dos médicos especialistas, situação que o Governo do Partido Socialista em 2014 destruiu, eliminando o subsídio à deslocação dos profissionais de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Recusam agora, e bem, com o nosso apoio. É um sistema fundamental iniciado em 1986, no tempo dos Governos do PSD, regulamentado em 1997 pelo primeiro Governo do PS. Uma medida positiva.

Mas o que é que se passa?

É que o senhor inverteu a gestão das deslocações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já tem muitos anos!

O Orador: E passa a ser o hospital que recebe o doente a fazer as marcações das diferentes consultas.

Onde é que está o gestor do doente? O doente de Santa Maria recebe um telefonema de manhã, depois de se ter deslocado no dia anterior a uma consulta

a dizer que dali a uma semana tem uma consulta de outra especialidade. Mas que coordenação é essa?

Sr. Secretário Regional, mais uma vez o que está aqui em causa não são números, são pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: São pessoas que sofrem, são pessoas que têm que sair das suas casas para serem tratadas, que não têm recursos na sua ilha para receberem esses cuidados.

E no entendimento do PSD temos duas obrigações: ser a porta-voz dessas populações que muitas das vezes não têm capacidade para exercer os seus direitos, ou quando tendo capacidade para exercer os seus direitos são perseguidas por quem não as deveria perseguir.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem! Custa muito a ouvir!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Essa é que é a verdade, Sr. Secretário Regional.

Por último, e falemos de perseguições, Sr. Secretário Regional, eu gostaria muito que o senhor me respondesse a esta pergunta:

O senhor está na posse de um inquérito interno à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria. O senhor entregou ou não entregou esse inquérito ao Ministério Público?

Responda, porque os Deputados têm a obrigação de saber.

Entregou ou não entregou?

É porque se entregou ao Ministério Público esse inquérito interno e mantém o Conselho de Administração em funções, Sr. Secretário Regional, é muitíssimo grave o que se está a passar e exige-se da sua parte uma atitude rápida e célere a

exemplo daquilo que deveriam ter sido as suas decisões, as decisões do Governo, em relação às matérias que o PSD trouxe a este debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque infelizmente, Sr. Secretário Regional, como aqui já tive oportunidade de referir, V. Exa. e o Governo de que faz parte não age, reage.

O seu governo governa a reboque.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa de momento não tem inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Membro do Governo:

Eu não poderia deixar, face à interpelação do Sr. Deputado Luís Maurício, de clarificar aqui alguns aspetos.

Conforme eu já referi, o esforço que tem sido feito ao nível da gestão das listas de espera cirúrgicas tem passado pela adoção de um conjunto variado de medidas.

Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga:

A ciência política ensina que nós, em política, termos razão sozinhos, ou escassamente acompanhados, ou termos razão antes do tempo, não adianta muito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está sempre nessa situação!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não adianta muito, Sr. Deputado, por uma razão muito simples e eu estou perfeitamente à vontade para dizer isso e eu creio que o Sr. Deputado me fará essa justiça: porque em várias outras circunstâncias, como por exemplo, nas unidades de saúde familiar que os senhores deixaram de falar,...

Deputado Luís Maurício (PSD): _Vamos voltar!

O Orador: ... eu várias vezes referi que nós não temos uma postura preconceituosa em relação a novas medidas, a contributos dos outros partidos. Nós várias vezes solicitamos aos partidos da oposição que apresentem medidas, que deem as suas ideias...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os senhores chumbam!

O Orador: Isso não verdade, Sra. Deputada.

O que acontece em algumas circunstâncias é o próprio PSD, ou outros partidos da oposição, apresentarem medidas que nós já as conhecemos, que já foram estudadas tecnicamente, mas que por razões estruturais não é possível adotá-las de imediato.

Por isso é que o Partido Socialista sempre disse, Sr. Deputado, que a nossa prioridade, em termos de combate à lista de espera cirúrgica, passava, desde logo, pela otimização da capacidade instalada em todo o setor público.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Esta era a nossa grande prioridade. Mas para além disso, nós também nos comprometemos, como fizemos, que assim que fosse necessário nós avançaríamos para a produção acrescida, como também fizemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É para breve ou logo se vê?

O Orador: Já está implementada...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já está!... Por isso nós é que tivemos razão antes do tempo!

O Orador: ... há muito tempo, Sr. Deputado.

Os senhores começaram a falar nisso antes de se preocuparem a otimizar o setor público, antes de nós termos um conjunto de reformas que foram da maior importância no Serviço Regional de Saúde e o senhor sabe perfeitamente disso. Tanto sabe que até sabia que nós iríamos adotar a produção acrescida e por isso o PSD começou logo a fazer um conjunto de visitas e a anunciar a produção acrescida.

Tal como também nós sempre admitimos, quando estivesse concluído a otimização da capacidade instalada no setor público, porque assim é que se defende o interesse geral dos açorianos, assim é que se otimizam recursos, assim é que se gere orçamentos com rigor,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores são um exemplo!

O Orador: ... nós avançaríamos para o CIRURGE nas áreas e nas medidas em que também fizesse sentido avançar por mais esta via.

Por isso, Sr. Deputado, quando acusa que os utentes nos Açores não têm os mesmos cuidados que no continente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! Não têm é os mesmos direitos!

O Orador: Sr. Deputado, têm os mesmo direitos, têm, têm.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, quando ultrapassa os tempos máximo de espera não têm os mesmos direitos!

O Orador: Têm os mesmos direitos!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não têm não!

O Orador: Têm, têm os mesmos direitos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os tempos máximos de espera não são iguais.

O Orador: Têm os mesmos direitos, Sr. Deputado. O que existe é um conjunto de constrangimentos decorrentes daquilo que eu já disse na minha primeira

intervenção e que não vou repetir, um sistema distribuído por nove ilhas, por 19 concelhos, por 16 centros de saúde.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas foram os senhores que publicaram a legislação!

O Orador: Sr. Deputado, com certeza!

Deputado Luís Maurício (PSD): Então publicam uma coisa que não conseguem cumprir?

O Orador: O que eu quero dizer é que esta questão é particularmente sensível para nós e o Governo e o PS, estamos, como eu já referi, a fazer um esforço muito grande e com um grande cuidado em conseguir ultrapassar essas dificuldades e por isso é que eu dei os exemplos que dei.

Olhem para a Madeira e olhem para o continente. Já veem que nós, nos Açores, não fugimos à regra...

Deputado Luís Maurício (PSD): Fogem, fogem!

O Orador: Não fugimos, não fugimos

Deputado Luís Maurício (PSD): Fogem!

Orador: Estes números que nós apresentamos nos Açores...

Deputado Luís Maurício (PSD): Fogem, porque ao atingir o tempo máximo de espera não respeitam os direitos dos utentes!

O Orador: ... não decorrem de falta de sensibilidade da parte das administrações hospitalares, nem de falta de cuidado do Governo Regional. Decorrem de constrangimentos estruturais.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é verdade!

O Orador: Essa é que é a verdade!

E são muito difíceis de ultrapassar. Entre eles está a questão dos médicos anestesistas que a Sra. Deputada Mónica Seidi prometeu que arranjaría sete a oito, assim, até fez este gesto (*neste momento o Sr. Deputado estala dos dedos*) e eles não chegam.

Deputada Mónica Seidi (PSD): A gente a seguir conversa!

O Orador: Sra. Deputada, é sempre um prazer falar consigo, quando quiser.

Portanto, era para clarificar esses assuntos, porque esses assuntos são da maior importância, são assuntos muito sensíveis e como eu referi e volto a reiterar, se há uma característica que marca esta maioria, é nós não perdermos o contacto com a realidade.

Nós sabemos bem dos problemas e das insuficiências que existem no Serviço Regional de Saúde, e também das queixas que os açorianos nos fazem chegar.

A nossa promessa é que tendo estas preocupações sempre em causa continuaremos a trabalhar de uma forma rigorosa e de uma forma realista para poder resolver e ultrapassar estes problemas, como aliás achamos que temos dado prova no passado.

Se mais exemplos fossem necessários, eu falaria na cobertura da nossa rede assistencial que estará para muito breve e finalmente a cobertura integral de médicos de medicina geral e familiar, dando assim um grande impulso. É verdade, Sr. Deputado, houve um atraso.

Deputado Luís Maurício (PSD): Porque os senhores mentiram! Os senhores vão para as campanhas eleitorais mentir!

O Orador: Mas vamos é falar por que é que houve este atraso.

Os senhores nunca ouviram da nossa parte...

Deputada Mónica Seidi (PSD): As pessoas têm que ter médicos de família!

O Orador: ... arranjar desculpas, nem fugir às nossas responsabilidades.

Nós sempre fomos leais com os açorianos e sempre fomos leais com os próprios partidos da oposição.

Nós anunciamos as nossas prioridades, mas também referimos os constrangimentos que temos.

Agora é da maior importância e nós ficamos à espera que os senhores um dia também tenham a coragem de assumir esse grande salto em frente, de nós

termos a cobertura integral ao nível de médicos de medicina geral e familiar, porque isso tem um impacto enorme ao nível dos cuidados de saúde primários na Região, que é também uma das grandes prioridades que, acho eu, todos os partidos aqui defendem.

Portanto, esse também é um exemplo de um grande obstáculo, um grande problema que tínhamos para resolver, envolto em vários constrangimentos que fomos lutando, fomos trabalhando, fomos ultrapassando e vamos vencer.

E venceremos os que faltam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos continuar à tarde.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que anuncie os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional tem 4 minutos e 19 segundos;

O PS tem 4 minutos e 7 segundos;

O PSD esgotou o seu tempo;

O CDS tem 5 minutos;

O Bloco de Esquerda tem 1 minuto;

O PCP tem 2 minutos e 37 segundos;

O PPM tem 1 minuto e 6 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Vamos dar continuidade à interpelação. Estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para otimizar o tempo, duas informações sobre questões que foram aqui colocadas, uma pelo Sr. Deputado Artur Lima relativamente a uma utente que estava com um problema relativamente à prescrição de uma determinada terapêutica.

Neste intervalo consegui contactar a Direção Regional de Saúde, que já tinha o assunto entre mãos. Estava a aguardar esclarecimentos por parte do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e posso afirmar que a situação já está resolvida e o utente vai receber a medicação para a qual tinha a indicação terapêutica. Portanto, já seguiu hoje mesmo a informação ao utente que a situação está regularizada e que vai ser-lhe entregue a prescrição devida.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão também ontem levantou aqui uma questão relacionada com a ida de um imagiologista à Ilha do Corvo. Ontem não tínhamos essa informação. Tentei obter informação e, coincidência das coincidências, o técnico desloca-se amanhã à Ilha do Corvo, quando anteriormente não pôde...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É bom, é bom. Desde que a situação esteja resolvida eu não me importo!

O Orador: ... deslocar-se, apenas estive nas Flores, porque estava mau tempo.

Portanto, a deslocação já estava programada. Foi agora ao Pico e vai amanhã ao Corvo, e durante o fim-de-semana vai fazer cerca de 40 exames, que é o que está estabelecido.

Sobre ainda algumas referências relativamente à Portaria de Deslocação do Serviço Regional de Saúde, nós entendemos que as alterações que foram feitas, as alterações que foram introduzidas, com o apoio e com a concordância de ordens profissionais, sindicatos e instituições de saúde, algumas delas, ou bastante delas com elogios à reforma que estávamos a fazer, pensamos nós que o modelo estabelecido vai servir para melhorar substancialmente, não só a deslocação de doentes, mas também a deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais.

Relativamente à pergunta sobre o relatório da Direção Regional da Saúde, do instrutor que estava com o processo de Santa Maria, confirmar que ele foi-me entregue na passada sexta-feira, dia 8 de março, e ainda está em análise.

Sobre ele não foi tomada qualquer decisão. Portanto, consoante as conclusões e as propostas do instrutor e a nossa apreciação serão tomadas as medidas em conformidade.

Sobre ainda o processo das camas do HDES, dizer que este é processo perfeitamente dinâmico e, portanto, ficou claro que não estavam pessoas no hospital há dois anos à espera, aliás foi lido aqui o excerto de uma entrevista que fazia referência a uma situação que estava há seis meses.

Dizer que é uma situação que obviamente é completamente dinâmica. Constantemente estão a ser referenciadas, a entrar e a sair pessoas, desde o início de 2019. Do Hospital do Divino Espírito Santo para a Rede de Cuidados Continuados foram referenciadas e admitidas cerca de 35 pessoas, portanto, um valor superior àquele que estava em causa quando aconteceu essa situação em fevereiro.

Relativamente ao Bloco de Esquerda, eu tinha há pouco esquecido de falar na questão da hematologista. De facto, nós tínhamos. A profissional está de atestado médico e o hospital encontrou uma alternativa através de um protocolo com outro hospital.

É obviamente uma das situações que terão que ser corrigidas no futuro relativamente a este tipo de serviço.

Sobre *rankings* que foram aqui falados, obviamente que os *rankings* têm a importância que têm, mas têm importância quando são negativos, mas também quando são positivos.

Aquilo que ainda hoje foi falado, temos duas situações de comparação com serviços de saúde que são semelhantes ao dos Açores, como é o caso da Madeira.

Eu sei que hoje é um bocadinho sensível falarmos da Madeira, tendo em conta a representação que a Madeira fará no futuro relativamente aos Açores e aos candidatos do PSD, mas hoje falámos de duas situações muito em concreto: a comparação entre os dois Serviços Regionais de Saúde na questão das 21 mil cirurgias que existem lá, com os 600 casos das falsas altas clínicas, comparado com aqueles 20 que nós temos em média, e portanto os *rankings* são importantes quando são quer para o positivo, quer para o negativo.

Sobre a designação de que eu aprecio e valorizo o diálogo, pois olhe, foi com diálogo que se estabeleceu uma excelente relação e entendimento com ordens profissionais e sindicatos, foi pelo diálogo que se estabeleceram acordos laborais com vários sindicatos, ao nível da enfermagem com a UGT, CGTP, os técnicos de diagnóstico e terapêutica e em breve com o sindicato independente dos médicos e outros.

Foi através do diálogo que se definiram entendimentos e estratégias entre pares para uma aposta efetiva na prevenção e promoção de hábitos de vida saudáveis; foi o diálogo que contribuiu para que se disponibilizasse aos açorianos cada vez

mais consultas de medicina, de enfermagem, de medicina dentária e psicologia, etc..

Foi o diálogo que permitiu a diminuição efetiva de tempos de espera das listas cirúrgicas para cada vez mais açorianos; foi o diálogo que contribuiu para melhores infraestruturas e mais meios de equipamento à exposição dos açorianos; foi o diálogo que permitiu a contratação de cada vez mais profissionais de saúde, sejam eles enfermeiros, médicos, assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos de diagnóstica e terapêutica e outros; Foi o diálogo que permitiu também há bem pouco tempo aceitar propostas de alteração ao Orçamento da Região e ao Plano para 2019, vindas do Bloco de Esquerda, do CDS-PP e do PCP...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... que vão melhorar certamente o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, tendo permitido o diálogo tudo isto, cá estarei eu para continuar a dialogar.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): E o relatório? O senhor não vai responder ao relatório?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. O Governo também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Não havendo inscrições e considerando que quer o Governo, quer o interpelante, não dispõem de tempo para fazer o encerramento formal da interpelação, damos por encerrado este ponto e vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Ontem encerrámos no ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 128/XI – “Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira”**, Projeto de Resolução este apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Estava inscrita a Sra. Deputada Mónica Rocha. Tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por um pedido de desculpas a quem, por alguma razão, sofreu algum constrangimento pela minha situação, mas acima de tudo quero agradecer o apoio incondicional que recebi de todas as partes.

Quem diz que realmente na política não há amigos ou não há parceiros certamente não vive aqui nesta Casa, e da forma como nós estamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, queria começar por agradecer porque realmente foram incansáveis e na minha terra “5 estrelas”. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Eu terminei, ou nem cheguei a começar, por dizer que a nossa posição era clara neste Projeto de Resolução.

A certificação para uso civil do Aeroporto das Lajes é fundamental e encerra um potencial e uma importância no contexto socioeconómico da ilha Terceira que não devem ser ignorados nem desvalorizados.

Ignorar este facto é ignorar um passado recente muito conturbado e com contornos muito interessantes em termos de papéis e responsabilidades, que poderá deixar alguns com um certo desconforto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: É ignorar os diferentes constrangimentos relacionados com humores, vontades, por parte de diferentes comandos da Base das Lajes que chegaram, inclusive, a impedir o acesso à pista, por diversas ocasiões.

Deputados José San-Bento e José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: É ignorar todo um histórico de não assunção de domínios, de responsabilidades, de papéis e de instrumentos procedimentais fundamentais,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga ao Sr. Deputado André Bradford!

A Oradora: ... que se mostravam com uma enorme fragilidade para esta estrutura e tudo o que lhe estava diretamente associado.

Enfim, entre tantos outros, que levaram inclusive a uma tomada de posição firme por parte do então Sr. Secretário Vítor Fraga Inclusive, foi a partir desta reivindicação por parte do Governo Regional que levou a Secretária de Estado de então, Dra. Berta Cabral, a constituir um grupo de trabalho cujas conclusões ainda aguardamos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Aliás, foi com a assinatura da declaração conjunta, assinada pelo Governo Regional...

Deputado Manuel Pereira (PS): Bem lembrado!

A Oradora: ... e pelo Governo da República, a 30 de abril, onde se disse, e passo a citar: "...o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, como um documento estratégico e orientador das diversas intervenções nesse domínio, decidiu:

a) iniciar o processo de certificação da Base das Lajes como aeroporto para uso civil, definindo medidas e o calendário [aliás, calendário que foi cumprido com quatro dias de antecedência, são pormenores que eu acho que devem ficar registados]...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... assumindo a prioridade de flexibilização da utilização civil, inclusive, enquanto decorria este processo de certificação...”. Portanto, ao longo do processo, a tentar se conquistar todo um conjunto de procedimentos, já foi decretada uma certa flexibilização, prioritária e extremamente necessária para aquela estrutura.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Ora, ignorar todo este processo, histórico e os seus atores é condicionar, confundir e desinformar os terceirenses.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado César Toste, ontem colocou um conjunto de questões, aliás questões que foram respondidas pelo requerimento que foi entregue aqui, nesta Casa, que muitas delas eu acredito que o Sr. Deputado ao consultar também as viu sanadas, e esta não é para retirar oportunidade à Sra. Secretária de esclarecer, e acredito que o faça de muito boa vontade, mas só evidenciar algumas das questões que eram realmente muito preponderantes.

Com a certificação, tivemos implicações relevantíssimos em termos operacionais, que conferem maior previsibilidade e flexibilização na operação civil;

Por outro lado, e vou só dar exemplos, porque antes estávamos confinados, ou limitados ou estrangulados por um aviso de 72 horas que passou para uma hora, para quatro horas e oito horas no seu máximo, e isto quem conhece e está no terreno e tem que gerir toda a logística associada à aerogare, sabe que este constrangimento... Neste momento não! Era uma necessidade e neste momento é um ativo e uma vantagem fundamental.

Neste momento, temos também (e já referi, que não haviam procedimentos de segurança, nada estava protocolado) um Manual de Aeródromo.

As responsabilidades a ACL, ou seja, da Aerogare Civil das Lajes, e da Força Aérea da Proteção Civil estão claramente definidas em outros protocolos.

Passámos a ter a garantia, e esta também era uma questão muito complicada, porque quem vai em especial à quinta-feira, que é quando existem outros voos de Boston, acumula com o Ryanair, com o da TAP, a disponibilidade efetiva, protocolada, da placa “Charlie” é fundamental. Penso que aqui também se pode responder à questão do Sr. Deputado.

Inclusive, imaginem só, parece um pormenor, mas não é, as deslocações dentro daquela pista antes eram feitas com escolta. Agora não é necessário.

Imaginem como nós estávamos à mercê de uma Força Aérea...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Orador: ... que efetivamente tinha humores, havia um Comandante inclusive que fechou os portões... Sr. Deputado, eu estou só a tentar esclarecer, está bem?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Depois referiu outra questão.

O Sr. Deputado ontem falou das taxas. Pois eu digo-lhe que na Portaria 15/2015, da Região Autónoma dos Açores, já ficaram instituídas uma redução de 50% das taxas de combustível de responsabilidade, etc....

Portanto, por aqui, já estava a fazer em 2015 um esforço bastante veiculado para que se minimizasse, criasse e se atingisse o potencial daquela estrutura e a importância que ela tinha.

Por agora ficava-me por aqui.

Acredito que queira ouvir a Sra. Secretária; acredito que ela também tem toda a disponibilidade, até porque este Projeto de Resolução traz-nos isso mesmo, traz-nos clareza, transparência, nestes procedimentos, na relação que nós temos na Ilha Terceira e muito mais.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Devo assegurar, em primeiro lugar, que o nosso Grupo Parlamentar votará favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... apesar de nos suscitar algumas dúvidas o emprego do conceito “certificação civil”. Isto porquê?

Porque parece que estamos aqui a falar, por vezes, em dois conceitos de certificação civil completamente distintos.

Se para o Partido Socialista e para o Governo Regional esta certificação civil quase que equivale a tornar o aeroporto e a pista do aeroporto civil da Base das Lajes como uma pista quase exclusivamente civil, sem grandes constrangimentos ou nenhuns constrangimentos militares, por outro lado temos o conceito de certificação civil, certificação civil essa que foi iniciada pelo Partido Socialista e pelo Governo e é uma certificação civil que foi, inclusive contestada pelo próprio proponente. Por isso eu fico sem perceber de que certificação civil é que estamos aqui a falar, porque o próprio proponente, o CDS-PP, e aqui recordo o que foi dito na comunicação social a 31 de agosto de 2018, diz que o termo de certificação usado nesta matéria é um embuste.

O que houve aqui foi uma agilização de procedimentos. Em vez de se ter 72 horas, passar para 3 horas, nalguns casos, e em vez de ser 15 dias, passar para 72 horas noutros casos.

Portanto, eu parto do princípio que tanto o proponente como o Partido Socialista e o Governo já conversaram sobre que conceito é este de certificação

civil, porque sinceramente custa-me a acreditar que o proponente o que nos venha aqui dizer no seu primeiro ponto resolutivo que é “promover a devida divulgação da certificação civil do aeroporto das Lajes se traduzisse em promover a devida divulgação de um embuste do aeroporto da Base das Lajes”. Não acredito que assim seja, que tenham conversado entre si e que tenham chegado a um consenso. De que certificação civil é que falamos?

Nós, Bloco de Esquerda, não ignoramos o esforço feito pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista em garantir esta certificação civil.

Também não negamos que esta certificação civil não será útil, antes pelo contrário. Consideramos que será certamente útil para potenciar a pista do aeroporto da Base das Lajes, só que consideramos é que se calhar poderá ser insuficiente. E insuficiente porquê?

Porque nós continuamos a acreditar, tal e qual como o proponente acreditava a 31 de agosto de 2018, que se trata tão e somente de agilizar procedimentos para compatibilizar aquele que é um tráfico civil com um tráfico militar, que haverá sempre, e que não passa de uma tentativa de harmonizar procedimentos entre aquele que é o tráfego militar e o tráfego civil.

Nós tivemos (eu tive particularmente!) a oportunidade de verificar, numa reunião que, aliás foi mantida com o Sr. Deputado Alonso Miguel, penso que em julho do ano passado, com o Comandante da Zona Aérea dos Açores, o Coronel Faria, que nos elucidou sobre o que é que tratava esta certificação civil e que vantagens é que traria esta certificação civil para esta agilização entre estes dois domínios, o militar e o civil.

Também consideramos e isso também está explícito na exposição de motivos do proponente, que não basta esta certificação civil, por mais limitadora que nós consideremos que ela seja. Não basta!

É necessário termos uma gestão do aeroporto cada vez mais proativa para captar aquele que é o tráfego aéreo para este aeroporto. E quando digo tráfego aéreo também incluo, claro, como é óbvio, escalas aéreas.

Também não basta a gestão do aeroporto. É preciso que os operadores turísticos têm que estar despertos para captar fluxos turísticos e para estarem despertos para captarem fluxos turísticos têm que valorizar aquilo que a Ilha Terceira tem de melhor para chamar os turistas a esta ilha.

E o que é que temos melhor?

Temos o património natural e temos, como é óbvio, o património histórico com o seu expoente máximo na cidade de Angra do Heroísmo, que é reconhecida pela UNESCO como património mundial. Ora, isso é fundamental.

Contudo, esquecem-se sempre aqui de um ponto crucial. É que não há certificação civil, promoção turística ou gestão do aeroporto que valha para contrariar aquelas que são as prioridades militares e não são umas prioridades militares quaisquer. Nós estamos a falar de uma pista de um aeroporto que é um epicentro de um Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos da América e Portugal. Portanto, não é uma coisa qualquer.

Aliás, consultando uma notícia, que não vem no “Avante”, também não vem o “esquerda.net”, não vem também no “Diabo”, mas vem no “Observador”.

O que é que nos diz essa notícia?

É uma notícia acerca do aeroporto do Montijo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é pior que o “Diabo”!

O Orador: O que é que nos diz essa notícia acerca da utilização civil do aeroporto do Montijo?

Diz a páginas tantas, e passo a citar, “os militares apontaram vários problemas como a deslocação de infraestruturas dentro da Base associadas à NATO, assim como algumas infraestruturas aeronáuticas, no caso do uso misto, civil e militar.

Mas o pior seriam os constrangimentos operacionais, com os 72 movimentos aéreos previstos por hora: 48 em Lisboa e 24 no Montijo.

Um estudo da NAV concluiu que o objetivo apenas seria atingível com grandes restrições à atividade militar na Região de Lisboa, num cenário em que a Força Aérea saísse do Montijo, pelo menos parcialmente, pago por qual das partes ainda não é claro, o relatório do Roland Berger para a NAC garante que essa relocalização será mais simples do que aquela que seria necessária fazer em Sintra ou em Alverca.

Ou seja, estamos a falar de bases militares, de pistas de bases militares, que não se comparam à pista do aeroporto da Base das Lajes, que são pistas que não são de facto o epicentro de um Acordo de Cooperação e Defesa que para o Estado Português e os sucessivos Governos da República têm tido em grande consideração, como se fosse peça fundamental e crucial da relação entre os Estados Unidos e Portugal.

Portanto, não estamos aqui a falar de uma pista qualquer. Estamos aqui a falar de uma pista que é fundamental neste Acordo de Cooperação e Defesa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores é que sustentam o Governo da República!

O Orador: Portanto, será sempre muito difícil, se não mesmo impossível, sem colocar em causa este acordo, conseguir ter um aeroporto inteiramente civil, virado para aquelas que seriam as potencialidades económicas da ilha e da Região, sem pôr em causa, sem pôr verdadeiramente em causa este Acordo de Cooperação.

Isso é pedra que tanto o Partido Socialista como o CDS, o PSD e o PPM não querem tocar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PPM?

O Orador: Não querem tocar, nem vão tocar alguma vez.

Portanto, enquanto não colocarem em causa este Acordo de Cooperação e Defesa muito dificilmente teremos um aeroporto das Lajes dedicado a uma operação civil e com uma componente militar que sirva aqueles que são os nossos interesses, interesses esses que passam por operações de busca e salvamento e de vigia dos nossos mares.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Mendes.

Começo por si. Agradecer a sua intervenção, mas dizer-lhe o seguinte: os senhores foram os grandes apoiantes do Governo da República. Portanto, não fizeram lá nenhuma proposta para que se pudesse agilizar a utilização civil do aeroporto das Lajes. Portanto, ainda fico à espera que o possa fazer e dar um contributo nessa matéria.

De resto, Sr. Deputado, nós não estamos satisfeitos com a chamada certificação civil do Aeroporto das Lajes. Foi um passo dado, importante, que teve várias fases de desenvolvimento, que começou muito mal, que acabou assim e assim, Sr. Deputado.

Portanto, há muitas coisas, ainda constrangimentos, que são preciso ultrapassar e já eu aqui chamei a atenção várias vezes, aliás o CDS já há 10 anos que faz essa proposta, que é o aumento da placa “Charlie”. E voltar a trazê-la ao debate, fica já aqui anunciado.

Deputado António Parreira (PS): Mas as outras placas estão disponíveis!

O Orador: O senhor só tem verdadeiramente um aeroporto civil com capacidade quando aumentar o estacionamento de aviões civis na placa “Charlie”. Aí é que resolve quase totalmente o assunto.

Mas aquilo não deixa de ser um aeroporto militar.

Como eu questionei a Sra. Secretária, com toda a lealdade, já aqui em conversas, a questão do anemómetro. É uma teimosia que temos que ultrapassar e que para isso eu julgo que todos estão disponíveis (o PSD, o PPM, o PCP e o Bloco de Esquerda), de fornecerem os dados meteorológicos, *on-time*, ao avião quando dá a aproximação. A rajada de vento é fundamental para decidir se aterra ou não.

A frequência da rajada é fundamental para decidir.

Portanto, se o anemómetro dá de três em três segundos e a ANAC certifica o anemómetro de 10 em 10 segundos, a informação dada por esse anemómetro da Força Aérea Americana é mais precisa do que o anemómetro usado nos aeroportos portugueses.

Sra. Secretária, o CDS está disponível para o que for necessário para junto da Força Aérea Portuguesa, alterarmos isto. Estamos disponíveis.

Portanto, quero saber se podemos fazer um sindicato, uma *joint venture*, digamos assim, nesse sentido (o Deputado João Paulo Corvelo apoia). Isso é um dos problemas, Sra. Secretária.

O outro problema, Sra. Secretária, que é quando se diz que é absolutamente inacreditável, quando no novo Manual (não é o antigo, é o novo manual) de Operações da BA-4 está escrito: não está autorizada a operação noturna de aeronaves.

Não pode estar. Temos que mudar isto.

Não pode a BA-4 pôr essa norma no seu manual de operações que prejudica a Ilha Terceira e prejudica os Açores e prejudica toda a gente.

Está lá escrito: não está autorizada a operação noturna de aeronaves na Base das Lajes. Apenas voos de emergência ou evacuação.

Portanto, Sra. Secretária, queria também sensibilizá-la para esse assunto para termos uma certificação civil mais efetiva e mais adequada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: De resto, Sra. Secretária, há outra coisa que só se passa na Base das Lajes e que eu saiba num aeroporto em Itália.

Eu tenho aqui o anexo da ICAO (os senhores sabem, é a Autoridade Internacional da Aviação Civil) que é também usado pela Flight Safety, e que é também usado pelo Aerocontrol, e que se chama *ruffling passenger and board*, ou seja, o abastecimento com passageiros a bordo.

Está perfeitamente escrito as regras todas por aqui abaixo, que são todas possíveis de aplicar na Base das Lajes (todas!). Só não são feitas por uma teimosia do proprietário da Base das Lajes. Aí o Bloco de Esquerda também terá com certeza uma palavra a influir no Ministério da Defesa.

Portanto, estão lá, descreve como devem ser feitas, quais são os procedimentos a tomar, e isto é feito em todo o mundo, isto é feito em Portugal, isto é feito em Lisboa, isto é feito no Porto, isto é feito em Londres, isto é feito nos Estados Unidos, é feito em todo o mundo: a ICAO, a Aerocontrol e a Flight Safety.

Por que é que na Base das Lajes não se pode fazer?

E diz quando é que não se deve fazer também. E quando não se deve fazer, que é esta “a pegança” da Base das Lajes, porque eles têm uma norma por causa de um avião, que são os 7007, que foram adaptados ao transporte de combustível, e que são abastecido com Jet B e Jet B-4, ou combustível equivalente, que é altamente inflamável e esse, sim, não pode ser abastecido, mas Jet A-1, JP-8, TS-1, RT, TH ou equivalentes são todos possíveis de abastecer com passageiros a bordo, porque têm as normas todas, duas portas abertas, cintos desapertados, uma hospedeira em cada porta, comunicação com o avião no solo. Portanto, está tudo escrito por aqui abaixo, quais são as 10 regras essenciais, não é nada de especial.

As áreas à volta do avião desimpedidas, não pode ter obstáculos à volta do avião. Portanto, está tudo aqui.

Quem é que não quer?

A Força Aérea Portuguesa.

Portanto, Sra. Secretária, nós, com o devido respeito da operação militar, que tem que ter, das regras militares que têm que ter, o respeito aqui também tem que ser pela economia da ilha. A Força Aérea tem que dar o seu contributo e não está a dar.

Há uma outra questão ainda que quando obriga a desembarcar os passageiros, algumas companhias também não param, porquê? E a Sra. Secretária vai perceber bem isso, porque também acontece, às vezes, com a SATA. Porque queima as horas de voo da tripulação.

Se numa escala demoram uma hora a reabastecer, se tem que embarcar e desembarcar passageiros, demoram no mínimo duas e meia a três horas. O que é que acontece? Pode queimar as horas de voo dessa tripulação para chegar ao seu destino. Tem que ficar ali.

Portanto, eles já não param. Vão para outro sítio.

Portanto, são duas ou três regras muito simples: o anemómetro, o abastecimento *on-board*, e obviamente (mais difícil) a questão da... Não! E a operação noturna que tem que ser permitida.

Com essas três regras, aí, sim, começamos a ter uma certificação civil mais eficaz e que sirva a população.

Sra. Secretária, o CDS está disponível para, junto da Força Aérea fazer... Faço esse apelo: o Governo Regional deve empenhar-se junto do Sr. Primeiro-Ministro, junto de quem quer que seja. Nós estamos disponíveis. São três regras básicas e simples de alterar, mas como lhe digo, nós só estaremos satisfeitos quando conseguirmos um aumento da placa C, da placa "Charlie".

Há 10 anos que nós defendemos isso e até colocamos verba no Plano e Orçamento, mas julgo que abre-se agora uma janela de oportunidade.

Portanto, Sra. Secretária, julgo que era isso que tinha para lhe dizer. De facto, nota-se já na Terceira, já é sentido, a falta de operação de Madrid.

Portanto, é para saber quando vai começar e quando é que a senhora repõe a operação Madrid Terceira, porque realmente já se sente no comércio local. Era um tipo de turista que visitava os monumentos, visitava Angra, consumia no mercado local, interessava-se pela história, por motivos até históricos (não é?).

Portanto, era muito importante que essa ligação fosse restabelecida a bem do progresso da Terceira e dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há setor onde menos faça sentido afirmar que o Governo da Região, atualmente da responsabilidade do PS/Açores, promove um desenvolvimento harmónico do arquipélago esse setor é, sem sombra de dúvida, o setor dos transportes aéreos e consequentemente o setor do turismo.

A Região possui um conjunto importante de infraestruturas aeroportuárias geridas por diferentes entidades, o aeroporto de Santa Maria, o aeroporto João Paulo II, o aeroporto da Horta e o aeroporto das Flores geridos pela ANA SA, o aeroporto das Lajes na Terceira simultaneamente aeroporto utilizado e certificado para uso por parte da aviação civil e base militar, gerido conjuntamente pela Força Aérea Portuguesa e pelo Governo Regional sendo os restantes aeródromos geridos pela SATA/Aeródromos.

Importa aqui salientar que todas estas entidades tendo sob sua responsabilidade a gestão das cinco *gateways* da Região, têm importante e relevantíssimo papel, quer no que diz respeito às condições de operacionalidade, quer em tornar e manter uma atrativa oferta das infraestruturas em causa para a aviação civil geral e nomeadamente a aviação comercial.

Com a entrega da ANA-EP à iniciativa privada dos franceses da VINCI tem-se vindo a assistir, tal como em devido tempo o PCP alertou, a uma escandalosa política de aumentos sucessivos e desmesurados das taxas aeroportuárias, bem como dos bens e serviços oferecidos por estas estruturas aeroportuárias, tendo como único e exclusivo objetivo o aumento dos lucros (em tempo recorde, sublinhe-se) e pouco ou nada se preocupando com tudo o mais, ou seja, com o desenvolvimento gerado pelos seus aeroportos na sua respetiva área de influência.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Responsável na Região por três das cinco *gateways* (Aeroporto João Paulo II, em S. Miguel, Aeroporto de Santa Maria e Aeroporto da Horta, no Faial) a ANA-SA desde a sua entrega à VINCI tudo tem feito para aumentar ao máximo os proveitos da sua exploração e reduzir ao mínimo os necessários investimentos.

Sendo certo que os aeroportos são estruturas dinâmicas, podemos hoje verificar neste capítulo estamos hoje a regredir.

Se por um lado temos estes aeroportos geridos pela ANA sem a necessária dinâmica de captação de tráfego, por outro lado temos a incapacidade de promoção das infraestruturas aeroportuárias e de captação de tráfego que é comum, quer aos aeródromos de gestão exclusiva da SATA Aeródromos, quer de um modo muito especial no tocante ao Aeroporto de gestão partilhada que é o Aeroporto das Lajes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De fato, desenvolver e potenciar o crescimento a nível dos aeroportos exige uma política que, em vez da concentração de fluxos e de tráfego, apenas num polo de desenvolvimento, promova a região no seu todo.

Desenvolver e potenciar o crescimento harmónico da Região implica o abandono da política de subalternização e abandono das cinco *gateways* da

Região a que paulatinamente temos vindo a assistir para promoção de apenas uma *gateway* situada em Ponta Delgada, aliás com graves prejuízos para a própria Ilha de São Miguel que ao ver ser promovido este tipo de turismo se vê condenada a repetir para pior os mesmos erros que outras regiões infelizmente tarde de mais detetaram e em vão tentam hoje corrigir.

Pela nossa parte não duvidamos que é necessário e urgente a promoção das nossas infraestruturas aeroportuárias o que passa naturalmente pela adequada promoção das condições oferecidas, desde o Aeroporto das Lajes ao Aeródromo do Corvo, isto para falarmos apenas das infraestruturas que a Região, direta ou indiretamente, tem responsabilidades na sua gestão.

Isto implica necessariamente a sua constante modernização bem como uma política promocional adequada e que tenha em vista a sua viabilidade e sustentabilidade futura.

Os aeroportos numa Região como a nossa assumem um papel de tal forma importante e relevante para o seu desenvolvimento que a sua gestão, o seu desenvolvimento e a sua promoção não pode nem deve ser deixado aos meros interesses conjunturais da iniciativa privada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a divulgação e promoção da certificação por parte da aviação civil, e nomeadamente por parte da aviação comercial do aeroporto das Lajes assume um aspeto relevante para a economia local da Ilha Terceira não nos podemos esquecer o quanto importante é para toda a economia da Região a promoção e divulgação de toda a oferta que a Região possui neste setor e que passa naturalmente e em primeiro lugar pela valorização a todos os níveis das cinco *gateways* regionais.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já tinha realizado uma intervenção em que tinha sintetizado a posição da Representação Parlamentar do PPM a respeito desta iniciativa do CDS-PP, e devo dizer que não pensava regressar ao debate.

No entanto, o Bloco de Esquerda agora tem um novo hábito, que é, nas suas intervenções, provocar permanentemente a Representação Parlamentar do PPM. E em resposta à sua provocação, à provocação da Representação Parlamentar do PPM, eu quero dizer-vos, Srs. Deputados do Bloco de Esquerda que é absolutamente falso (é absolutamente falso!) o que V. Exas. disseram, que o PPM não quer mexer no Acordo com os Estados Unidos e considera que o Acordo com os Estados Unidos em relação à Base das Lajes é extraordinário.

Também devo dizer...

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem que pôr o cinto de segurança!

O Orador: Estou um bocadinho gordinho, é verdade!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Também devo dizer que em relação a esta matéria a posição do PPM é que este é mau acordo neste momento e consideramos que as contrapartidas não são contrapartidas suficientes. Ou seja, para o PPM a nossa posição é que este é um mau acordo.

Mas eu já tive oportunidade de dizer isto, e o Sr. Deputado Paulo Mendes já teve oportunidade de ouvir por diversas vezes a posição do PPM. Não sei por que é que tem que faltar à verdade, aqui no plenário, dizer que o PPM apoia, não quer mexer no Acordo existente com os Estados Unidos. É que isto pura e simplesmente não é verdade essa sua afirmação.

O PPM é um partido que pode ser criticado em muitos aspetos, mas neste não. Neste, a nossa posição é bem conhecida.

Já agora que estou a conversar consigo, devo dizer-lhe também o seguinte: eu considero também que o Bloco não pode continuar a utilizar esta hipocrisia na sua atuação política que significa sustentar, do ponto de vista parlamentar, um Governo da República, que é um Governo da República do Partido Socialista, mas que é sustentado do ponto de vista parlamentar pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Tudo o que o Governo faz mal é culpa do Partido Socialista; tudo o que o Governo faz bem, tem o contributo do Bloco e do PCP.

Os senhores querem o melhor dos dois mundos. Não são responsáveis por aquilo que o Governo da República faz mal, e faz muito mal, e só são responsáveis pelas melhorias pontuais que V. Exas. depois se querem apoderar do ponto de vista da atuação do Governo, nas poucas coisas que o Governo da República fez bem ao longo destes quatro anos.

Portanto, é um discurso absolutamente hipócrita, desculpe que lhe diga. Não pode ser! Ou sustentam o Governo do ponto de vista parlamentar, para o bem e para o mal, ou então não o sustentam, até nomeadamente no âmbito da votação de moções de censura, V. Exas. têm apoiado o Governo, e o Governo continua em funções porque V. Exas. o apoiam politicamente.

Portanto, não pode vir aqui depois fazer esta crítica hipócrita ao Governo da República, como se V. Exas. não tivessem responsabilidades políticas. Têm todas as responsabilidades políticas, porque são V. Exas. que sustentam, do ponto de vista parlamentar, o Governo da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Após a intervenção da Sra. Deputada Mónica Rocha eu julgo que não tenho ainda grande matéria a adiantar relativamente àquelas que são as recomendações deste diploma, mas ainda assim gostava, antes de passar à resposta às perguntas dos Srs. Deputados, de dar-vos alguma informação.

No que se refere à promoção da divulgação da certificação civil do aeroporto das Lajes, que ocorreu no verão passado, gostaria de deixar aqui bastante vincado que essa divulgação ocorreu não só nos órgãos de comunicação social, mas sobretudo, e mais importante, em tudo o que são os principais sites da aviação civil junto das entidades que têm a capacidade ou a competência para fazer a divulgação e o fornecimento das informações aeronáuticas, nomeadamente através da Força Aérea, através da ANAC, e sobretudo da NAV que é quem divulga essa informação.

Para além disso, todas estas entidades oficiais da aviação civil estiveram representadas no Grupo de Trabalho que culminou com a assinatura do protocolo da certificação do aeroporto das Lajes.

Além disso, e logo após a certificação, a própria aerogare civil das Lajes, difundiu por todas as operadoras habituais do aeródromo, empresas de *handling*, todas as alterações que eram resultantes da assinatura do protocolo, nomeadamente procedimentos de publicação em AIP, e colocou ainda na sua página oficial todos estes procedimentos e formulários necessários.

Portanto, esta divulgação foi toda feita. Para além disso foi feita, para além do *site* da aerogare civil das Lajes, em outros *sites* da aviação civil e sem carácter inclusivamente público/privado, como a AIRPORTDATA, AIRQUICK, WORLD PORTDATA, PLANE MAKER, etc..

Ou seja, essa divulgação junto das entidades oficiais, conforme se fala na recomendação, entidades nacionais e internacionais, foi feita.

A título de exemplo, começou essa divulgação logo em julho, com a emissão, através da Força Aérea Portuguesa de um NOTAM, com a informação

necessária para todos os pedidos de PPR, PRIOR PERMISSION REQUIRED/REQUEST, passassem a ser dirigidos à Aerogare Civil das Lajes e não à ANA.

Portanto, essa divulgação está feita, é comprovável e, nessa medida, a primeira recomendação do diploma responderíamos desta forma.

Em relação à segunda, de promoção de novos fluxos turísticos para a Ilha Terceira, obviamente que a promoção, naquilo que cabe, no que respeita à infraestrutura aeroportuária, faz-se não só através de contactos com operadores, com hoteleiros, com as diversas entidades que se movem no mundo do turismo. Faz-se também através da participação em feiras como as duas recentes feiras em que está a participar a Secretário Regional da Energia, Ambiente e Turismo. Presentemente ela está a participar na BTL, anteriormente participou, salvo erro, na IBT. Portanto, essa promoção também é feita (para o aeroporto da Terceira, como à semelhança de todos os aeroportos dos Açores) nesse âmbito. Não falarei das vantagens da certificação, porque a Sra. Deputada Mónica Rocha fez menção delas e escuso-me de estar a repetir, mas passando já à resposta às questões que me foram colocadas, e em relação, por exemplo, à questão do anemómetro, de facto, Sr. Deputado, e conforme disse, já falámos sobre isso e a primeira vez que eu inclusivamente tomei conhecimento de que o anemómetro não estaria na plenitude no seu funcionamento, foi aqui, através do senhor.

De facto, o anemómetro da forma como está a funcionar e daquilo que é dito pela Aerogare Civil das Lajes, fornece toda a informação que é necessária à aviação.

Simplesmente não está homologado pela ICAO, não está certificado pela ICAO, porque não fornece nas frequências que a ICAO exige, mas fornece nas frequências que exigem os norte-americanos. Portanto, é suficiente para a operação.

Daquilo que também é a informação que tenho neste momento, a partir de junho, essa certificação poderá já estar resolvida. Não posso assegurar que isso ocorra na medida em que não depende da Aerogare Civil das Lajes, mas está-se a promover essa certificação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em relação à operação noturna e ao facto de no novo Manual não estar autorizada a operação noturna, não é propriamente exceção o aeroporto da Terceira.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: O de Ponta Delgada também fecha, o de Santa Maria também fecha, sensivelmente entre as mesmas horas. Portanto, o de Ponta Delgada fecha entre as 24 e as 6h45, o de Santa Maria fecha entre as 21h30 e as 6h45, se bem que aceitam voos noturnos mediante o pagamento de uma taxa.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: No caso do aeroporto da Terceira, e constando, conforme o Sr. Deputado referiu, do protocolo esse impedimento para a operação noturna, esse impedimento é ditado por imperativos legais relacionados com a Lei Geral do Ruído.

O Governo Regional dos Açores já fez ver, por diversas vezes, não só na altura do Grupo de Trabalho, mas também posteriormente através de carta escrita dirigida ao Gabinete do Chefe de Estado Maior da Força Aérea, que isto não faz sentido no caso do aeroporto da Terceira e que isto é um obstáculo que tem que se retirar.

Portanto, eu fico satisfeita do Sr. Deputado e o seu partido, e agradeço o apelo que fez a toda a Assembleia, porque de facto há aqui que unir esforços para que esta restrição, que não faz sentido, seja retirada e ultrapassaremos e passemos a ter voos noturnos também na sua normalidade no aeroporto da Terceira.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao reabastecimento de passageiros a bordo, de facto, nos termos das regras em vigor, o abastecimento com passageiros a bordo é a exceção.

Excecionam-se, conforme referi, voos por razões médicas, e outras, mas é a exceção.

O que é facto é que prática da aviação civil comercial não vai nesse sentido, e a maioria esmagadora dos aeroportos, tomando as precauções constantes das normas da ICAO, faz o abastecimento com os passageiros a bordo.

Eu recordo, no entanto, que isto é uma decisão do Comandante da Base Aérea, portanto, mais uma vez temos que trabalhar no sentido desta ser também uma restrição a eliminar, isto sem prejuízo de, conforme lhe disse, a regra é esta.

Portanto, do ponto de vista daquilo que está escrito, a regra de facto é não permitir abastecimento com passageiros a bordo.

No que se refere ao aumento da placa “Charlie”, pois aí permita-me divergir um pouco daquela que é a sua visão da placa, do possível aumento da placa.

Neste momento, eu preferiria, de facto, investir, porque será necessária, na requalificação da placa e não no seu aumento.

A placa tem capacidade para quatro ou cinco aeronaves, dependendo da posição em que estacionam.

O aeroporto todo tem capacidade para 53 aeronaves, mais 30 caças.

Portanto, não me parece que tenhamos um problema de espaço. Tivemos um problema de gestão e tivemos um problema de termos as infraestruturas em condições.

Por último, no que se refere à operação de Madrid e ao seu possível início no próximo verão, tudo indica que sim, que teremos a operação de Madrid a partir deste verão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual? Verão IATA?

A Oradora: Deste verão! Não posso, no entanto, assegurar, porque não é uma matéria da minha competência, é uma matéria da competência da minha colega da SREAT – Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

No que se refere às perguntas do Sr. Deputado César Toste, confesso que foram bastantes. Espero ter tomado nota de todas, mas faço um esforço neste momento por responder a cada delas, sem prejuízo de já ter sido aqui dada resposta a algumas.

Certificação total e completa da infraestrutura aeronáutica da Base Aérea n.º 4, para utilização permanente pela aviação civil, ficou, conforme a Sra. Deputada fez menção, concluída no dia 23 de julho de 2018 e conforme o atesta também o Certificado do Aeródromo n.º 52, de 23 de julho de 2018, emitido pela ANAC.

Se houvessem dúvidas quanto à completude ou não dessa certificação, aqui está a resposta.

Se a pista está mais competitiva, ora bem, a certificação teve implicações muito relevantes ao nível operacional, e mais uma vez fazendo apelo à intervenção da Sra. Deputada Mónica Rocha, fez questão de mencionar, e que se prendem sobretudo com a agilização da operação.

Uma que acrescentaria aqui e que é bastante relevante são as interdições por motivos de defesa nacional, que antigamente poderiam ser impostas a qualquer momento.

Neste momento são, por regra, comunicadas com 15 dias de antecedência,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o que desde logo evita inúmeras situações de irregularidades porque dá tempo perfeitamente para avisar a aviação civil e adequar a operação da aviação civil a essas interdições. Isto é só mais uma das vantagens desta certificação.

Qual o impacto que tem no aumento das novas companhias a voar para a Ilha Terceira?

Por enquanto, de facto não há nenhuma nova companhia aérea a voar para Terceira, mas a Ryanair não precisou da certificação da pista para começar a voar para a Terceira.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Portanto, a relação direta entre uma coisa e outra – admito que queremos potenciar a certificação e ter mais companhias a voar para a Terceira, naturalmente, mas não é condição...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Sine qua non!*

A Oradora: ... necessária.

Em relação ao aumento ou não do número de escalas, dos dados que dispomos e só dispomos neste momento até 2018, o número de escalas técnicas tem vindo a diminuir ao longo dos anos, com exceção feita ao ano de 2016. Portanto, neste momento ainda não há registo do aumento de escalas técnicas em função da certificação do aeroporto da Terceira.

Se está mais atrativo por causa desses fatores? Obviamente que sim. Um aeroporto é tão mais atrativo quanto a capacidade de fornecedor mais serviços e desses serviços serem céleres e sobretudo do preço desses serviços.

Nesse sentido, faço também referencia à Portaria que fixa as taxas para o aeroporto da Terceira e que contém uma redução de 50%, bastante significativa no panorama regional e nacional.

Além disso, o Governo dos Açores aprovou o PEMTA – Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores, que tem como objetivo central a definição de um conjunto de estratégias, numa abordagem geral entre vários mercados, que obviamente ligado a este programa passa também pela divulgação das infraestruturas portuárias, das infraestruturas aeroportuárias que temos na Região, sempre ligado à promoção do destino também turístico.

Conforme mencionei há pouco, o Sr. Deputado também perguntou quais eram os preços em comparação com outros aeroportos, nós mencionamos-lhe já que esses preços constam de uma Portaria de 2015, a 15/2015, de 5 de fevereiro, que reduziu em 50% os quantitativos das taxas de tráfego, assistência em escala e ocupação da aerogare civil das Lajes, por seis anos, ou seja, até 2021. Isto que no panorama regional e nacional é bastante significativo.

Perguntou também pelo impedimento, pela limitação da operação entre as 24 e as 6 da manhã, já respondi quando respondi à pergunta do Sr. Deputado Artur Lima. Continuará a obrigatoriedade de desembarcar os passageiros para reabastecer também – remeto para a resposta dada ao Sr. Deputado Artur Lima.

Que diligências tomou o Governo Regional desde a certificação para promover o aeroporto? Foi a minha intervenção inicial. Fiz menção não só à divulgação nos órgãos de comunicação social, mas como isso não sendo principal, nem sendo a forma mais eficaz, temos ainda a divulgação nos diversos *sites* de aviação civil e através das entidades nacionais e internacionais na aviação civil, que fazem essa promoção direta e que já fiz menção há pouco e que poderei procurá-lo documentalmente.

Quem está a fazer a promoção do aeroporto da Terceira, a promoção está a cargo da Aerogare Civil das Lajes, da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, sempre em coordenação com a Direção Regional do Turismo e no âmbito, conforme disse, do Plano de Promoção Estratégico para o Turismo nos Açores.

Quem vai promover a Aerogare no futuro será quem a gerir e estas entidades que lhe mencionei.

Se esta promoção tem sido satisfatória? Tem sido, sim, satisfatória e tem sido a possível. Conforme lhe disse neste momento, a minha colega está a participar na BTL e, no âmbito dessa participação também faz a promoção das infraestruturas aeroportuárias existentes na Região.

Falou também, entre outras coisas das quais eu já respondi, na ampliação da placa “Charlie” da qual já manifestei a nossa posição.

Se o aeroporto está a precisar de obras de requalificação, quando fala em aeroporto eu presumo que se esteja a referir à aerogare propriamente dita, não é?

Obviamente que sim! Qualquer infraestrutura tem que estar em permanente estado... Requer permanentemente trabalhos de conservação e requalificação e a Aerogare Civil das Lajes não é exceção, desde que continue a ter as suas condições de operacionalidade e certificação adequadas.

Por último, gostava de fazer menção também a uma pergunta sua referente ao rastreio de bagagem em RX que diz que está sem funcionar, sem qualquer explicação.

Sempre que o número de passageiros em simultâneo o justifique, é colocado em operação um segundo sistema de rastreio de bagagem RX.

De qualquer forma, faz parte do Plano de Investimentos da Aerogare Civil das Lajes para este ano, a aquisição de outro equipamento equivalente.

Penso ter respondido também a todas as questões, mas se houver alguma que tenha ficado para traz,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a questão da bagagem!

A Oradora: ... estou disponível para responder.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço o esclarecimento que nos foi prestado acerca daquelas que são as reais posições, ou as posições reais do PPM, sobre o Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos e Portugal.

É uma posição como qualquer outra, legítima, claro, mas estranha. Estranha porque, em última instância, isto é tudo uma questão de dinheiro. É mais ou menos assim.

Isto não está a render muito para Portugal.

Por isso, se calhar se os Estados Unidos se lembrar, de hoje para amanhã, em negociação do Acordo, colocar mais um dólares na mesa, dependendo dos dólares que forem colocados em cima da mesa, se calhar toda aquela infraestrutura, a pista, o aeroporto, tudo inclusive, quem sabe mesmo a Ilha Terceira pode vir a ser encerrada só para o belo prazer das intervenções militares dos Estados Unidos ou em qualquer posição do globo.

Penso que não deverá ser essa a sua posição, certamente, que não deverá ser. Deverá ser outra. Tudo não se deve resumir a uma questão de dinheiro e de contrapartidas. Deve ser algo mais do que isso, porque, em última instância, dependendo do dinheiro que for oferecido pelos Estados Unidos ou de outras condições que sejam tangíveis ou intangíveis, até podemos esquecer a certificação civil do aeroporto da Base das Lajes e condicionar tudo àquela que for uma atividade militar norte-americana no âmbito de um Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos e Portugal.

Seria muito mais esclarecedor se fosse mais preciso naquela que é a posição do PPM relativamente a um futuro Acordo de Cooperação entre os Estados Unidos e Portugal, e quem sabe (não sei!), se o PPM poderia até, em último caso, defender uma revogação determinante do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos e dessa forma procurar alternativas civis que pudessem potenciar o aeroporto e a pista do aeroporto da Base das Lajes.

Convém também esclarecer (e ainda bem que o Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe novamente a terreiro o Acordo de Cooperação e Defesa entre os Estados Unidos e Portugal), o que acontecerá a esta certificação civil se num futuro mais ou menos próximo, no âmbito deste mesmo acordo, os Estados Unidos decidir, porque esta é uma Base que tem um estatuto, digamos sim, formal de base adormecida para os Estados Unidos, se os Estados Unidos precisar de projetar as suas forças militares algures no globo num qualquer conflito, e para isso precisar de utilizar a Base das Lajes, em toda a sua plenitude.

Como é que se irá, neste caso, conciliar o tráfego civil e militar. Será que nessa altura esta certificação civil nos vai valer de alguma coisa? Essa é uma questão que fica no ar e que se calhar devia ser respondida mais claramente.

Claro que a Sra. Secretária muito provavelmente não terá uma resposta para isso. Deverá ser uma pergunta que deverá ser colocada na Assembleia da República (quem sabe?) ou no Ministro dos Negócios Estrangeiros ou Ministro da Defesa, mas essa é uma questão que deveria estar acautelada. Eu acho que muito dificilmente que será acautelada no âmbito tanto desde Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos como em futuros acordos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua qualidade de dirigente partidário, neste caso do PPM, e como Deputado Regional, já há muitos anos deveria também estar muito bem informado acerca do que é que sustenta a posição do Bloco de Esquerda na Assembleia da República para viabilizar este Governo da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou muito bem informado!

O Orador: Tem a ver com um acordo que infelizmente se cinge a determinadas aéreas e os Negócios Estrangeiros e a Defesa não são de certeza áreas cujo Bloco de Esquerda tem encontrado uma plataforma comum com o Partido Socialista ou com o Governo da República.

Sabe muito bem que isso seria impossível. É um acordo que tem em conta aquela que é uma força relativa do Bloco de Esquerda, que em 2015 rondava os 10%, como bem sabe, e portanto o que permitiu foi encontrar uma plataforma comum que permitisse a restituição de rendimentos, quer fossem esses rendimentos provenientes do trabalho ou de pensões, e a reversão de algumas privatizações no caso da TAP e de futuras privatizações que viessem a ocorrer e que não deveriam ocorrer.

Essas são as áreas em que o Bloco de Esquerda tem, de facto, um Acordo estabelecido com o Partido Socialista para viabilizar este Governo da República.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, não é correto vir aqui para esta câmara fazer um jogo de hipocrisia sustentando-se numa alegada ignorância que as pessoas possam vir a ter acerca do conteúdo deste acordo que sustenta um Governo da República e que merece o apoio do Bloco de Esquerda.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sra. Secretária, muito obrigado pela forma como teve a atenção de responder às questões que lhe foram solicitadas.

Devo dizer-lhe que apesar do que a senhora disse, e com enorme esforço, se os terceirenses olhassem para as suas respostas iam dizer que é muito pouco. É muito pouco para os consecutivos anos que o Governo Socialistas (mais de 20) está a prometer à Ilha Terceira.

É, como referi, são obras... A senhora há bem pouco esteve no terminal das Laje e inaugurou as obras que já estão prometidas há muito tempo. Veja a quantidade de oportunidades que já foram perdidas ao longo do tempo por causa da não construção deste aumento da placa deste terminal, a situação que se falou também pelo CDS e que foi prometida pelo anterior Presidente Carlos César. Em 2006 que se previa o *boom* de aviação para as Lajes, e não aconteceu.

Não houve este aumento da placa “Charlie” e a senhora está a dizer hoje, aqui, que não é preciso porque realmente não vai haver este *boom*.

Portanto, são as suas respostas. Elas estão a dizer-nos que o facto de não haver a situação resolvida, a senhora não explicou o facto da Diretora da aerogare ter referido os constrangimentos desde a certificação em que continua a haver a obrigatoriedade das 72 horas de antecedência...

Deputado António Toste (PS): Não é verdade!

O Orador: Foi a Sra. Diretora da Aerogare que disse isto no “Diário Insular”. Foi ela que transmitiu isso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Leu mal!

O Orador: Portanto, a certificação não está total, não está completa. É pena e esta justificação é importante...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Importante é o senhor não enganar os terceirenses!

O Orador: Eu não engano os terceirenses, senhor!

São os terceirenses, é a Câmara de Angra, é a Câmara da Praia, é a Câmara de Comércio, é o Conselho de Ilha, é o Carnaval dos Terceirenses que diz isto ao Governo Regional e só quem não quer é que não ouve.

São eles que veem!

Sra. Secretária, ainda hoje de manhã houve engarrafamento nas filas de espera por causa do RX.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): Está em todo o aeroporto!

O Orador: Está em todo o aeroporto. Por que é que o RX não foi aberto, Sra. Secretária? Por que é que não foi aberto?

Como disse, o RX pode funcionar com o pórtico avariado.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Essa intervenção é que dava um bailinho de carnaval ou uma dança de espadas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Deputada Mónica Rocha, quem está no Governo Regional é o PS. Portanto, são vocês quem têm que responder aos terceirenses.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Quem é que estava na altura para responder?

O Orador: Vocês é que têm que responder por que é que não temos a rota de Berlim?

Deputado André Bradford (*PS*): Isto não é a dança de Espadas da Agualva!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado César Toste...

O Orador: Por que é que perdemos voos? Por que é que não há escalas técnicas?

Vocês é que têm que responder, não somos nós! Vocês é que têm que responder aos terceirenses.

Os terceirenses estão a dizer a vocês, mais uma vez, através do Conselho de Ilha, que a senhora esteve presente, através ainda hoje do Sr. Vereador Tiago Ormonde que disse na BTL o facto de nós precisarmos de mais rotas estáveis ao nível da aerogare das Lajes, foi a Presidente da Câmara de Angra que falou da questão das acessibilidades aéreas estarem prejudicadas nas Lajes.

Vocês estão a contrariar o que dizem os vossos parceiros dos vossos partidos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Então que raio de coerência é que está aqui?

São os terceirenses que estão a dizer isso, são os terceirenses que telefonam e dizem: por que é que o segundo RX não está aberto?

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Custa a ouvir, mas são os terceirenses que estão a dizer isso.

Presidente: Sr. Deputado César Toste, por favor.

O Orador: Senhora...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, ninguém nesta sala me consegue ouvir. Eu já estou com o microfone ligado há bastante tempo.

Eu peço à câmara o silêncio necessário para o Sr. Deputado César Toste poder fazer a intervenção, mas também apelo ao Sr. Deputado César Toste alguma contenção...

O Orador: Sim senhora!

(*) **Presidente:** ... para que efetivamente possa não só fazer a sua intervenção em condições, mas também me possa ouvir quando assim for necessário.

Muito obrigada. Pode continuar.

O Orador: Obrigado.

Sra. Secretária, se a Ryanair para vir para os Açores, para vir para a Ilha Terceira, não precisou de certificação, por que é que nós, neste momento não temos mais rotas e aquele que é considerado dos melhores aeroportos ao nível da Região está neste momento a ver passar aviões?

Gostava que a senhora me dissesse quais são os valores, apesar desta diminuição de 50% nas taxas, em comparação do aeroporto das Lajes e os outros aeroportos da própria Região.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas que perseguição é essa, Sr. Deputado?

O Orador: Os intervenientes da Ilha Terceira, que eu já referi, as Câmaras de Comércio, as Câmaras Municipais, o Conselho de Ilha, apelam para uma alteração no modelo de gestão e de promoção da Ilha Terceira.

Eu proponho à Sra. Secretária que se reúna com o Conselho de Ilha e que ouça esses parceiros que são importantes e que estão todos os dias a sentir o que se passa na Ilha Terceira e que realmente se pense neste modelo que está a ser promovido na nossa ilha.

Nós estamos a perder importância, nós estamos a perder escalas, nós estamos a perder voos...

Deputado António Parreira (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... nós estamos a perder rotas.

Por agora é só. Obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso não é verdade! É uma ilusão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A questão da placa C, a Charlie... C, é isso que quer dizer na linguagem aeronáutica, por isso é que ela é Charlie, porque é C, é só por isso, senão tinha outro nome. Se fosse D era Delta. E se quiser eu digo-lhe o alfabeto todo por aí abaixo, apesar de não ter tido 14 nesta disciplina,...

(Risos dos Deputados da câmara)

... mas posso com certeza dar-lhe uma ajuda,

Sra. Secretária, a questão aqui é a seguinte: o ótimo, de facto, é inimigo do bom, mas nós precisamos do bom, mas nós precisamos do bom. Eu nem sequer peço o ótimo, peço o bom.

Por isso, e já estive equacionado como a senhora sabe, o avião parar, os passageiros saírem, como acontece no Porto, e irem a pé para a aerogare... É como acontece em Ponta Delgada. O avião encosta, as pessoas vão pelo corredorzinho e vão pela pala toda e entram. Em 90% dos casos, saem a pé.

Sra. Secretária, sabe qual é a distância desde a aerogare civil até à placa Alfa? Quase dois quilómetros. Ir e vir são quatro quilómetros, Sra. Secretária, e isso com os constrangimentos quando há aviação militar.

Quando há aviação militar então não pode ser usada aquela placa Alfa.

É claro que a senhora falou-me da Bravo e da Delta, etc... Por aí fora! Mas isso é para a aviação militar.

A única que foi cedida foi a Alfa, mais nenhuma. Portanto, as outras, a capacidade de estacionamento de aviões, é para aviões militares. Portanto, nós não podemos estacionar lá aviões civis, como a senhora muito bem sabe que implica então outras normas de segurança, aí perceptíveis, que implica com operações militares.

Portanto, eu julgo que o verdadeiro aeroporto civil, se assim quiser chamar, só se atinge quanto tiver a placa C aumentada e a capacidade de estacionamento de aviões, do lado civil, aumentado. Só aí é que lá chegaremos.

Se me diz que por enquanto temos esta solução, pois é a que temos, mas nós não descansaremos, enquanto não tivermos a solução que nós consideramos como boa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Em relação ao RX ele está a funcionar. Só não está aberto quando tem pouco fluxo de passageiros.

Ainda assim, volto a repetir, é um investimento que está inscrito no Plano de 2019 da Aerogare Civil das Lajes,...

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então se está a funcionar não precisa de estar inscrito!

A Oradora: ... e é um investimento que está estimado no valor e 320 mil euros. Portanto, é um investimento que vai ser realizado neste ano de 2019.

Diga que não as vezes que quiser, levante-se outra vez e berre como berrou. Eu estou a responder-lhe às perguntas. Não gosta, paciência!... Tenho pena!... Lamento!...

Presidente: Sra. Secretária...

A Oradora: Em relação à promoção (eu vou entrar agora aqui um pouco em áreas que não são propriamente as minhas) que é feita relativamente ao destino turístico Terceira. A esse respeito, o Sr. Deputado Artur Lima fez-me sinal e tem razão, a operação de Espanha está prevista iniciar-se em outubro, não no início do verão Iata, mas no mês de outubro que também é verão Iata. Tem toda a razão.

Em relação àquilo que é a promoção, desde 2016 que estão documentadas várias ações de promoção e angariação de fluxos turísticos para a Ilha Terceira, mas eu mencionava neste momento a campanha de promoção da ilha para os meses de fevereiro a maio, no mercado nacional, a campanha de divulgação da Ilha Terceira na rádio, a nível nacional, que foi uma campanha que passou na

Rádio Comercial, na Rádio m80, entre fevereiro e março, e são duas estações de grande referência e cobertura nacional, que alcançam cerca de dois milhões de ouvintes diários, aumentando naturalmente a notoriedade da Ilha Terceira no mercado nacional.

Está ainda em curso o concurso para promoção, no mercado espanhol, de que resultará esta operação que acabámos de falar, e poderão ainda ser mencionadas outras, como por exemplo, o desenvolvimento de um acordo interline virtual entre Azores Gateways e a SATA, em que foi firmado um acordo da SATA AIR Açores com esta Azores Gateways que possibilita o acesso a uma tarifa especial para os voos inter-ilhas que, para além de ter um valor mais competitivo que as tarifas públicas, é flexível viabiliza a reacomodação dos passageiros sem penalidade, em caso de irregularidade.

Na prática, este acordo origina um interline virtual na medida em que permite combinar dois bilhetes de duas transportadoras diferentes conferindo toda a proteção a que um passageiro teria acesso se tivesse comprado apenas numa única transportadora.

Esta iniciativa permite ainda que todas as outras ilhas tirem partido da rota DELTA, Nova Iorque, Ponta Delgada, e potencia a venda substancial de pacotes de viagens multi-ilhas, já a partir deste mês de março com início nas campanhas de verão.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o Sr. Deputado Francisco Coelho não fala?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, não se descentre do ponto de vista político. O seu adversário político está ali e não aqui. Não competimos pelo mesmo eleitorado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não, olhe que não!

O Orador: Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que nas questões que referenciou (vou tentar ser breve) há realmente algo que nos distingue, porque eu valorizo a NATO, enquanto instituição, que preservou a paz na Europa durante o século XX e início do século XXI.

Eu valorizo a NATO enquanto instituição que permitiu que não se vivesse na Europa depois do final da década de 40, num regime de partido único.

Valorizo a NATO enquanto instituição muito importante para a preservação da paz na Europa e valorizo a NATO enquanto instituição historicamente também muito importante para impedir o domínio da União Soviética e dos seus aliados na Europa, depois da II Guerra Mundial. É uma diferença fundamental.

O PPM nunca defendeu o modelo de partido único como algumas das confluências que deram origem, e dos partidos que deram origem ao Bloco de Esquerda defenderam, nomeadamente o modelo albanês.

Portanto, nós sempre defendemos o pluralismo político e aí há uma diferença, tal como sempre valorizámos também a União Europeia.

A União Europeia, consideramos uma instituição fundamental.

No âmbito da NATO evidentemente a Base das Lajes teve, e continua a ter, na minha perspetiva, uma importância fulcral.

É uma questão de dinheiro? É uma questão de contrapartidas?

É!... É uma questão de contrapartidas para os Açores e as contrapartidas têm que ser válidas para os Açores, mas como V. Exa. sabe, e muito bem, nós defendemos que a Região, no âmbito da reforma autonómica que estamos a desenvolver deve ter poder de veto em relação aos acordos internacionais. Isso significa preservar os interesses dos Açores.

Também consideramos que os Estados Unidos, nomeadamente na questão ambiental, deve assumir as suas responsabilidades.

Esta é a nossa posição sobre esta matéria.

Sobre esta questão penso que ficamos conversados.

Em relação à segunda questão diz o senhor: bom, nós éramos um partido pequenino, estávamos em má posição negocial.

Não é verdade!... O Partido Socialista não tinha ganho as eleições. O Partido Socialista, na Assembleia da República é o segundo partido, o Partido Socialista tinha sido vencido nas eleições e, portanto, se existiam condições objetivas para que o Bloco de Esquerda tivesse conseguido um bom acordo do ponto de vista parlamentar e governamental, pois bem, tinham todas as condições para o conseguir, porque o Partido Socialista tinha sido derrotado nas urnas. Portanto, só chegou ao poder não por ter sido o partido mais votado, mas porque teve o apoio de V. Exas. e também do PCP.

Portanto, os senhores têm que assumir as vossas responsabilidades e esse vosso discurso é insustentável durante mais tempo. Os senhores têm que assumir todas as responsabilidades inerentes ao facto de apoiar do ponto de vista parlamentar o Partido Socialista na Assembleia na República.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Todas as responsabilidades!

E não venha aqui dizer que não tinha capacidade negocial porque nenhum outro partido teve alguma vez tanta capacidade negocial, porque pela primeira vez o nosso país, desde 1974, é governado por um partido que não ganhou as eleições. Está lá é pelo seu apoio e pelo apoio do PCP.

Não me venha dizer que estava numa situação de fraqueza negocial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estava eu posto em sossego, mas fui um pouco desassossegado pela gritaria do Sr. Deputado César Toste e pelos seus “vocês”. Aliás, a este respeito convém sempre lembrar que esta Casa tem um Regimento e que os debates, mesmo intensos, não podem, nem se devem transformar em discussões de lavadeiras.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Deputado!... Sr. Deputado, cuidado com isso!

O Orador: Creio que a dignidade desta Casa assim o exige.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: A respeito da certificação, eu creio que a respeito da certificação nós já percebemos que ela, como quase tudo, começou por não existir e que até há menos de um ano a Base das Lajes era um aeroporto militar que tolerava, há anos, com plena discricionariedade, o tráfego de aeronaves civis, quer da Região, quer de companhias nacionais. Isso faz toda a diferença.

Aliás, nós já tivemos aqui, a respeito de muitas coisas da Base das Lajes, de constatar que houve também um conjunto de ónus e de riscos, sobretudo na altura em que essa presença para aqui veio, na altura da ditadura e do Estado Novo Salazarista, e que houve um conjunto de coisas que nós ainda e só agora, e de alguns anos a esta parte, em democracia, é que vamos resolvendo, desde termos uma pista internacional em terrenos com contrato de arrendamento rural por um mês, desde o bairro de Santa Rita que esta Casa também se tem pronunciado conjuntamente com as entidades locais. Este uso é também com certeza uma consequência disso.

Essa certificação veio permitir aquilo que acontece em muitos sítios do mundo e que me parece ser perfeitamente compatível: a existência de um aeroporto, ou de uma pista, que independentemente de ter um fim e um determinado tipo de propriedade, pode perfeitamente conciliar os dois fins, quer para efeitos civis,

quer para efeitos militares. Até porque, em bom rigor, se houver uma crise aguda ao nível militar, de crise de ameaça ou de conflito, também me parece que os aeroportos civis naquela zona não vão funcionar, mesmo que sejam exclusivamente civis.

Portanto, isso, em grande parte, penso que é uma falácia, independentemente de respeitar que outros tenham outras opiniões acerca do acordo, acerca dos militares, acerca dos Estados Unidos, mas o que é preciso dizer aqui é que finalmente há uma certificação, que essa certificação vem acabar com a discricionarieidade, vem acabar com algumas eventuais veleidades de humor e alguns eventuais tiques corporativos, porque as coisas passam a estar definidas, conhecidas, pré-regulamentadas, dar previsibilidade, dar competitividade, dar certeza e sobretudo transfere esses poderes para a Direção da Aerogare Civil das Lajes, para a Região Autónoma dos Açores,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que é uma coisa muito importante, não é uma Região Ultraperiférica, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... é a Região Autónoma dos Açores. E não é como se diz por aí!...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A Região Autónoma dos Açores não é como se diz por aí, é como diz a Constituição da República Portuguesa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, acerca daquilo que é, tem ainda constrangimentos? Se calhar ainda tem, questões técnicas.

Poderá eventualmente ser melhorado no futuro, designadamente os dois principais que foram aqui referidos, quer ao nível dos voos noturnos, quer ao nível do reabastecimento com passageiros. Há aí questões técnicas que nos foram explicadas, designadamente ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que em Jornadas Parlamentares visitou recentemente a aerogare, mas há um início, há uma certificação, há o reconhecimento por parte da República de algo que é absolutamente fundamental e que será com certeza útil.

Perguntou, há pouco o Sr. Deputado Paulo Mendes: isto resolve tudo?

Obviamente que não resolve tudo. Obviamente que a certificação para uso civil dá maiores condições de igualdade, de facilidade, de acessibilidade, ao aeroporto das Lajes, mas determinado tipo de acessos, e aqui se calhar devemos distinguir os acessos, ou o uso, em termos de acessibilidades, por parte dos residentes com o fim específico do turismo, implica outras coisas naturalmente, que terão que ser feitas, que estão sendo feitas, que vão sendo feitas como explicou também a Sra. Secretária, porque também há aqui algo que é bom nós esclarecermos, porque é um bocadinho uma mania nossa, que é, a respeito das infraestruturas e da dimensão das infraestruturas. Quer dizer, obviamente que os aeroportos têm que ter as condições de segurança, de operacionalidade, que são internacionalmente exigíveis, segundo *standers* que são conhecidos.

Mas quer dizer, nós não podemos pensar, seja nas Lajes, seja noutra sítio qualquer, que só pelo aeroporto ser maior, vem resmas de aviões.

O tamanho conta, é certo, mas talvez não conte assim tanto. Portanto, é preciso ver que há aqui outras condicionantes e que também se tem que trabalhar noutras condicionantes.

Mas há coisas que não se pode ouvir dizer.

Sr. Deputado César Toste, não se pode dizer que por causa da placa de “Charlie”, sabe de companhias que deixaram de vir. É capaz de dizer?

É que falou de uma maneira que nós ficámos com a impressão, se não tivermos um pouco de memória, que houve aqui um retrocesso.

Eu gostava que alguém me dissesse, por exemplo, em ligações com o exterior, há quantos anos é que o aeroporto das Lajes tem três companhias a operar para o continente português?

Parece-me que é há dois anos!

Já teve mais? Só teve menos ao longo da sua história.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que tem havido é, apesar de tudo, evolução, progresso e melhoria.

Queremos mais? Queremos!

Ainda bem, mas não vamos confundir a história e não vamos sobretudo falsificar a história.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde já peço desculpa se realmente a minha forma de falar foi exagerada. Não foi este o sentido, realmente a forma como eu sinto este tema.

Eu só esperava, Sr. Deputado Francisco Coelho, que realmente a minha ventania e a minha forma de fazer lavadeira trouxesse realmente mais voos, mais rotas para a Ilha Terceira.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Realmente eu peço desculpa, mas são os Srs. Deputados do Partido Socialista, é o Governo do Partido Socialista que está há 20 anos a prometer aos terceirenses que vamos aumentar, que vamos ter mais rotas, que vamos ter mais voos.

Deputado António Parreira (PS): E vão ter!

Deputado André Rodrigues (PS): E tem aumentado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Se nós estamos a dizer, Sras. e Srs. Deputados, que queremos trazer mais turismo, como é que nós trazemos mais turismo?

É trazendo mais voos, mais rotas...

Deputado António Parreira (PS): Tem crescido!

(Aparte inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Depois queixam-se que o Sr. Deputado fala alto. Não se calam!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quando ainda agora, Sra. Secretária eu falei na questão o RX não foi para dizer que isto não acontecia em todos os aeroportos, mas se se prevê (isto é na minha falsa modéstia) que há uma fila indeterminável e que há três voos ao mesmo tempo, como aconteceu hoje de manhã, e se o RX-2 pode funcionar, como a senhora disse e afirmou, por que é que ele não funcionou, se é uma forma de escoamento? É só essa situação.

Eu peço desculpa. Não foi a questão de a ofender. É a questão de que os próprios passageiros vendo que existe mais um mecanismo para escoamento de passageiros, não o veem refletido e quando veem qual é a resposta da aerogare relativamente a esta situação? Pronto!....

Relativamente à publicidade, a promoção, a senhora falou dos exemplos de como esta promoção está a ser desenvolvida. Portanto, eu gostava que a senhora nos dissesse se esta proposta do CDS-PP, que é extremamente importante, se realmente, perante o que a senhora disse, não vem complementar, se realmente o que o Governo Regional tem feito relativamente à promoção desta certificação tem sido suficiente.

A questão é, quando ainda agora referi e quando se admite numa conferência que a certificação é total e completa, e que há mais competitividade, que há mais atratividade, que há mais estímulo para o turismo, já passaram nove meses e nós estamos com problemas que são admitidos, não foi pelo PSD dizer nada, foi a senhora Diretora da Aerogare.

Sr. Deputado Francisco Coelho, a situação dos atritos resolveu-se, e muito bem, mas antes havia escalas técnicas. Portanto, essa certificação, o que todos queríamos e todos desejávamos é que houvesse maior número de escalas técnicas e não está a haver.

Qual é o problema?

Ou não foi completa, ou não foi total, para continuar a haver esses constrangimentos e foi isso que eu perguntei.

Portanto, não é a questão de falsificar a história, nem querer falsificar a história...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É omitir parte da história!

O Orador: ... porque nós sabemos todos o nosso papel. Só que os Srs. Deputados Regionais do Partido Socialista, o Governo Socialista, estão há mais de 20 anos; há mais de 20 anos para não resolver estas questões.

Deputado António Parreira (PS): E está para continuar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado César Toste, foi o senhor, porque às vezes parece que é proibido, que falou nos 20 anos. Vamos então de uma forma muito sintética ver como é que isto era em termos de acessibilidades aéreas há 21 anos.

Monopólio da TAP nos voos regulares para Lisboa e para o Porto.

Foi com o Governo Socialista que a SATA começou a fazer também esses voos.

Entretanto e no caso específico da Ilha Terceira também, e como sabemos, aliás foi anunciado exatamente no mesmo dia, em abril de 2016, pelo Primeiro-Ministro, a vinda, com o processo de certificação da pista, também da Ryanair.

O que é que se fez?

Acabou-se com o monopólio e tem-se três companhias a voar regularmente para Lisboa e Porto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acabou-se com o monopólio contra a vossa vontade!

Deputado Luís Garcia (PS): Contra a vontade do Sr. Deputado Francisco César!

O Orador: Acha que é pouco?

Eu acho que houve aqui um grande avanço nesta matéria como de resto também em muitas outras, designadamente ao nível da certificação do aeroporto, da certeza que isto traz, e também já agora, já que falamos em acessibilidades para não falar, quer em termos internos, quer nessas ligações, daqueles que eram os preços e os custos reais destas viagens.

Muito foi feito, Sr. Deputado César Toste, ao nível da facilitação dessas acessibilidades.

É preciso continuar a melhorar, é preciso continuar a fazer mais, nós também achamos e estamos cá para isso e havemos de fazer com certeza se as açorianas e os açorianos assim o quiserem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora ao ponto 12 da nossa Agenda: **apresentação do segundo relatório e parecer intercalar no âmbito e objeto da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).**

Rege o artigo 104.º. Portanto, depois da apresentação feita pelo Relator, cada Grupo e Representação Parlamentar, assim como o Governo, disporá, se assim o entender, de 5 minutos, uma única vez, para intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco.

(Neste momento o Deputado Bruno Belo substitui o Deputado Jorge Jorge como Secretário da Mesa)

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER INTERCALAR RELATIVO À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS INSERIDAS NO ÂMBITO E OBJETO DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REFORMA DA AUTONOMIA DOS AÇORES

**CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO**

Mantendo-se o objeto e objetivos desta Comissão Eventual e considerando a complexidade dos trabalhos e temáticas que estão a ser desenvolvidos no âmbito de um processo comumente referido como de reforma da Autonomia, foi decidido por unanimidade das forças partidárias que compõem esta comissão, prorrogar o prazo para conclusão do relatório final por um período de dezoito meses (sensivelmente até o término da presente legislatura), bem como alterar a metodologia do processo legislativo a adotar, o que ocorreu nas reuniões efetuadas nos dias 24 de Maio de 2018, na delegação da ALRAA da Terceira em Angra do Heroísmo e 12 de Junho de 2018, na sala das Comissões da Sede da Assembleia Legislativa, na cidade da Horta. Foi igualmente decidido que, se prescindiria da audição do Exmo. Senhor Carlos César, agendando para audição do Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Alves Cordeiro, o dia 27 de julho de 2018, e que efetivamente ocorreu no Palácio de Sant`Ana, em Ponta Delgada, terminando assim as audições pré-definidas.

Em reunião realizada a 23 de outubro de 2018 na delegação da Assembleia Legislativa de São Miguel, em Ponta Delgada foi então deliberada a planificação genérica dos trabalhos para 2019, bem como prorrogado o prazo para entrega das iniciativas consubstanciadas em propostas das diferentes forças partidárias para o dia 31 de dezembro de 2018.

Deram assim entrada nos serviços da Assembleia Legislativa Regional, no dia 26 de outubro de 2018, primeiro prazo limite acordado, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista e no dia 31 de dezembro de 2018 as propostas do Bloco de Esquerda. Em 21 de dezembro de 2018 a carta de princípios apresentada pelo CDS/PPA. Acresce que o Partido Popular Monárquico e o Partido Social Democrata remeteram para as Cartas de Princípios que haviam dado entrada nesta Assembleia em 25 de julho de 2017 e 15 de setembro de 2017, respetivamente. Refira-se que todos os documentos e audições referidas no presente relatório constam dos registos existentes no arquivo da ALRAA e associados à presente Comissão, para os quais se remete e se que se dão por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos.

Considerando os pedidos de substituição ocorridos em outubro de 2018, houve necessidade de proceder à solicitada substituição dos deputados do Partido Socialista Miguel Costa e Susana Goulart Costa pelos deputados do mesmo partido Marta Couto e Dionísio Faria e Maia respetivamente, bem como a renúncia ao mandato efetuada pela Sra. Deputada Zuraida Soares do Bloco de Esquerda que foi substituída pelo deputado do mesmo partido António Lima.

No dia 7 de janeiro de 2019 realizou-se na delegação de São Miguel da ALRAA, em Ponta Delgada reunião para análise preliminar das propostas recebidas e para calendarização e metodologias concretas da análise, consensualização e deliberação dos trabalhos a empreender. Foi deliberado solicitar um parecer Jurídico ao Prof. Dr. Rui de Medeiros a propósito da constitucionalidade das diferentes propostas e cartas de princípios apresentados nesta comissão.

Foi ainda deliberado formar uma subcomissão (SUBCEVERA) que integrará os deputados Francisco Coelho Cabral, João Vasco Pereira da Costa e José Contente do Partido Socialista, João Bruto da Costa e Luís Garcia do Partido

Social Democrata, Artur Lima do CDS/PP, António Lima do Bloco de Esquerda, João Paulo Corvelo do Partido Comunista Português e Paulo Estêvão do Partido Popular Monárquico.

Esta Subcomissão reuniu nos dias 23 e 24 de janeiro de 2019 na Delegação da Terceira, em Angra do Heroísmo da ALRAA, para análise e consensualização das propostas de reforma da autonomia concernentes à matéria da Revisão Constitucional.

Voltou a reunir nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2019 na delegação de São Miguel da ALRAA, em Ponta Delgada reunião para análise e consensualização das iniciativas no âmbito da Revisão do Estatuto e da Revisão da Lei Eleitoral.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO

1. Composição da Comissão

Nos termos da resolução que a criou, a CEVERA ficou constituída por 13 deputados, sendo 7 do Partido Socialista, 2 do Partido Social Democrata, 1 do Centro Democrático Social / Partido Popular, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do Partido Comunista Português e 1 do Partido Popular Monárquico, tendo tomado posse:

Presidente – Francisco Coelho (PS)

Secretário – João Costa (PSD)

Relator - João Vasco Costa (PS)

Artur Lima (CDS)

Dionísio Faria e Maia (PS)

Francisco César (PS)

João Corvelo (PCP)

José Contente (PS)
Luís Garcia (PSD)
Marta Couto (PS)
Paulo Estevão (PPM)
Renata Correia Botelho (PS)
Zuraida Soares (BE)

2. Reuniões realizadas

A CEVERA reuniu nas seguintes data e locais:

A 24 de maio de 2018 na delegação da ALRAA na cidade de Angra do Heroísmo;

A 12 de junho de 2018 na sede da ALRAA na cidade da Horta;

A 20 de julho de 2018 na sede da ALRAA na cidade da Horta;

A 27 de julho de 2018 no Palácio de Sant`Ana em Ponta Delgada;

A 23 de outubro de 2018 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada;

A 7 de janeiro de 2019 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada.

A 23 de janeiro de 2019 na delegação da ALRAA na cidade de Angra do Heroísmo; (SUBCEVERA)

A 24 de janeiro de 2019 na delegação da ALRAA na cidade de Angra do Heroísmo; (SUBCEVERA)

A 25 de Fevereiro de 2019 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada;

(SUBCEVERA)

A 26 de Fevereiro de 2019 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada;

(SUBCEVERA)

CAPÍTULO III AUDIÇÕES

As audições realizadas até à presente data constam, de igual modo, em documentos anexos ao presente relatório, tendo em conta que as mesmas foram objeto de gravação e posterior transcrição integral.

CAPÍTULO V CONCLUSÃO / RECOMENDAÇÃO

Conforme assumido logo nas primeiras reuniões da CEVERA, atenta a complexidade e dimensão do objeto e objetivos da presente Comissão, entende-se por imperioso recomendar a prorrogação por dezoito meses, sensivelmente até ao final da presente legislatura para efeitos de apresentação do relatório final a este Plenário.

Horta, 13 de março de 2019

O Relator, João Vasco Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Francisco Coelho

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras, até na qualidade de Presidente da Comissão. Sendo certo que nos tempos mais recentes, por diversas vezes, tivemos o ensejo, nesta Casa, de falar neste tema, na reforma da autonomia e nos próprios trabalhos que estão a ser feitos, apenas para relevar que de acordo com a Resolução que instituiu a própria Comissão, é apresentado o segundo relatório intercalar, que acabou de ser feito pelo Sr. Relator, e reafirmar que as iniciativas e as cartas dos princípios dos grupos e representações parlamentares foram entregues, constam, aliás, como toda a matéria desta Comissão, no respetivo *site* desta Assembleia e são públicas.

Na sequência disso, e para facilitação de um trabalho mais técnico, mais pormenorizado e mais moroso de consensualização das iniciativas presentes, tem-se trabalhado ao nível da sub-comissão, nos termos que também foram referidos, e é esse trabalho e essa consensualização que planeamos fazer durante este ano para que depois haja, coincidentemente com nova legislatura da República, a possibilidade de negociar e acompanhar as iniciativas cuja sede de competência seja também e exatamente a Assembleia da República.

Portanto, para dar conta disso e que os trabalhos estão a esse nível, e nesse âmbito, de forma mais reservada, atendendo à sua própria natureza que estão a decorrer e o que temos previsto é essa calendarização.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Está feita assim a apresentação do relatório intercalar.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 13 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 130/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a**

Reforma da Autonomia (CEVERA)”, apresentado por todos os grupos e representações parlamentares da nossa Assembleia.

O requerimento de urgência é suficientemente claro, pelo que julgo não haver inscrições, vamos por isso passar à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Então agora darei novamente a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho para apresentação do Projeto de Resolução. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação é breve.

Face àquilo que há pouco dizia no sentido de apontarmos para esse trabalho de consensualização e de afinação final das iniciativas que estão pendentes para ocorrer durante o corrente ano e tendo em conta que muitas dessas iniciativas a sua sede de competência de aprovação é a Assembleia da República, para também, conforme é praxe neste tipo de matérias, podermos acompanhar e participar nesse processo legislativo junto da Assembleia da República durante o ano de 2020, coincidindo com a primeira sessão legislativa da nova legislatura da República.

Portanto, é esse o calendário e daí também o pedido de prorrogação ser de 18 meses.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 35 minutos)

Vamos então dar continuidade aos trabalhos.

Entramos agora no ponto 15: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 131/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à prorrogação dos contratos a termo certo das atuais intérpretes de LGP da EBI de Arrifes pelo prazo necessário à conclusão de concurso para contratação sem termo”.**

Este pedido de urgência é requerido pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência, julgo eu, que é autoexplicativo, a proposta é clara e o problema é conhecido de todos e de todas nesta Casa.

Cerca de duas dezenas de alunos surdos da Escola Básica e Integrada de Arrifes correm de facto o risco de a partir de segunda-feira deixarem de ter apoio de interprete, apoio este que é fundamental e essencial, imprescindível para que estes alunos possam efetivamente acompanhar as aulas, comunicar com professores, colegas e pessoal não docente e a urgência justifica-se por esse

mesmo motivo, porque os contratos das suas interpretes dessa escola terminam já no dia de amanhã. Por isso, é mais do que óbvio que esta iniciativa deva ser discutida durante este dia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido então aprovado por unanimidade este pedido de urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima agora para apresentar o projeto de resolução.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Escola Básica e Integrada dos Arrifes é desde 2009 a escola de referência na ilha de São Miguel para alunos surdos.

Esta escola desde esta altura tem sido a escola para onde são encaminhados os alunos surdos para que possam ter educação bilingue com apoio de interpretes de língua gestual portuguesa e também aulas de língua gestual portuguesa, que é a sua primeira língua.

Desde 2009, desde esta altura, que a escola tem de facto interpretes a seu serviço, mas desde esta altura essas interpretes têm vínculos à escola, vínculos à Região que são vínculos precários.

Inicialmente eram vínculos a recibo verde, a falso recibo verde. Estamos a falar de uma necessidade permanente, porque estamos a falar obviamente de uma

escola de referência onde a presença de alunos surdos será uma constante e que a necessidade não pode de maneira nenhuma ser vista como transitória.

Inicialmente a recibo verde, mais tarde a contrato a prazo, a contrato a termo certo desde 2016, neste caso, as interpretes que estão neste momento na Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

Estas interpretes são absolutamente fundamentais como já referi na fundamentação da urgência para os alunos surdos. Sem elas a sua comunicação com os professores das várias disciplinas é manifestamente impossível ou quase, sem as interpretes não podem os alunos e alunas surdos da escola comunicar com as suas professoras, seus professores e seus colegas.

O seu direito constitucional à educação, que é isso que está aqui em causa, está neste momento posto em causa e está em risco e as interpretes, tal como os professores de língua gestual portuguesa, tal como todos os outros professores, são essenciais para garantir o direito à educação.

Ora, é incompreensível como é que numa escola de referência não existam interpretes que tenham um vínculo estável à escola para que a previsibilidade em cada ano letivo seja total e que se saiba que em cada ano letivo há o apoio necessário para os alunos surdos da Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

O Governo Regional sabia desta situação e sempre soube como não poderia deixar de ser, porque a tutela, a Direção Regional da Educação e a Secretária Regional da Educação e Cultura têm de saber destas situações.

Mas sabia também porque foi avisado. Foi avisado por várias entidades e por diversas vezes. Foi avisado pelas próprias interpretes há um ano atrás. Foi avisado pela Associação de Surdos da Ilha de São Miguel durante também o ano passado. Foi avisado várias vezes e foi avisado que os contratos terminavam, algo que obviamente o Governo Regional teria sempre de saber.

Mas o que é facto é que o Governo Regional ignorou esses alertas, fingiu talvez que não era nada com ele, refere em notícias públicas, neste caso o Sr. Diretor

Regional, que fez tudo para conseguir que fossem abertos os lugares do quadro, como se essa decisão não dependesse simplesmente da vontade desse mesmo Governo Regional.

Ou seja, não estamos aqui sequer perante uma situação de incompetência, estamos aqui a falar de uma situação de absoluta negligência. É uma negligência tão grave que põe em causa o direito à educação dos alunos surdos, direito constitucionalmente garantido pela Constituição, direito que está obviamente também garantido no direito internacional em convenções subscritas pelo estado português.

A proposta que o Governo Regional fez quando a situação chegou a um limite, à beira de um precipício é, como já o dissemos, uma proposta absolutamente inaceitável e indecente. É fazer com que as intérpretes que há três anos estão a contrato prazo, que antes disso estavam a recibo verde, deixem de estar, com um vínculo que já de si é precário, mas têm obviamente algumas garantias, e passem novamente para uma situação que é irregular, que é ilegal de falsos recibos verdes.

É o aumentar da precariedade das intérpretes, é a perda de salário que elas terão perante a proposta do Governo Regional e é a perda dos direitos laborais dessas trabalhadoras.

Esta situação, em primeiro lugar, poderia ter sido resolvida de diversas formas, em diversos tempos.

Em primeiro lugar, deveria ter sido, poderíamos recuar até 2009 quando, nessa altura, os concursos para contratos sem termo deveriam ter sido abertos, mas houve mais oportunidades.

Houve, nomeadamente em 2018, durante a proposta de orçamento, incluída na proposta de orçamento para 2018, o Governo Regional apresentou uma proposta para regularização de precários na administração pública regional.

Ora, nessa proposta previa-se que fossem integrados trabalhadores a recibo verde e trabalhadores a contrato a prazo. Tanto quanto nos é dado a conhecer, e pela proposta que foi aqui aprovada e o Bloco de Esquerda até apresentou propostas de alteração a essa proposta, deveriam ter sido integradas essas interpretes, porque cumpriam esses requisitos. O que é facto é que não foram e o que podemos mais uma vez concluir, e como já tínhamos dito antes, é que essa regularização de precários foi um embuste e foi um embuste com um único objetivo: de não aplicar nos Açores o programa especial de regularização de precários, o PREVPAP, que se tivesse sido aplicado também se aplicaria a estas trabalhadoras que poderiam e deveriam já ter sido integradas.

Exige-se, chegados aqui, uma solução, porque neste momento efetivamente todas as soluções são soluções de recurso e de emergência, porque se tivesse atuado a tempo nada disto, nenhum deste esforço que toda a gente teve durante este processo (pais, alunos, interpretes, professores, toda a comunidade educativa), o stress, a sua preocupação, a sua angústia foi enorme e teria sido desnecessária.

Exige-se uma solução e é por isso que o Bloco de Esquerda trouxe este projeto de resolução que hoje debatemos.

O nosso projeto de resolução tem três pontos resolutivos que em primeiro lugar recomenda ao Governo Regional que de imediato inicie os procedimentos para a abertura dos necessários, e que se exigem, contratos, concursos para contratos sem termo, para que sejam integradas no quadro as necessárias interpretes da escola.

Em segundo lugar, recomendamos, porque estamos perante uma situação de urgência, uma situação de verdadeira emergência e que é necessário garantir o direito à educação, uma prorrogação dos contratos a termo das atuais interpretes pelo prazo estritamente necessário ao término dos concursos.

Estamos aqui perante diversos valores e aqui o valor mais alto e que tem de ser defendido é obviamente o direito à educação desses alunos.

Em terceiro lugar e por último, porque sabemos que há mais casos de interpretes com situações precárias em outras escolas da Região, recomendamos que o Governo Regional proceda à verificação de todos esses contratos já que pelos vistos não o faz com regularidade de todas as interpretes de língua gestual portuguesa, em todas as unidades orgânicas da Região.

Ora, são três pontos resolutivos simples que procuram remendar, por assim dizer, aquilo que foi uma situação de pura negligência do Governo Regional.

Mas se há mérito na luta destas trabalhadoras, da comunidade educativa da Escola Básica e Integrada dos Arrifes, da Comissão para a Proteção da Língua Gestual Portuguesa que tem tido um papel também importantíssimo na denúncia e na defesa destes alunos, se há mérito em todas estas entidades e em todas estas pessoas, é de já terem feito com que o Governo Regional abrisse os concursos para integrar quatro interpretes de língua gestual portuguesa na Escola Básica e Integrada dos Arrifes e abriu os concursos hoje. É um bom dia para abrir os concursos. Pena é que já deveria ter feito não há um mês atrás, não há dois meses atrás, mas se calhar há seis meses ou um ano para que segunda-feira a comunidade educativa funcionasse de forma natural, sem constrangimentos, sem preocupações, como deve ser e como assim se deseja.

Perante isto, julgo eu, que está clara a pertinência desta proposta e se há dias o Governo Regional dizia que ia abrir os concursos no final do mês esta decisão mostra que era possível fazer mais cedo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam. Estamos no processo legislativo comum, podem fazê-lo as vezes que quiserem.

Não havendo inscrições vou ter que passar à votação.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** O silêncio do Governo Regional e da bancada do Partido Socialista ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Clarifica tudo!

Deputado Francisco César (PS): O Partido Socialista? E das outras bancadas?

O Orador: ... não sei bem o que querará dizer, mas talvez que o Partido Socialista ...

Deputado André Bradford (PS): O silêncio foi de todas as bancadas!

O Orador: As outras bancadas dirão aquilo que entendem, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... mas há aqui uma bancada que é a maioria, que tem maioria absoluta, de cujo sentido de voto depende a aprovação deste projeto de resolução.

Deputado Francisco César (PS): Está bem, mas queremos ouvir o que os outros têm a dizer!

O Orador: Se for esse o entendimento do Partido Socialista em não falar a única explicação que eu tenho para isso é que o Partido Socialista concorda com o Bloco de Esquerda e concorda com o nosso projeto de resolução e se for assim congratulamo-nos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo não tem nada a dizer?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou verdadeiramente surpreendido com o facto do Governo em relação a esta matéria não realizar uma intervenção que depois daquilo que foi relatado e descrito pelo Sr. Deputado e pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda se exige, ou seja, foram aqui apontadas responsabilidades graves ao Governo Regional e é evidente que o Governo Regional no âmbito de um debate que se deve realizar de forma cívica e elevada o Governo evidentemente deve pronunciar-se sobre esta matéria. É algo que considero que é exigível e, portanto, eu aguardo que o Governo Regional dê explicações em relação às questões que aqui foram levantadas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e que são graves, são muito graves.

Se as coisas decorreram exatamente como o Bloco de Esquerda afirmou o comportamento do Governo Regional foi absolutamente indecente nesta matéria.

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual é a sua posição? Qual a posição do PPM?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação da língua gestual é muito importante e sobretudo é importantíssimo para as crianças que dela necessitam para o seu desenvolvimento e é uma questão que deveria ter merecido desde a primeira hora a melhor atenção do Governo e eu queria perceber se essa questão não é uma questão importante para o Governo, se o Governo não tinha conhecimento dela e que ia acabar o contrato com estes profissionais e a questão é fundamentalmente esta: como é que se deixa chegar a uma situação destas, correndo o risco dos alunos ficarem sem o devido acompanhamento?

Portanto, parece-me que há aqui uma negligência grave do Governo nesta matéria, mas que é encarada com essa bonomia do Sr. Secretário, que fica ali a querer-nos ouvir, para depois vir fazer da tribuna a sua sumula de todas as intervenções aqui feitas.

Portanto, Sr. Secretário, agradeço que se manifeste e diga o que tem de dizer nessa matéria e aqui e sem mais demoras.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores há 33 alunos surdos divididos por 14 unidades orgânicas, encontrando-se a maior parte em São Miguel, em concreto 24, e sobretudo concentrados nos Arrifes, a saber 15, por ser esta a escola de referência para a educação bilingue.

Nos Açores nós fomos inclusivamente pioneiros na criação de uma escola inclusiva ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem! Bem lembrado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: ... que abriu portas a todos os portadores de necessidades educativas especiais, também aos surdos ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... que vêm beneficiando do recrutamento e do apoio de muitos quadros profissionais, mesmo que tradicionalmente adstritos à área da saúde. Entre eles estão os interpretes de língua gestual portuguesa, muito uteis no desenvolvimento com sucesso da relação ensino/aprendizagem, também na

ligação entre alunos surdos, colegas ouvintes, corpo docente e demais comunidade escolar.

Independentemente das incidências que rodeiam a apresentação pelo Bloco de Esquerda deste projeto de resolução, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Educação, continuará a garantir (repite: continuará a garantir) aos alunos surdos da escola dos Arrifes e a partir já da próxima semana o apoio indispensável, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas como?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... inclusivamente com maior estabilidade após a conclusão do projetado concurso por tempo indeterminado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Na escola dos Arrifes procedeu-se à contratação de interpretes de língua gestual portuguesa em regime de prestação de serviços, já aqui foi dito: em 2009/10, dois; de 2010/11 a 2012/13, três; em 2013/14 e 2014/15, quatro; e em 2015/16, cinco.

A utilização desta figura contratual da prestação de serviços decorria de uma necessidade resultante da inexistência, nem sequer de uma carreira própria, da inexistência de licenciados próprios nesta área, sendo os interpretes de língua gestual portuguesa obrigatoriamente contratados como prestadores de serviços por força da sua especial aptidão técnica.

De resto, noutras circunstâncias também a variabilidade do número de surdos felizmente em redução nos últimos anos não aconselharia à celebração de contratos definitivos a não ser aqueles que agora se propõem e somente para a escola de referência e com o dever de acudir às necessidades das demais unidades orgânicas.

No entanto, em 2016, com o surgimento de licenciados ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora já há!

O Orador: ... como interpretes de língua gestual portuguesa procedeu o Governo dos Açores à abertura de seis postos de trabalho para técnicos superiores dotados de contratos a termo resolutivo por três anos.

Finalmente, agora em 2019, com o objetivo de conferir maior estabilidade ao acompanhamento dos alunos surdos pretende o Governo dos Açores lançar concurso, que aliás já foi publicado hoje mesmo, para a contratação por tempo indeterminado de quatro interpretes de língua gestual portuguesa, preferencialmente destinados à escola de referência, os Arrifes, mas como já foi dito atrás, com a possibilidade de também conferirem apoio às demais unidades orgânicas da ilha de São Miguel.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: A medida insere-se também numa estratégia de combate à precariedade laboral que campeia no seio dos profissionais deste ramo à dimensão nacional.

De facto, no continente e na Madeira não há profissionais desta natureza com contratos por tempo indeterminado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há, há! Na Madeira há!

O Orador: Nos Açores vai passar a haver.

Porém, o acesso aos quadros depende legalmente e sempre de um processo prévio de seleção, não havendo a hipótese da proteção de profissionais em exercício, uma possibilidade só dependente de um processo global de regularização de pessoal que a Região já praticou, ao que creio em 2017, à semelhança aliás do sucedido no continente com o célebre PREVAP que obviamente não tem aplicabilidade nos Açores.

Deputado António Lima (BE): Tem, tem!

O Orador: O lançamento deste tipo de concurso faz-se necessariamente no início de cada ano económico, faz-se depois de aprovado o mapa global das vagas por departamento.

Além disso, a abertura em 2019 decorre do facto de só agora ter sido incluído no plano previsional da respetiva unidade orgânica na sequência de contato da Direção Regional de Educação, também de solicitação das próprias profissionais que reuniram com os serviços de educação no verão passado quando ainda cumpriam o último ano do contrato a termo resolutivo.

Haverá necessariamente um hiato entre o termo do contrato das intérpretes de língua gestual portuguesa da escola dos Arrifes e a conclusão do concurso para o preenchimento de lugares para o quadro durante o qual concederemos, repito, aos alunos surdos o apoio indispensável.

No propósito de suscitar a menor das alterações sugerimos às profissionais a celebração a título transitório de um contrato de prestação de serviços que só não garantia o acesso ao quadro, porque esse depende, como disse atrás, das provas de candidatura avaliadas pelo respetivo júri.

Infelizmente a nossa proposta não foi aceite com as alegações que cremos, se não falsas, pelo menos não verdadeiras, da perda de vencimento e da impossibilidade de fruição do subsídio de desemprego.

A contraproposta de renovação do contrato a termo resolutivo em vigor, apresentada pelas profissionais e também um tanto estranhamente aqui pelo Bloco de Esquerda, é de todo inaceitável por colidir com a Lei de Trabalho em Funções Públicas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... que impõe a proibição do prolongamento do vínculo para além dos três anos.

A ser acionada uma tal diligência corresponderia administrativamente a um ato nulo gerador de responsabilidade civil, disciplinar e financeira sobre os dirigentes nele implicados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Bem lembrado!

O Orador: Para terminar e relativamente às ditas recomendações do Bloco de Esquerda constantes do seu projeto de resolução diria o seguinte.

A primeira encontra-se de todo cumprida com a decisão do Governo sobre a abertura de um concurso para a contratação de quatro interpretes de língua gestual portuguesa para apoio aos alunos surdos da EBI dos Arrifes.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Desde 6 de março!

O Orador: Já quanto à segunda recomendação é de todo ilegal, porque à luz da lei e como foi dito não pode o Governo proceder à prorrogação dos contratos a termo certo das atuais interpretes de língua gestual portuguesa da EBI dos Arrifes.

Finalmente, no respeitante à terceira recomendação, não pretende o Governo estender este processo concursal às demais unidades orgânicas, mas tão só ao estabelecimento escolar dos Arrifes, que é como se disse a escola de referência, para educação bilingue de alunos surdos. Nas demais unidades orgânicas felizmente que o reduzido número de alunos surdos não justifica a abertura de um processo semelhante que configuraria, na verdade, um ato quase que de má gestão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já desde o século XVI, para não recuar mais, que a problemática e a necessidade dos intérpretes para os alunos surdos era levantada então por alguns

autores que dizia muito claramente: “O interprete contribui para que o surdo ouça com os olhos e fale com as mãos.”

Os interpretes de língua gestual portuguesa trabalham com pessoas surdas e com pessoas ouvintes, são eles os grandes responsáveis por transmitir fielmente a mensagem que está sendo dita, através da língua gestual portuguesa do surdo ou da palavra do ouvinte.

Para que os surdos e neste caso para que as crianças surdas estejam plenamente integradas na escola e na sociedade é necessário que os interpretes de língua gestual portuguesa estejam presentes no dia a dia das escolas e destes alunos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E estão, Sr. Deputado!

O Orador: Este não é um luxo, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É um direito!

O Orador: ... é uma necessidade destes alunos.

Os interpretes são eles o elo de ligação entre os alunos e os ouvintes, como disse, os colegas, os professores, pessoal não docente.

Nas nossas escolas nos Açores há alunos, que o Sr. Secretário quantificou, que necessitam destes intérpretes na sala de aula. São eles, como eu também já disse e vou reforçar, os grandes responsáveis para que a mensagem, no caso da aula do professor seja transmitida fielmente ao aluno, mas também a do aluno seja transmitida fielmente ao professor. Esta é uma resposta diferenciadora que as nossas escolas devem ter, onde for possível e onde haja essa necessidade, no caso dos Arrifes é uma escola de referência e daí ter mais alunos e ter mais técnicos e que esta resposta assenta no princípio da igualdade.

Ora, o trabalho que tem vindo a ser feito na escola dos Arrifes tem sido fundamental para as crianças surdas. É incompreensível que o Governo tenha deixado esta situação se arrastar até à última da hora.

Mais uma vez, Sr. Secretário, como lhe disse anteontem, parece-me que quem está perdido é o Sr. Secretário Regional nestas questões da educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez o Governo lança ou permite que seja instalado um clima de intranquilidade na escola.

Nós hoje estamos aqui a uma quinta-feira com o risco de a partir da próxima segunda-feira os alunos não terem apoio ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não há esse risco! O Sr. Secretário já explicou isso! Não insista!

O Orador: Estamos hoje aqui numa quinta-feira com o risco dos alunos a partir da próxima segunda-feira não terem apoio dos interpretes de língua gestual portuguesa.

Aliás, das palavras do Sr. Secretário eu não consegui perceber, mas pode ter sido por defeito meu, qual foi a solução para este hiato de tempo.

O Sr. Secretário disse que os técnicos não aceitaram a contraproposta do Governo. Eu não percebi então qual foi a solução, qual é a solução que o Governo encontrou para este hiato de tempo.

Parecia-me que quando o Sr. Secretário anunciou que a situação está resolvida, até saírem os resultados dos concursos a situação está resolvida. Eu pensei que teriam os técnicos aceite essa proposta ou contraproposta do Governo. O Sr. Secretário depois no final, já na parte final da sua intervenção, acabou por dizer que ela não tinha sido aceite e neste aspeto, Sr. Secretário, deixava-lhe esta pergunta: qual foi a solução encontrada, porque eu sinceramente não a consegui compreender?

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A garantia de uma educação inclusiva e de uma escola pública gratuita de qualidade passa para todos cumprindo os preceitos constitucionais e determinados na lei de base do sistema educativo e é inseparável de medidas que assegurem que todas as crianças e jovens, independentemente das suas características, da sua origem e da sua cultural, ou das suas condições sociais, possam aprender juntos na escola pública nas suas comunidades.

O cumprimento deste direito só será concretizado com a garantia dos necessários meios humanos, materiais, técnicos e pedagógicos que correspondam às necessidades de todas e de cada uma das suas crianças e jovens.

O PCP tanto a nível regional, como a nível nacional, tem-se debatido ao longo dos anos por um necessário reforço de docentes da educação especial, mas também de assistentes operacionais, pedagógicos, interpretes de língua gestual, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala e outros profissionais da educação e da educação especial, cuja presença nas escolas é imprescindível para garantir o direito à educação de todas as crianças e jovens. Profissionais que devem ter um vínculo estável e devem ser devidamente valorizados, porque entendemos que a diversidade é um valor e não um obstáculo, logo, é a escola que tem de se adaptar à diversidade dos seus alunos.

É indispensável para a efetiva inclusão destas crianças e jovens a existências das ajudas técnicas, as necessidades são mais do que muitas em termos técnicos especializados de educação, como é o caso dos intérpretes de língua gestual portuguesa e outros, cuja falta se traduz em perdas para uma escola pública de qualidade, democrática e inclusiva para todos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por saudar a luta que os técnicos especializados têm desenvolvido, imprescindível para a defesa dos seus direitos e com a qual o PCP tem estado solidário. São os técnicos especializados nas escolas que continuam a ser contratados ano após ano como se respondessem a necessidades transitórias e temporárias, mas satisfazem, sim, necessidades permanentes nas escolas. Esses trabalhadores estão há anos a fio numa situação de precariedade, muitos há nove anos, tal como estamos aqui a discutir, terminam um contrato para depois iniciarem outro, muitas vezes preenchendo a mesma vaga do mesmo do ano letivo anterior.

Acresce a recorrente colocação tardia nas escolas prejudicando esses trabalhadores, mas também crianças e jovens que têm o seu início de ano letivo negativamente afetado.

Para todos os técnicos especializados insistimos para que sejam tomadas medidas para a adaptação do PREVPAP à Região para que possibilite a integração destes profissionais e de muitos outros.

Apelamos novamente que se criem condições para a contratação com vínculo efetivo de todos os técnicos especializados em número adequado para responder às necessidades sentidas na escola.

A situação que o Bloco de Esquerda nos traz não é novidade para o Governo Regional, por isso não permitiremos a desresponsabilização do Sr. Secretário, porque este assunto não pode passar como um mero esquecimento. É urgente que sejam cumpridas todas as condições que permitam a continuidade das atuais intérpretes de língua gestual portuguesa na escola dos Arrifes, na ilha de São Miguel.

Este caso é um alerta que veio demonstrar que as questões referentes à língua gestual e às exigências dos intérpretes são de extrema pertinência face à contínua desconsideração com os direitos das pessoas surdas e dos seus familiares.

Por isso, o Partido Comunista Português apoia esta iniciativa com uma relevância importante para combater a precariedade laboral, a discriminação e a exclusão social.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo a Câmara que se encontra nas galerias um antigo deputado desta Casa, José Manuel Nunes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

Seja bem-vindo.

(Aplausos da Câmara)

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

A matéria que aqui hoje é debatida é uma constante preocupação do Partido Socialista, e é uma preocupação que não é de hoje, nem muito menos resulta de um oportunismo político. Resulta, sim, de uma preocupação legítima ao longo do tempo.

Temos a preocupação por uma escola inclusiva, pelo acesso à educação para todos e por todos naquela que é uma luta intransigente da igualdade de oportunidades numa escola pública de qualidade onde o Partido Socialista tem um histórico e presente inequivocamente humanista que garante no mesmo sentido o futuro e o bom futuro dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A resposta pública à diferença e à singularidade preocupa o Partido Socialista, e o Partido Socialista não fica apenas e só pela preocupação, mas passa das palavras à ação, e vejamos no que diz respeito às necessidades educativas especiais e no que diz respeito à especificidade dos alunos surdos que necessitam de apoio.

Quem criou a escola de referência nos Açores para surdos? Foram os governos socialistas.

Quem criou o regime pioneiro de necessidades educativas em 2006? Foram os governos socialistas.

Muito se pode falar do século XVI, mas a verdade é que no século XX, quando outros governavam, as necessidades educativas não eram uma realidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quem foi o responsável pela criação do grupo de recrutamento de professores de língua gestual portuguesa, e para os quais neste momento já decorre o concurso interno e externo com a abertura de duas vagas? Quem foi, Sras. e Srs. Deputados, açorianos que nos ouvem?

Deputado Jorge Jorge (PSD): O Sócrates!

A Oradora: Foi o Governo socialista que assumiu a escola inclusiva como um trunfo de uma sociedade disponível, de uma sociedade que está sempre aberta à diferença, à singularidade. Foi o Partido Socialista que fez este percurso, é o Partido Socialista que continua a resolver estas situações, e cá estamos a resolver esta mesma situação.

Nós temos um histórico e temos claramente um passado e um presente de melhoria, e temos progresso nesta matéria da escola inclusiva, e é este progresso que nos dá o alento para garantir aos nossos alunos, às nossas famílias, aos profissionais da área, a garantia da singularidade pela diferença de cada aluno, de cada família e das necessidades de cada trabalhador.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos cá dentro e lá fora o papel do Bloco de Esquerda com as suas propostas legítimas, com certeza, mas a verdade, Sr. Deputado António Lima, é que o Partido Socialista numa matéria tão sensível e que a todos nós nos preocupa, tem alguma dificuldade em perceber a forma como o Bloco de

Esquerda traz este preocupante tema que está vertido num preâmbulo, que terei que lhe dizer, Sr. Deputado António Lima, não obstante a consideração que tenho por si, pelo partido que aqui representa, que alude a terminologias quase difamatórias, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E tem consideração! Imagine se não tivesse!

A Oradora: ... do processo de construção da escola inclusiva feita pelo Partido Socialista, pelos governos socialistas. E isto, realmente, põe em causa até aquela que é uma boa decisão de uma escola de referência para surdos nos Açores.

Porque há aqui uma questão, Sr. Deputado. Convém ler o seu Projeto de Resolução relativo a alguns parágrafos que realmente não honram a boa escrita dos Projetos de Resolução, nomeadamente do Bloco de Esquerda.

Mas não obstante a aparente e anunciada mas não concretizável resolução, nada justifica, no nosso entendimento, esta acidez de texto escrito, ...

Deputado António Lima (BE): Isso pode ser!

A Oradora: ... nada justifica esta ofensa de palavras da forma como o Projeto de Resolução está escrito.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Ou será que afinal há uma justificação para isso? Se calhar até há, porque o Bloco de Esquerda aparentemente na ausência de solução, fica-se apenas pela insinuação, porque o que se passa realmente no Projeto de Resolução é um conjunto de insinuações.

E queria-lhe dizer, Sr. Deputado, antes de ir à matéria propriamente dita, que o Partido Socialista aqui e agora repudia veementemente a terminologia utilizada no preâmbulo escrito pelo Bloco de Esquerda neste Projeto de Resolução, que ao fim e ao cabo não apresenta nenhuma solução para os professores, para as crianças e para as famílias surdas da nossa Região. Não apresenta nenhuma solução!

Mas por outro lado, é importante olhar, porque nós temos que o fazer, o Bloco de Esquerda o que quis fazer, e isto tem aqui que ser dito, Sr. Deputado, quis iludir os açorianos, quis iludir as nossas crianças, quis iludir as famílias das nossas crianças surdas, quis iludir os técnicos intérpretes de língua gestual portuguesa.

O Bloco de Esquerda anunciou a semana passada com a seguinte frase que eu passo a citar: “O Bloco de Esquerda irá apresentar uma solução urgente que garanta a continuidade dos intérpretes”. Ora, Sr. Deputado, como bem sabe, este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é um total falhanço porque efetivamente não apresenta nenhuma solução, e vamos ver concretamente o que é que é apresentado.

No Ponto 01, vem o Sr. Deputado recomendar ao Governo Regional que inicie a abertura de um concurso. Nós estamos a ver um Projeto de Resolução apresentado no dia 13 de março quando desde o dia 06 de março que esta situação já está decidida, já está anunciada publicamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Anunciada não é a mesma coisa! Onde é que está publicada?

A Oradora: Portanto, o que o Sr. Deputado vem aqui recomendar no Ponto 01 não surte qualquer efeito!

E, portanto, engana os técnicos, engana as famílias, engana as nossas crianças e jovens quando diz efetivamente que vai apresentar uma solução. Afinal, não apresenta solução nenhuma porque o Ponto 01 já tinha sido anunciado pelo Governo Regional precisamente uma semana atrás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está publicada, Sra. Deputada?

A Oradora: O Ponto 02 do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda: “ ... proceda à prorrogação dos contratos a termo certo ...”. Mais uma vez, ilude os açorianos, ilude as famílias, ilude as crianças e jovens, ilude os intérpretes,

porque sabe muito bem que ao abrigo das competências no que respeita aos contratos a termo certo, é ilegal, não é possível cumprir esse segundo ponto.

Oh Sr. Deputado, nós somos deputados de uma Assembleia Legislativa, criamos leis, e é estranho que esta Assembleia se proponha a apresentar pela voz do Bloco de Esquerda, e eventualmente aprovar, algo que é ilegal, que é isto que o Sr. Deputado aqui está a propor! A prorrogação de contratos a termo certo é ilegal.

E, portanto, quando o Bloco de Esquerda deliberadamente coloca este ponto na recomendação, sabendo que ela é ilegal, peço desculpa, Sr. Deputado, com toda a consideração, o que é que está a fazer? É iludir os açorianos, é iludir as crianças e jovens, é iludir as nossas famílias, é iludir os técnicos intérpretes de língua gestual porque sabe que não é possível!

O Bloco de Esquerda aqui o que faz é o que nós entendemos como uma manipulação da situação, é claramente um oportunismo político, porque sabe que estes dois pontos da sua resolução não fazem sentido! Não resolvem nada! Mas di-lo à sociedade açoriana, que irá apresentar uma solução miraculosa, quando é falso, Sr. Deputado! O Bloco de Esquerda não tem solução nenhuma para este problema, não tem solução nenhuma para esta situação! Esta é que é a realidade, é o que nós consideramos claramente como aproveitamento político.

Sras. e Srs. Deputados, o que realmente para nós interessa, e é isto que aqui nos traz neste debate, para além de clarificar o logro político que é este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, o logro político de iludir principalmente as nossas crianças e jovens e suas famílias, que estão em situações que necessitam de resposta, mas para aquilo que interessa, e tendo em conta a resposta dada pelo Governo Regional, que muito nos apraz em resolver esta situação, é a de que:

Primeiro: A partir de segunda-feira, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A partir de!

A Oradora: ... os nossos alunos irão continuar a ter apoio através dos intérpretes de língua gestual.

Deputado António Lima (BE): Propor uma solução legal!

A Oradora: A partir de segunda-feira, na continuação daquilo que está a ser feito até agora e desde 2009, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Portanto, esta é a primeira questão que interessa.

A segunda questão que interessa é que está neste momento na BEPA um concurso para quatro vagas para a Escola dos Arrifes.

Portanto, as condições estão garantidas, o Governo Regional está a acompanhar já há muito tempo esta situação, como aqui já foi dito, e, portanto, o que para nós interessa é que tenhamos uma resposta para estas crianças e jovens e para estas famílias.

Isso, Sr. Deputado, com seriedade o Sr. Deputado aqui tem que admitir que essa solução existe e, portanto, as nossas crianças e os nossos jovens vão ver reposta esta situação já agora segunda-feira.

E, portanto, o que o Bloco de Esquerda quer fazer nós não alinhamos, Sr. Deputado, que é iludir os açorianos. O Partido Socialista o que faz ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): É criar problemas!

A Oradora: ... conscientemente, de entrega total ao povo açoriano, é trabalhar por uns Açores melhores apresentando soluções e é isso que nós estamos aqui a fazer.

A partir de segunda-feira os nossos alunos continuam a ter esse apoio e é isso que realmente nos interessa. Essa missão está confirmada!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar dizer, e sobre o conhecimento da situação e começando pelo princípio, como deve ser, o Sr. Secretário Regional referiu o intenso trabalho do Governo Regional de acompanhamento desta situação e do conhecimento que teve há um ano deste problema da precariedade e da falta de vínculo estável destas trabalhadoras em causa.

O Governo Regional não sabe desta situação e não foi avisado dela há um ano. O Sr. Secretário sabe, e sabe tão bem como eu porque recebeu a mesma carta que eu recebi ontem, que foi avisado dela a Direção Regional da Educação, em 2017, pela Associação de Surdos da Ilha de São Miguel.

O que é que fez o Sr. Secretário e o Governo Regional? Ficaram à espera que chegasse ao fim da linha, ao precipício para agir; e agir nesta altura é agir necessariamente mal e a responsabilidade de estarmos aqui não é do Bloco de Esquerda, Sra. Deputada Sónia Nicolau, não é do Bloco de Esquerda, Sr. Secretário. É do Governo Regional e é do Partido Socialista que o suporta! Não é do Bloco de Esquerda.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Apresentámos um Projeto de Resolução!

O Orador: Em primeiro lugar.

Mas falemos da solução que, diz o Governo Regional e diz o Partido Socialista, que é ilegal, e fala em oportunismo político. Mas deixe-me comentar, poderia ter feito um protesto ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É verdade! É oportunismo político!

O Orador: ... mas julgo que nem vale a pena porque este debate não é sobre o Bloco de Esquerda e não é sobre Partido Socialista. É sobre os alunos surdos e é sobre o direito ao trabalho.

Falemos de ilegalidades. A sua afirmação, em primeiro lugar, de oportunismo político é lamentável, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É a sua mera opinião, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque quando vimos pais, alunos, associações, toda a comunidade educativa daquela escola e toda a comunidade surda dos Açores e dos país a apelar ao Governo Regional para uma boa solução, o que a senhora está a dizer é que toda esta gente está aqui a fazer oportunismo político só para combater o Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É! Coitadinhos!

O Orador: É preciso ter vergonha, Sra. Deputada, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Vergonha é este Projeto de Resolução!

O Orador: ... e é lamentável esta sua atitude num assunto que é sério e que a senhora devia ter tratado de outra forma, e nem comento esse tipo de debate perante uma situação que a senhora sabe que o Governo Regional agiu mal e sabe que tem agido mal.

Deputada Sónia Nicolau (PS): É a sua opinião!

O Orador: Mas falemos de ilegalidades. Diz o Governo Regional que aquilo que o Bloco de Esquerda propõe é eventualmente ilegal, e já vou explicar a nossa proposta e já vou dizer o que é que ela garante e o que é que a proposta do Governo Regional, que ainda não disse qual é. Sabemos qual foi a que apresentou anteriormente, mas não sabemos qual é a solução que tem o Governo Regional para segunda-feira. Diz que tem, mas não se sabe qual. Se calhar ainda está a trabalhar, se calhar está a contactar ainda meio mundo, todas as associações de surdos do país (como tem feito) para arranjar uma solução de última hora.

Mas falemos de ilegalidades. O que os senhores propuseram às intérpretes foi um contrato de prestação de serviços. Ora, um contrato de prestação de serviços que depois implica que o trabalhador em questão passe os tais recibos verdes,

há aqui uma relação contratual e está devidamente enquadrada na Lei do Trabalho em Funções Públicas, e a Lei do Trabalho em Funções Públicas no seu artigo 10.º refere efetivamente a prestação de serviços.

“Ponto 01 da Lei do Trabalho em Funções Públicas, artigo 10.º: O contrato de prestação de serviço para o exercício de funções públicas é celebrado para a prestação de trabalho em órgão ou serviço sem sujeição à disciplina e direção nem horário de trabalho”.

Sras. e Srs. Deputados, as intérpretes não têm sujeição a disciplina? Não têm horário de trabalho? Não vão para a escola? Não estão nas aulas à hora da entrada, não saem à hora de saída, não cumprem ordens?

Sras. e Srs. Deputados, esta solução que o Governo Regional apresenta, o contrato de prestação de serviços, não se enquadra na realidade atual. Não pode ser feita e é ilegal.

E passo a citar o n.º 3 da mesma Lei: “São nulos os contratos de prestação de serviço para o exercício de funções públicas em que exista subordinação jurídica, não podendo os mesmos dar origem à constituição de um vínculo de emprego público”.

Diz ainda o n.º 4 a páginas tantas: “A nulidade dos contratos de prestação de serviço não prejudica a produção dos seus plenos efeitos durante o tempo em que tenham estado em execução, sem prejuízo da responsabilidade civil, financeira, e disciplinar em que ocorre o seu responsável”.

Aquilo que o Governo Regional está a propor é celebrar um contrato de prestação de serviços ilegal com um quadro de funcionárias e pondo aqui em risco a pessoa que assinar o contrato responsável pela administração pública da responsabilidade financeira, disciplinar e civil.

Meus senhores, querem alguma situação mais ilegal do que esta?

Deputada Sónia Nicolau (PS): O seu Projeto de Resolução!

O Orador: Mas o que está em causa aqui, para o Bloco de Esquerda, não é uma discussão sobre a legalidade ou ilegalidade da solução. É uma questão de um valor que se levanta, que é muito mais alto do que qualquer Lei do Trabalho em Funções Públicas. É o direito constitucional à educação!

Ilegalidade é fazer o que os senhores estão a fazer, de pôr em risco o direito constitucional à educação porque não dizem qual é a solução que têm! Esta solução que apresentaram é ilegal, e na segunda-feira, qualquer que seja a solução que apresentem, se for esta, a ilegalidade está do vosso lado e a responsabilidade é vossa.

Entre o direito à educação e entre qualquer dúvida de legalidade ou ilegalidade, o Bloco de Esquerda porá sempre à frente o direito à educação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições, vamos então ...

Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de felicitar o Bloco de Esquerda pela apresentação desta iniciativa. Devo dizer que devemos sempre, em todas as circunstâncias, valorizar as iniciativas dos diferentes grupos e representações parlamentares quando pretendem resolver problemas que a nossa sociedade enfrenta, particularmente quando se tratam de minorias e de grupos que necessitam de uma proteção especial.

Por isso, eu valorizo muito a vossa preocupação com este assunto e quero aqui sinalizar e testemunhar que não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda apresenta iniciativas neste âmbito. A vossa preocupação nesta temática é uma preocupação que se tem repetido ao longo dos anos.

Mas devo dizer, também como deputado desta Casa, que fiquei absolutamente chocado com a intervenção desabrida e com a politiquice e as ofensas partidárias que aqui foram proferidas em relação a vossas excelências, porque eu considero que num assunto destes esta Assembleia se deve unir, que esta Assembleia deve decidir em consciência procurando a justiça e procurando preservar os direitos das pessoas.

Por isso, os ataques políticos deste nível, num assunto destes que nos deve associar a todos, é algo que é um erro do ponto de vista do exercício da política como um ato nobre.

Vossas excelências cumpriram a vossa missão, preocuparam-se com uma situação real e não é agora, pelo facto de hoje mesmo, no momento em que está a ser discutida esta iniciativa, de finalmente o Governo ter desenvolvido os mecanismos que possam permitir de facto a contratação sem termo dos intérpretes de língua gestual portuguesa, não é por isso que o trabalho de todos os outros anos, a situação dos anos anteriores fica resolvida, porque a verdade é que esta situação era uma situação pré-existente, não é uma situação que surge apenas agora, e esta situação, esta Resolução e esta iniciativa que o Governo apresenta agora que irá solucionar a questão de forma mais definitiva e dando-lhe mais estabilidade, a verdade é que essa iniciativa já deveria ter sido desenvolvida. Não foi.

E, portanto, não se pode dizer que esta resposta do Governo Regional ocorre quando a situação surgiu. Não. Esta resposta do Governo Regional ocorre muito depois de esta situação se ter mantido durante anos e anos. Por isso, não tem o Governo Regional moral, nem tem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista

moral para fazer o ataque político que aqui fez a uma força política que se limitou a fazer aquele que é o seu dever, ou seja, apresentar uma proposta para resolver um problema que existe! Um problema que não foi inventado, um problema que existe, e em que o Bloco de Esquerda tem todo o mérito e eu reconheço aqui o mérito que o Bloco de Esquerda tem nesta matéria de tentar resolver o mais depressa possível esta situação e resolvê-la com estabilidade, garantindo que os alunos têm os seus direitos protegidos e também que são garantidos aos alunos que esta prestação deste serviço será efetuada com estabilidade.

Por isso, considero absolutamente indecente os ataques políticos e a linguagem utilizada no âmbito de uma discussão deste tipo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista gostaria de neste momento, já praticamente no fim deste debate, assim parece, reiterar aquela que foi a sua posição não só enquanto partido que sempre defendeu uma escola inclusiva, que tem um trabalho feito, através do seu Governo, de implementação da escola inclusiva, que tem um histórico da criação de um grupo e de condições na área das necessidades educativas especiais, que tem o orgulho de ter criado uma escola de referência para surdos nos Açores, que fica nos Arrifes, que criou um grupo de docência para professores de língua gestual portuguesa.

E, portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista interveio aqui há momentos pela minha pessoa porque também é resultante daquela que é a acidez que eu referia do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda. A minha

intervenção resulta efetivamente dessa forma. Este assunto merece toda a seriedade, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas a seriedade tem que se iniciar por quem propõe realmente o tema que aqui estamos a discutir.

E, portanto, a intervenção que foi aqui feita e que reitero, é uma intervenção consciente, responsável e com um partido que tem histórico nesta matéria, e reitero efetivamente.

No início deste mês, o Governo, através da Secretaria Regional da Educação e Cultura, informou que o concurso público para a abertura de quatro vagas iria ocorrer. Estamos a falar muito antes deste Projeto de Resolução, estamos a falar muito antes dos comunicados do Bloco de Esquerda e estamos a falar muito antes da nota de imprensa. Isso é factual, cronologicamente é comprovável, daí eu ter falado em oportunismo político porque a verdade é que o Bloco de Esquerda nunca trouxe esta matéria desta forma aqui, em Projeto de Resolução. Portanto, claramente quando acontece no mês de Março, é quando o Bloco de Esquerda trouxe e foi precisamente isso que eu disse.

Deputado António Lima (BE): Ou quando se sabe do problema, já agora!

A Oradora: O que aqui se passa é que o Bloco de Esquerda diz ter trazido uma preocupação, mas parece que sai incomodado com a solução, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Qual solução?

A Oradora: Sai incomodado com a solução? Sai incomodado com o facto de hoje ter sido aberto um concurso público para a abertura de quatro vagas? Sai incomodado com isso?

Olhe, eu não saio nada incomodada! Eu fico satisfeita porque numa escola de referência nós vamos ter a abertura de quatro vagas para intérpretes de língua gestual.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu fico satisfeita! E fico satisfeita que na segunda-feira as nossas crianças e os nossos jovens vão continuar a ter o apoio que merecem, como

disse e muito bem, constitucionalmente, que é um direito destas crianças com a diferença na sua singularidade.

E, portanto, Sr. Deputado, expurgando aqui a linguagem do Projeto de Resolução, o que é que interessa? Interessa que as nossas crianças na Escola dos Arrifes, escola de referência, tenham apoio ao nível dos intérpretes de língua gestual? É isso que importa ao Bloco de Esquerda? Oh Sr. Deputado, há uma solução. O Governo acabou de dizer que há solução, ...

Deputado António Lima (BE): Qual solução? Qual é?

A Oradora: ... contrariamente ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que não tem solução. Isto é o que vos custa! É que apresentam um Projeto de Resolução que não tem solução.

E, portanto, para terminar, dizer, Sr. Secretário Regional, que o Partido Socialista reconhece o esforço que tem sido feito para criar na nossa escola de referência de surdos, uma escola de referência com técnicos ao nível dos intérpretes de língua gestual, reconhece a abertura de vagas já neste concurso interno para os nossos docentes de língua gestual portuguesa e reconhece a importante e nobre missão que é responder a estas crianças, e para isso conte com a postura do Partido Socialista, conte com a política que o Partido Socialista faz dentro deste Parlamento.

Portanto, dizer-lhe, Sr. Secretário, que o que o Partido Socialista espera, e com certeza acontecerá, é que a partir de segunda-feira continue tudo normal, ou seja, que as nossas crianças continuem a ter o apoio que merecem, não só constitucionalmente, mas pelo direito intrínseco que têm de ser crianças e jovens como qualquer criança e jovem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reitero aquilo que disse na minha anterior intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Então se reitera, está feito!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode utilizar este assunto, este projeto e as iniciativas que estão a ser desenvolvidas como se de um machado de guerra fosse.

Não pode ser! E não pode atacar violentamente outra força política a partir do momento em que uma força política apresenta a sua solução. Quase que se tem neste Parlamento que pedir desculpa a vossas excelências por se ter iniciativa política em relação a uma questão concreta.

E é absolutamente lamentável que num assunto destes isto seja tratado como uma declaração de guerra praticamente, ...

Deputado André Bradford (PS): Ao que chegou o Bloco de Esquerda!

O Orador: ... que este documento e esta matéria seja utilizado como um machado de guerra no sentido de atingir os adversários políticos, quando nesta questão o que é exigido é que todos cumpram a sua função, que todos se preocupem em resolver esta questão que afeta gravemente uma minoria!

Utilizar este tipo de assunto como arma de arremesso político contra os deputados ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas quem é que trouxe?

O Orador: ... que obviamente no uso das suas competências, da sua responsabilidade, apresentam aqui uma iniciativa, é algo absolutamente inadmissível e incorreto.

Quero aqui reiterar que considero o tom que o Partido Socialista introduziu neste discurso completamente despropositado.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não pode dizer isso um pouco mais baixo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo, das palavras do Sr. Secretário Regional e da Sra. Deputada Sónia Nicolau, que a solução que o Governo apresenta é aquela que já tinha apresentado, ou seja, uma solução, como eu julgo que demonstrei, é absolutamente irregular, ilegal, e não pode acontecer nas nossas escolas.

Deputado Francisco César (PS): Admita que a sua proposta é ilegal!

O Orador: Admitem que a vossa é ilegal, muito bem. É uma evolução, Sr. Deputado. É uma evolução que eu assinalo, o reconhecimento da ilegalidade da vossa solução.

Aliás, esse é um sinal claro de como o Governo Regional, no que respeita a precariedade, vê o mundo do trabalho. Quando é para proteger os trabalhadores, as dificuldades são muitas, mas quando é para arranjar uma solução que é a mais desigual, a que tem menor proteção, que deixa o trabalhador numa situação de absoluta precariedade, com muito pouca proteção social, como são os contratos de prestação de serviços, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... o Governo Regional fecha os olhos a todas as ilegalidades e avança com toda a confiança sem qualquer problema desde que isso resolva o problema de imediato ao Governo Regional.

Mas eu gostaria de dizer que eu percebo bem porque é que o Governo Regional não quer sequer abrir a porta a uma prorrogação do contrato.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não pode, Sr. Deputado!

O Orador: Abrir a porta a uma prorrogação do contrato seria também uma admissão por parte do Governo Regional de que o PREVPAP é aplicável à Região, como já deveria ter sido aplicado, e que só não é aplicado porque há uma inação e uma vontade absoluta do Governo Regional em nem sequer dar a hipótese, nem sequer numa situação grave como esta, de aplicar o PREVPAP na Região. É que o PREVPAP no seu artigo 16.º prevê exatamente prorrogações de contrato até aos vínculos precários identificados estarem regularizados, e o que os senhores não querem é fazer isso, é admitir que esta situação se enquadra nessa legislação que é, sim senhor, aplicável à Região e que o Bloco de Esquerda tem uma proposta de adaptação, já que os senhores insistem que ela não se aplica.

Mas não é só nesta situação. Prorrogações de contratos têm acontecido imensas, em escolas, em todo o país! Em escolas para além dos três anos, e é verdade, sim senhor. Em escolas, em câmaras municipais, e essa situação não deveria acontecer normalmente mas acontece, e neste caso justifica-se, sim senhor, justifica-se porque um valor mais alto aqui se levanta e que é o valor do direito à educação de crianças que têm necessidades educativas especiais. É um direito que não pode ser posto em causa, e há também outros direitos que têm que ser protegidos, que são os direitos dos trabalhadores em causa porque não têm culpa, de maneira nenhuma, da incompetência do Governo Regional e da forma como o Governo Regional tratou todo este processo ao longo de 10 anos, desde 2009 que o poderia ter resolvido.

Bem podemos dizer que na altura não haveriam profissionais licenciados. É possível que seja verdade em 2009, mas em 2016, quando estas técnicas foram contratadas, já haveria porque elas são as que estão atualmente em funções e são licenciadas.

Ou seja, o que o Governo Regional e o Partido Socialista não querem é admitir que outra solução é possível e não querem admitir que, por exemplo, a legislação do programa especial de regularização de precários poderia ser aplicado, porque a iniciativa que os senhores tiveram de regularizar precários em 2018, que se aplicava a este caso, foi efetivamente um embuste. Não serviu a ninguém, serviu se calhar para regularizar meia dúzia de casos, para dizer que os senhores tinham feito uma grande regularização de precários quando na prática não fizeram nada, como a realidade, infelizmente, vai demonstrando.

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sr. Deputado, pergunte às pessoas o que é que fizemos!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 17 abstenções do PSD, quatro abstenções do CDS-PP, dois votos a favor do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda naturalmente votou favoravelmente este Projeto de Resolução por considerar que ele apresentava a melhor solução para o problema que está em causa.

Apresentava a melhor solução, cumprindo três objetivos: o direito à educação que estaria e que tem que estar garantido, neste caso, recomendando a abertura de concursos para contratos sem termos; garantindo que a prorrogação do prazo dos contratos das atuais intérpretes era alargada; e garantindo também que os restantes contratos das escolas da Região onde há alunos surdos e haja intérpretes com vínculos precários, fossem também regularizados onde quer que isso não estivesse a acontecer.

E lamentamos a postura do Partido Socialista e a solução apresentada aqui que, julgo eu, ficamos na mesma, sem perceber qual é porque só se diz que é uma solução, mas não se sabe, na prática, em que é que ela consiste.

O Governo Regional e o Partido Socialista neste aspeto estiveram muito mal, puseram em causa o direito à educação e o direito ao trabalho e os direitos de quem garantiu durante vários anos o direito à educação dos alunos surdos.

Neste debate infelizmente percebeu-se que o Governo Regional prefere tornar trabalhadores precários e pôr em risco ...

Presidente: Sr. Deputado António Lima, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Já termino.

... o direito à educação dos alunos surdos para não dar a hipótese sequer de abrir a porta ao PREVPAP nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda porque é um Projeto de Resolução sem solução. É um Projeto de Resolução que no seu primeiro ponto já está resolvido há algum tempo a esta parte, e é um Projeto de Resolução que propõe a esta Casa que faça algo ilegal. Foi por essa razão, em primeiro lugar, que o Partido Socialista votou contra.

Em segundo lugar, e que é o mais importante e que é aquilo que nos mobilizou e que deve mobilizar a todos, é que a situação está resolvida. A situação que o Bloco de Esquerda chamou de problema está resolvido. As nossas crianças vai continuar a ter a partir de segunda-feira o apoio de intérpretes de língua gestual, as nossas crianças vão continuar a ter garantido o direito sagrado, constitucional, do acesso à educação na sua diferença pela sua singularidade.

Nós sabemos que também já está aberto desde hoje ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Hoje? Que coincidência!

A Oradora: ... um concurso para quatro vagas, e isso dá-nos o descanso, o alento, de que as crianças e jovens surdos da nossa comunidade vão estar numa escola de referência que lhes vai garantir o sucesso para a sua vida, a integração na sociedade, e é isto que o Partido Socialista todos os dias trabalha e todos os dias irá continuar a trabalhar.

Nós construímos uma escola inclusiva, nós construímos o edifício legislativo próprio de necessidades educativas especiais, e muito mais, muito mais!, açorianos e açorianas, nós temos para fazer.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Jorge para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se nesta votação, não porque considere que o Governo esteve bem nesta situação, muito pelo contrário.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Claro!

Deputado Francisco César (PS): O Governo é mau!

Deputado André Bradford (PS): Governo mau, PSD bom!

O Orador: Ficou revelado aqui a incompetência do Governo, também porque não percebemos qual a solução encontrada para o hiato de tempo e o Sr. Secretário não respondeu ao PSD sobre isso. Mais uma vez ficou demonstrado que o Governo, e a Sra. Deputada Sónia Nicolau acabou de dizer que foi lançado hoje o concurso, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: ... foi a reboque, como várias vezes ficou demonstrado ao longo desta semana, daquelas que são as iniciativas dos vários partidos.

Não pomos em causa o princípio que aqui trouxe o Bloco de Esquerda, muito pelo contrário, saudamos. Não pomos em causa a necessidade de se encontrar uma solução, mas abstivemo-nos exatamente porque sendo impossível votar separadamente os pontos resolutivos, havia um dos pontos com o qual não concordávamos, tínhamos algumas dúvidas e que foram aqui levantadas durante o debate, e por essa razão abstivemo-nos.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votou favoravelmente porque decidiu apoiar o Bloco de Esquerda nesta matéria que também é uma matéria em que temos grande interesse e que consideramos que é uma matéria de grande justiça.

Nós consideramos o seguinte. O Bloco de Esquerda apresentava uma proposta concreta. Pelo contrário, não votar esta iniciativa de forma favorável significava votar no desconhecido porque o que aqui foi anunciado é que esta proposta não era uma proposta que resolvia o problema, mas que existia uma coisa, que não se sabe qual é, que irá resolver o problema na segunda-feira.

Eu devo confessar-vos que nunca gostei de enigmas e também nunca gostei de ovos “Kinder”, não se sabe o que é que lá está dentro; e eu nunca consegui compreender ao longo de todo o debate porque é que o Governo Regional, tendo uma solução, não disse qual era. O Governo disse: “Não, não. Bloco de Esquerda, estejam descansados.

Deputado André Bradford (PS): E a declaração de voto?

O Orador: Não vamos votar favoravelmente isso porque na segunda-feira nós temos a solução!”

Mas qual é a solução?

Deputado André Bradford (PS): Devia ter colocado isso no debate!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Eu perguntei!

O Orador: Porque é que ela não foi identificada? Porque é que ela não descrita?

Deputado André Bradford (PS): O debate já acabou!

O Orador: Porque é que não lhe foi dado um nome? Porquê?

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Está dentro. Oh Sra. Presidente, eu peço desculpa ...

Deputado André Bradford (PS): Não está não! Está completamente fora!

Presidente: Não está muito.

O Orador: Votei favoravelmente porque do outro lado o Governo Regional apresenta uma solução que é mais ou menos como isto, ou seja, uma folha em branco. Não se sabe o que é que é, é uma espécie de surpresa, uma espécie de ovo “Kinder” e é esta situação que me leva a votar favoravelmente uma

iniciativa que eu sei qual é e não confiar numa iniciativa que eu não sei qual é e que não foi aqui descrita nem identificada.

Por isso, eu penso que votar favoravelmente nesta iniciativa é exercer um dever consciente e informado. Confiar na proposta do Governo Regional era confiar no desconhecido, naquilo que não está identificado.

E finalmente termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte. Eu saio daqui com uma enorme curiosidade. Por que razão o Governo não identificou a sua proposta e não a descreveu? Saio daqui desconfiado que os senhores ainda vão pensar, até segunda-feira, qual é que é a solução.

Presidente: Julgo não haver mais declarações de voto.

Sendo assim, vou passar a ler a proposta de deliberação final.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os trabalhos.

Uma boa noite e um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 54 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS-PP)

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputada que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1– Projetos de Resolução:

Assunto: [Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\) - n.º 130/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12

Pedido com urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda à prorrogação dos contratos a termo certo das atuais intérpretes de LGP da EBI de Arrifes pelo prazo necessário à conclusão de concurso para contratação sem termo - n.º 131/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 03 – 13

Pedido com urgência e dispensa de exame em Comissão

2 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Passes sociais transportes coletivos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 525/XI;

Assunto: [Intervenção do Governo dos Açores no setor leiteiro da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11

Referência: 54.03.03 – N.º 556/XI;

Assunto: [Integração profissional das pessoas portadoras de deficiência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11

Referência: 54.01.00 – N.º 558/XI;

Assunto: [Governo não respeita esforço dos empresários com trilhos turísticos em mau estado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12

Referência: 54.03.08 – N.º 565/XI;

Assunto: [Certificação civil da infraestrutura aeronáutica da Base Aérea das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 13

Referência: 54.01.03 – N.º 519/XI;

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Email remetendo exposição sobre a batalha de limas com sacos de plástico na marginal de Ponta Delgada

Proveniência: José Manuel Cascalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 08;

Assunto: Ofício remetendo Voto de Protesto pela manutenção do número de voos nos meses de junho, julho, agosto e setembro, bem como a Proposta de Deliberação

Proveniência: José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

Assunto: Ofício remetendo o Relatório n.º 07/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-430VIC4) - Fundo Escolar da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

Assunto: Ofício remetendo o Relatório n.º 06/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-435VIC4) - Fundo Escolar da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

4 – Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de março de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11;

Assunto: [Audição n.º 108/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que altera a avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo a Diretiva \(UE\) 2015/996 - MATE - \(Reg. DL 11/2019\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de março de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

Assunto: [Parecer setorial da Proposta de Resolução n.º 10/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2017”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 03 – 13;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de março de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11;

Assunto: [Audição n.º 107/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo - MEDU - \(Reg. DL 507/2018\)”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de março de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 12;

Assunto: [Audição n.º 236/XI-AR – “Nomeação dos Membros das Entidades Administrativas Independentes”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11;

Assunto: [Audição n.º 111/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que estabelece o conceito de porto seco e define as regras, os procedimentos e a desmaterialização necessários para a sua implementação - MM - \(Reg. DL 73/2019\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 11;

Assunto: [Segundo relatório e parecer intercalar da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia dos Açores \(CEVERA\)](#)

Proveniência: Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 13;

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco